

Outubro de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chineses em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Novo Jornal, O País, Expansão, Luanda, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Angola explica razões da inelegibilidade para País de Rendimento Médio em 2024	6
1.2 BNA considera baixo o nível de poupança no país	6
1.3 "Falta de recursos trava poupança das famílias"	7
1.4 Dificuldades na importação contribuem para o aumento da produção de mobília	7
1.5 Poupança das famílias angolanas regista ligeira trajetória ascendente	8
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 Bancos têm o equivalente a 1.200 milhões USD em crédito malparado	10
2.2 FGC disponibiliza 200 mil milhões para acelerar cedência de crédito	10
2.3 Mais de cinco milhões de angolanos são usuários dos serviços de bancos	11
2.4 Particulares e comércio valem 43% do crédito bancário	11
2.5 BNA considera baixo o nível de poupança no país	12
2.6 "Falta de recursos trava poupança das famílias"	13
2.7 Transferir títulos que servem de garantia de crédito pode aumentar malparado na banca	13
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 Mercado do Matabicho transformado em “entrepoto” de produtos agrícolas	15
3.2 Governador de Luanda destaca impacto social dos taxistas	16
3.3 Desemprego coloca angolano top dos países mais empreendedores do mundo	17
3.4 Venda desordenada na rua Lino Amezaga	18
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	19
4.1 Chitato define prioridades para o Orçamento do Município	19
4.2 Governo e parceiros solicitam revisão de proposta do OGE	20
4.3 Vice-presidente da República convidada para madrinha do projecto “cidade ecológica do Huambo”	20
4.4 PR elogia Orçamento Participativo como 'mecanismo democrático'	21
4.5 OGE 2024 define a construção de três estradas prioritárias para a Lunda-Norte	22
4.6 Os orçamentos participativos e os problemas que estamos com eles	23
4.7 Poupança das famílias angolanas regista ligeira trajetória ascendente	24
4.8 Dívidas consomem 40 por cento do OGE 2024	25
4.9 Proposta de OGE prevê pacote para fortalecer o rendimento das famílias	25
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	28
5.1 Chitato define prioridades para o Orçamento do Município	28
5.2 Países devem ter a participação pública no processo orçamental	29
5.3 PR elogia Orçamento Participativo como 'mecanismo democrático'	30
5.4 O Censo Piloto, etapa que serve de base para testar e UNITA defende realização das autarquias e alteração da Constituição da República	31
5.5 Estatuto do Poder Tradicional esteve em debate no Bailundo	31
5.6 Governador movimenta administradores em Luanda	32
5.7 Importância da nova Divisão Político-Administrativa	33
5.8 Chefe de Estado reafirma compromisso com a institucionalização das autarquias	33

5.9	Símbolo da democracia	34
5.10	Os orçamentos participativos e os problemas que estamos com eles	34

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 37

6.1	Ngolome: O bairro que expelia aroma de gergelim à espera de 1500	37
6.2	Burla milionária em Luanda: “Estamos a devolver dinheiro que não foi desviado por nós”	37
6.3	À espera da reacção da Polícia	40
6.4	Executivo reitera compromisso com políticas de inclusão social	40
6.5	Processo terá “sumido” do SIC	41
6.6	Luís Nunes ‘avisa’ Luanda de que já não há dinheiro para obras emergências	42
6.7	Comercialização de apartamento na “carreira de tiro” inicia em Abril	42
6.8	Abertas inscrições em Cabinda para apartamentos na Centralidade “Petroff”	43
6.9	Várias famílias estão a ser realojadas	43
6.10	Edifício do ‘Gabiconta’ é demolido até ao final do ano	44
6.11	Importância da nova Divisão Político-Administrativa	45
6.12	“Luanda está uma cidade entregue a si própria”	46
6.13	O Programa Nacional de Contenção e Estabilização Cazenga “Estamos a sofrer com esta vala que foi aberta com a promessa de reabilitação da estrada”	51
6.14	Comuna de Necuto: Regedor convida naturais a reconstruírem as casas nas suas aldeias de origem	54
6.15	Município de Nambuangongo: Funcionários públicos beneficiam de residências	56
6.16	MINFIN vai leiloar 21 imóveis recuperados do combate à corrupção	56
6.17	ONU elogia esforços de Angola	58
6.18	PGR anuncia terceiro leilão de bens arrestados	59
6.19	Dez mil imóveis construídos nas linhas de água	60
6.20	Origem e particularidades	60
6.21	“O Governo deveria investir mais na criação de incentivos para encorajar o surgimento de cooperativas habitacionais”	61

7. TERRAS 63

7.1	Várias famílias estão a ser realojadas	63
7.2	GPL vai passar ao Estado espaços sem documentos	64

8. SERVIÇOS BÁSICOS 66

8.1	Governo Provincial dá prioridade ao sector da Energia e Águas	66
8.2	Ravinas estão a ser estancadas	66
8.3	Abastecimento de água em Benguela melhora nos próximos dois anos	67
8.4	“O que me tira o sono é o problema do abastecimento de água potável aos munícipes”	68
8.5	“O que me tira o sono é o problema do abastecimento de água potável aos munícipes”	71
8.6	China quer alargar mercado interno às multinacionais	75
8.7	Brigadas de limpeza removem 300 toneladas de resíduos por trimestre	75
8.8	Dez mil imóveis construídos nas linhas de água	75
8.9	Vandalismo nas tubagens de água	76
8.10	Unidade de Gestão do Saneamento de Luanda redobra a limpeza nas valas de drenagem	76
8.11	Especialista defende mais projectos de gestão ambiental nas comunidades	77

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA 79

9.1	Assaltos e poluição sonora aterrorizam moradores	79
9.2	INAC regista 363 denúncias de violência	80
9.3	Dados estáticos sobre violência doméstica em Angola são apresentados em plataforma	80

10. AMBIENTE 83

10.1	Investidores e turistas estrangeiros avaliam potencialidades da região do Okavango	83
10.2	Elisal vai adquirir barcos para a limpeza das praias	84
10.3	País perde anualmente taxa florestal considerável	84
10.4	Vice-presidente da República convidada para madrinha do projecto “cidade ecológica do Huambo”	85
10.5	Chuva deixa ao relento cerca de 300 famílias	86
10.6	Ravinas estão a ser estancadas	87
10.7	Sector Florestal com peso de 0,8 por cento no PIB	88
10.8	Sector Florestal com peso de 0,8 por cento no PIB	89
10.9	Ambientalista critica quantidade de plástico descartado no mar	90
10.10	Cerca de 12 mil famílias vivem em zonas de risco	90
10.11	Chuvas desabam escola e deixa sete crianças feridas no Cuando Cubango	91
10.12	O impacto dos plásticos na sociedade	91
10.13	Dez mil imóveis construídos nas linhas de água	92
10.14	Especialista defende mais projectos de gestão ambiental nas comunidades	93

11. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 94

11.1	Presidente reitera compromisso de cultivar relações sólidas com a China	94
11.2	Minha envolvente experiência na China	94
11.3	Governo ‘acomoda’ no Lobito americano e chineses e reanima luta por objectivo estratégicos	95
11.4	PGR anuncia terceiro leilão de bens arrestados	97

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola explica razões da inelegibilidade para País de Rendimento Médio em 2024

Jornal de Angola
6 De Outubro de 2023

Ao falar na reunião dedicada à Quinta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados (PMA), o embaixador apontou factores como a instabilidade dos preços do petróleo, a recuperação parcial da depreciação da moeda, assim como os desafios macroeconómicos e estruturais que continuam a dificultar o desenvolvimento económico e social de Angola.

Francisco José da Cruz afirmou que o Rendimento Nacional Bruto (RNB) “per capita” de Angola caiu abaixo dos limites de graduação da excepção do rendimento, embora tenha ultrapassado os limites do rendimento normal, acrescentando que o país não melhorou os outros dois critérios para os Países Menos Avançados, nomeadamente, o Índice de Recursos Humanos e o Índice de Vulnerabilidade Económica e Ambiental.

Como resposta imediata, o diplomata referiu que o Governo angolano activou o mecanismo de monitorização reforçado ao abrigo do parágrafo 284 do Programa de Acção de Doha, tendo iniciado consultas com o Comité para a Política de Desenvolvimento (CDP) sobre o melhor caminho a seguir.

O chefe da missão permanente de Angola na ONU reiterou que, sob a liderança do Presidente da República, João Lourenço, o país está empenhado na implementação do Programa de Acção de Doha, através do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027.

Segundo o embaixador, o PDN prioriza áreas-chave como o Desenvolvimento do Capital Humano para aumentar a produtividade, a Diversificação Económica com vista a promover o crescimento inclusivo e o Desenvolvimento Sustentável.

A erradicação da pobreza em todas as formas e dimensões, bem como o combate à corrupção e à impunidade, através do fortalecimento das

instituições democráticas e do Estado de Direito, constam das acções em curso no país, visando à implementação do Programa de Acção de Doha.

A Resolução 75/259, adoptada pela Assembleia-Geral da ONU, a 11 de Fevereiro de 2021, determinou que Angola concluísse o processo de graduação para País de Rendimento Médio (PRM), em Fevereiro de 2024.

I.2 BNA considera baixo o nível de poupança no país

Jornal de Angola
27 De Outubro de 2023
Texto: Regina Handa

A taxa de poupança em Angola ainda é a mais baixa da região a julgar pelo déficite de literacia financeira no mercado.

A informação foi prestada quarta-feira, em Luanda, pelo sub-director do departamento de inclusão financeira do Banco Nacional de Angola (BNA), José Cortez, na abertura da semana da poupança, em alusão ao dia muno dial da poupança que se assinala a 31 de Outubro.

Em alusão à data, o BNA está a aproveitar a "Semana da Poupança" como mais uma ocasião para sensibilizar os estudantes, crianças e jovens sobre sistema básico financeiro.

O objectivo é de alerta r para a necessidade de constituir poupanças para situações futuras adversas ou imprevistas, bem como fortalecer a convivência sobre a gestão de finanças e o bem-estar pessoal, tendo em vista o alcance da independência e resiliência financeira.

De acordo com José Cortez, o hábito de poupança no país ainda é preocupante, razão pela qual o BNA tem estado a desenvolver todo um conjunto de acções no sentido de mudar o "quadro a nível da educação financeira no seio da população, com realce para estudantes, crianças e jovens com o objectivo de terem conhecimentos básicos sobre o sistema financeiro a poupança.

Explicou ainda, que actualmente, Angola está com uma taxa de literacia financeira de 25 por cento, segundo dados do INE, o que considera muito baixo, razão pela qual o BNA, tem promovido seminários de literacia.

"A nível da SADC, estamos mais baixos em relação a alguns países", informou.

Por sua vez, o administrador do Talatona, José Bastos, agradeceu a iniciativa do BNA por ter escolhido o município para a abertura da semana da poupança.

Realçou que hoje em dia, são poucas as pessoas que começam com os hábitos de poupança com tenra idade.

I.3 "Falta de recursos trava poupança das famílias"

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2023

Texto: Juliana Evangelista

A poupança é um rendimento que todo e qualquer cidadão retém ou guarda para usufruir no futuro. Obter um controlo financeiro é estar consciente sobre os gastos que está a realizar e por outro lado, saber como as economias serão usadas a longo prazo.

As famílias angolanas, vivem um grande dilema relativamente as poupanças. É verdade que existem várias razões que concorrem para que as famílias e cidadãos não façam poupanças, dentre elas poderá estar na falta de recursos suficientes para aceder a um produto financeiro, visto que, com o efeito da globalização e internacionalização dos mercados, os cidadãos criaram novos hábitos e estão cada vez mais consumistas e muitas vezes acabam por consumir mais do que aquilo que ganham.

Portanto, é importante que se identifique os custos do agregado familiar que devem ser compatíveis com as receitas, ou ligeiramente inferiores as receitas de forma que haja uma "folga" para se conseguir operar poupanças. Por outro lado, existe claramente o desconhecimento por parte do público em geral, sobre os produtos bancários oferecidos pelos bancos comerciais.

Seria interessante um realinhamento na comunicação do público alvo, sobre o portfólio de produtos bancários, que certamente ajudaria na mudança de mentalidade sobre a forma de se fazer poupança por via da utilização de produtos bancários.

Vantagens de poupar

O acto de poupar trás inúmeras vantagens, na medida que os cidadãos têm a possibilidade de criar um fundo para cobrir qualquer situação de emergência, fazer um investimento, ou criar um negócio próprio. Poupar é vantajoso porque os recursos estão a guarda de uma instituição financeira a capitalizar, que é mais

seguro do que ter o dinheiro em casa, correndo o risco de despende.

Olhando a poupança em outro prisma, quando se verificar um nível considerável de poupança por parte dos cidadãos o país ganha, na medida que se os recursos forem bem aplicados, estimula o desenvolvimento económico. No caso do empreendedorismo estarão os cidadãos a contribuir para diversificação da economia, aumento de postos de trabalho, redução da pobreza e mais receitas para o estado por via do pagamento de impostos. Porém, é fundamental que haja estabilidade a nível dos empregos, de forma a garantir os rendimentos para aplicação de recursos.

Qualquer aplicação financeira deve ser realizada em função das disponibilidades dos cidadãos, para as pessoas com baixo rendimento que não têm recursos suficientes para operar um conjunto de derivados financeiros, ou investimentos similares pode optar pela alternativa de economizar quantias mínimas por mês, depositando numa conta num banco, e no final de um determinado período conseguirá obter recursos para determinada operação financeira que lhe proporcionará rendimentos (juros) para cobrir situações de emergência e outros investimentos. Também pode-se optar em operações na Bolsa de Valores, como por exemplo, na aquisição de bilhetes tesouro com maturidades de curto prazo.

Sabemos que é muito difícil poupar, principalmente em momentos de crise, entendemos que os ciclos recessivos fazem parte da dinâmica económica dos países. O impacto da crise na vida dos cidadãos, pode ser compreendido com a alteração de comportamento relativamente ao consumo de bens e serviços, é necessário poupar e combater o desperdício, e sobretudo eliminar o ímpeto consumista. A crise ensina-nos a fazer o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a valorizar o trabalho e a solidariedade.

I.4 Dificuldades na importação contribuem para o aumento da produção de mobília

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2023

Texto: Kayila Silvina

Nas marcenarias e carpintarias de Mbanza Kongo, móveis como cadeirões, camas, armários, carteiras, secretárias, mesas, portas, janelas, guarda-fatos são as mais fabricadas, constou o Jornal de Angola.

Álvaro Tomás Luyindula, 32 anos, proprietário de uma carpintaria, disse que anteriormente as pessoas adquiriam móveis e mobiliários nos países vizinhos, mas com a crise financeira, cresceu a procura de móveis fabricados na região.

Aquele mestre em carpintaria garantiu que os móveis fabricados localmente têm qualidade e durabilidade, devido à madeira empregada. "Fazemos tudo aqui. Trabalhamos a madeira, montamos os artigos, envernizamos e depois vendemos aos clientes, dos municípios do Kuimba, Nóqui, Tomboco e Nzeto", referiu.

Álvaro Luyindula tem como sonho abrir um espaço maior. Com mais apoios, disse ser possível a concretização deste sonho. A acontecer, além de poder empregar mais pessoas, vai contribuir na redução das importações. "Muitos cidadãos deixaram de adquirir móveis e artigos como portas de madeira, mesas, cadeiras e janelas na RDC, Namíbia, África do Sul, Portugal, França e outros países, optando pela produção local", contou.

Pelo que constatou o Jornal de Angola, os preços da venda dos imóveis confeccionados localmente variam de uma carpintaria a outra. Por exemplo, um jogo de sofás custa entre 170 a 350 mil kwanzas e uma cama casal entre 60 a 75 mil. Pela cama de solteiro o cliente pode desembolsar 50 mil kwanzas.

Um meio de sustento de muitas famílias

Outro jovem marceneiro entrevistado pelo Jornal de Angola é Vangamesa Biluka. Com 28 anos, o jovem exerce a actividade desde 2012, quando tinha apenas 17, ensinado pelo tio.

Formado no antigo Instituto Médio Normal de Educação (IMNE) em Mbanza Kongo, Vangamesa Biluka, revelou que teve de aprender a profissão de marceneiro, por, depois de concluir o ensino médio, não ter conseguido um emprego na área em que se formou.

De lá para cá nunca mais parou. Aperfeiçoou a profissão e hoje é um mestre bastante solicitado. Com o dinheiro das obras, disse, consegue sustentar a sua família.

Mas confessou que o trabalho é árduo. Uma mesa com seis lugares, por exemplo, pode levar três a quatro dias, assim como uma cama, enquanto o jogo de sofás faz duas semanas.

Vangamesa Biluka garantiu que os seus produtos podem durar mais de 20 anos porque a matéria-prima é de qualidade. "A madeira que usamos são adquiridas nas comunas do Nkiende, Madimba,

Kaluka, Luvo e Kinsimba, nos municípios de Mbanza Kongo e do Tomboco", revelou.

O problema reside em alguns instrumentos de trabalho. "Não temos fornecedores para ferramentas e os acessórios. Os contraplacados também não aparecem com facilidade", lamentou Biluka, para quem, se todos os acessórios necessários estivessem disponíveis, o trabalho estaria mais facilitado e seria aumentada a produção.

Além disso, o trabalho é feito de forma manual. "Se tivéssemos máquina industrial, estaríamos ao nível de marcenarias ou carpintarias de províncias como Cabinda, Benguela, Uíge e Luanda, conhecidas pela qualidade do mobiliário que produzem", disse.

Exploração da madeira

O presidente da Associação dos Vendedores de Madeira, em Mbanza Kongo, Gilberto Vungo, contou que as florestas e matas das comunas do Nkiende, Madimba, Kaluka, Luvo, Nzau -Evua e Kinsimba, municípios de Mbanza Kongo e Tomboco, possui madeira em abundante para ser explorada.

"As matas da província do Zaire possuem muitas árvores com qualidade para explorar as madeiras", afirmou Gilberto Vungo, para quem a maior dificuldade reside na insuficiência de motosserras e as vias que dão acesso às matas.

O Jornal de Angola apurou que uma tábua de madeira de três metros cúbicos está a ser comercializados no valor de 15 mil kwanzas, um contraplacado custa 3.500 kwanzas e um barrote da mesma dimensão três mil Kwanzas.

1.5 Poupança das famílias angolanas regista ligeira trajectória ascendente

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2023

Texto: Pedro Peterson

Os países que poupam e investem grande parte dos seus recursos tendem a ter um crescimento rápido do produto, dos rendimentos e dos salários.

Este padrão caracterizou os Estados Unidos da América (EUA) no século XIX, o Japão no século XX e em especial as economias milagrosas do Extremo Oriente nas últimas três décadas.

Pelo contrário, os países que consomem a maior parte dos seus rendimentos, como muitos em desenvolvimento em África, e sobretudo na América Latina, investem pouco em novas fábricas e equipamentos e apresentam taxas reduzidas de crescimento da produtividade e dos salários.

O elevado consumo em relação ao rendimento gera um pequeno investimento e um crescimento lento, pois o aumento de consumidores gera uma redução nos stocks existentes dos suprimentos.

Razão pela qual, uma poupança elevada leva a um investimento continuado e ao crescimento rápido do produto e da produtividade.

Em Angola, ao comemorar-se o Dia Mundial da Poupança, o Governo tem feito uma aposta muito forte para a captação de mais investimentos quer no sector público quer privado para aumentar o nível de poupança nas famílias.

Segundo o relatório do Banco Nacional de Angola (BNA), as poupanças das famílias que se têm convertido sob a forma de depósitos aumentaram em 4,93 por cento no quarto trimestre do ano passado.

Esta evolução positiva, segundo o BNA, reflectiu-se no aumento dos depósitos em moeda estrangeira expressos em kwanzas em 14,85 por cento, tendo os depósitos em moeda nacional contraído em 0,82.

Em termos anuais, os depósitos totais diminuíram em 3,72 por cento, reflectindo-se na redução dos depósitos em moeda estrangeira em 23,46 por cento, sendo as aplicações em moeda nacional aumentado em 16,41 por cento.

Os depósitos à ordem fixaram-se em 11,19 biliões de kwanzas, representando um aumento de 5,29 por cento no trimestre em análise, reflectido no aumento das aplicações a prazo em 16,70 por cento e das notas e moedas em poder do público que cresceram em 13,69 por cento, enquanto os depósitos à ordem diminuíram em 5,36 por cento.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Bancos têm o equivalente a 1.200 milhões USD em crédito malparado

Jornal Expansão

6 De Outubro de 2023

Texto: Joaquim José Reis

O malparado da banca comercial voltou a subir em Junho deste ano para 14,5%, um crescimento de 0,2 pontos percentuais face ao mês anterior. Contas feitas, dos 6,7bilhões Kz que valia o crédito bruto da banca em Junho, 977,6 mil milhões Kz estavam em incumprimento, de acordo com cálculos do Expansão com base nos Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário do Banco Nacional de Angola (BNA).

Estes 977,6 mil milhões USD equivaliam, à taxa de câmbio do último dia de Junho, a 1.188 milhões USD. Também em dólares, o crédito bruto do sector bancário valia 8.183 milhões USD.

Na prática, por cada 1.000 Kz de crédito bruto do sistema bancário nacional, 145,4 Kz estavam malparados no final de Junho, mês em que a moeda nacional depreciou 28% face ao dólar.'

Longe vão os tempos em que o malparado valia 34,5% do crédito bruto da banca, como aconteceu em Junho de 2019. Como o total do crédito bruto era de 4,9 biliões Kz, à taxa de câmbio da altura equivalia a 14.494 milhões USD. Ou seja, o malparado a Junho de 2019 era de 5.000 milhões USD. Só passado um ano é que baixou substancialmente, quando em Junho de 2020 a Recredit 'assumiu' o crédito em incumprimento do maior banco público, o BPC. E baixou para 2.026 milhões USD, o que é um sinal do peso que o malparado do BPC tinha no agregado do crédito em incumprimento de toda a banca.

Apesar de hoje se estar muito longe dessas percentagens, para vários especialistas o cenário deverá agravar-se no II semestre deste ano devido à perda de poder de compra das famílias mas também das empresas, numa fase em que a inflação está a acelerar devido à forte desvalorização do Kwana e à subida dos preços da gasolina

Ainda assim, no recente relatório sobre as primeiras discussões de avaliação pós-financiamento com Angola, o Fundo Monetário Internacional (FMI), depois de referir que os empréstimos de cobrança duvidosa caíram 8 pontos percentuais em Dezembro

de 2022, para 14,4% devido a grandes write offs (abates contabilísticos a crédito incobrável que ainda estava nos activos dos bancos, que o Expansão apurou serem o BAI e o BPC), revela que o risco parece ter diminuído. Justifica com o facto de as carteiras de crédito bancário serem relativamente pequenas (20% dos activos do sistema) mas também com as restrições aos empréstimos em moeda estrangeira e às elevadas provisões para perdas com empréstimos feitos pelos bancos.

2.2 FGC disponibiliza 200 mil milhões para acelerar cedência de crédito

Jornal de Economia & Finanças

6 De Outubro de 2023

Texto: Luís Damião

O Fundo de Garantia e Crédito (FGC) apresentou, ontem, em Luanda, o novo plano para a aceleração de garantias de crédito, com um investimento de 200 mil milhões de kwanzas, a informação foi avançada pelo assessor do Conselho de Administração da instituição.

Miguel Santos disse, durante a sua intervenção no primeiro "Fórum de Garantia e Crédito", que a nova linha de apoio vai disponibilizar para um período de quatro anos, com objectivo de dinamizar as garantias.

O FGC traçou um plano de aceleração e fomento de garantia de crédito para dar respostas aos desafios face ao actual contexto socioeconómico que o país enfrenta, promovendo o acesso o financiamento bancário a favor dos micro-empresendedores.

Miguel Santos explicou que a cobertura máxima de garantia a ser prestado pelo FGC a favor do banco, por cada operação de financiamento é de 80 por cento do valor crédito, sendo que o valor máximo da garantia prestada é de 10 milhões de kwanzas.

Linhas de garantias

O assessor sublinhou que o FGC dispõe de três linhas de garantias para apoiar os operadores. Nomeadamente a garantia de apoio à produção, projecto para o desenvolvimento da agricultura comercial e apoio aos pequenos negócios.

Miguel João fez saber ainda que são elegíveis para linha de crédito com garantia automática o sector primário nomeadamente a agricultura, silvicultura, pesca e pecuária.

Para o sector secundário, destaca-se a indústria transportadora, e para o terciário está o comércio, transporte e serviços.

2.3 Mais de cinco milhões de angolanos são usuários dos serviços de bancos

Jornal Economia & Finanças

6 De Outubro de 2023

Texto: Regina Handa

Pouco menos 32,3 por cento da população com 15 ou mais anos de idade, que corresponde a 5.693.602 pessoas possui uma conta bancária, dos quais cerca de 83,8 por cento tem cartão de débito (Multicaixa) activo que utiliza para pagamentos.

Segundo o "Inquérito de Literacia Financeira" realizado entre Janeiro de 2021 e Setembro de 2023, sob responsabilidade do Banco Nacional de Angola (BNA) em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE), apresentado ontem, em Luanda, dos entrevistados que não possuem uma conta bancária, cerca de 68 por cento encontravam-se empregados, 25 por cento desempregados e 7 por cento inactivos.

Em relação à utilização das contas, 56 por cento dos que têm conta bancária a utilizam apenas uma vez por mês, 16 por cento duas a três vezes por semana e 14 por cento uma vez por semana.

Os dados do BNA e do INE indicam que os cerca de 68 por cento que não possuem conta bancária apresentaram como principal razão a falta de rendimento que justifique a abertura de uma conta bancária.

Sobre os direitos do consumidor bancário, o inquérito destaca que apenas 6 por cento da população com 15 ou mais anos de idade tem conhecimento, sendo que nas áreas rurais este valor chega a ser cerca de 2 por cento mais baixo. No entanto, 26 por cento da população com 15 ou mais anos já apresentou pelo menos uma reclamação contra o banco que gere a sua conta.

Deste número, 92 por cento foram ouvidos por formulários da agência bancária e 17 o fizeram por escrito no livro de reclamações do banco.

Hábitos de poupança

Segundo o inquérito, da população com 15 ou mais anos de idade, cerca de 5 por cento declarou que alguma vez procurou conselhos jurídicos para resolver assuntos relacionados com a sua conta bancária.

Destes, 81 por cento declararam a evasão de dinheiro na sua conta sem o seu conhecimento ou

consentimento como principal motivo da procura dos conselhos. Apenas 4 por cento da população com 15 ou mais anos de idade tem seguro.

Cerca de 56 por cento da população com 15 ou mais anos de idade tem conhecimento sobre a poupança e 36 por cento faz poupança, destes 54 por cento o faz mensalmente. Da população com 15 ou mais anos de idade, 73 por cento guardam a sua poupança em casa, e 35 por cento a aplica num produto bancário, e cerca de 37 por cento da população com 15 ou mais anos de idade já ouviu falar sobre a reforma ou pensão de velhice, mas destes apenas 18 por cento possuem um plano de reforma.

2.4 Particulares e comércio valem 43% do crédito bancário

Jornal Expansão

6 De Outubro de 2023

Texto: Teresa Gando

O crédito a particulares e ao comércio representam 43% do crédito bancário concedido até ao mês de Agosto, equivalente a 2,5 biliões Kz de um total de quase 5,8 biliões Kz, de acordo com as Estatísticas Monetárias e Financeiras do Banco Nacional de Angola (BNA).

No período em análise, o crédito a particulares (que pressupõe ao consumo) cresceu 38,3% desde final de 2022 ao atingir quase 1,3 biliões Kz, mais 366,9 mil milhões Kz. Já para o sector do comércio, o stock de crédito em Agosto era de 1,2 biliões Kz, o que representa um crescimento de 22,2%. Importa recordar que em Junho deste ano o crédito a particulares superou o sector do comércio pela primeira vez desde 2014 e passou a liderar o ranking dos sectores com mais crédito bancário.

Ainda de acordo com o documento, até Agosto o crédito da banca ao sector não financeiro valia quase 5,8 biliões Kz, o que representa um aumento de 1,0 biliões, ou seja, um crescimento de 26% desde Dezembro de 2022, justificados pelos efeitos da desvalorização cambial, já que a moeda nacional depreciou quase 40% entre Maio e Julho. Como uma parte dos empréstimos são em moeda estrangeira, quando são convertidos para kwanzas automaticamente faz subir contabilisticamente o valor desses créditos nos dados agora divulgados pelo banco central.

Entre os 23 sectores que constam no relatório do B A, apenas três viram o seu stock de crédito cair. Tratam-se dos outros serviços (-1,3%, equivalente a menos 3 mil milhões Kz), da Actividade de

consultoria, científica, técnicas e similares (-15,1%, menos 6,6 mil milhões Kz) e a Electricidade, gás, vapor, água (-53,0%, menos 1,3 mil milhões).

Quanto aos restantes 30 sectores, todos viram o stock de crédito crescer, com destaque para o crédito ao consumo (particulares) que foi o que mais cresceu (+38,3%), com mais 356,6 mil milhões em Agosto face a Dezembro de 2022. Segue-se o Comércio (+22,2%), com mais 223,1 mil milhões Kz e o sector da Construção (+47,0%) fecha o pódio dos que viram o crédito crescer mais, fechando o mês de Agosto com mais 180,0 mil milhões Kz.

Já segundo outro relatório do BNA, a Ota de Informação Estatística Sobre o Crédito, relativo a Agosto de 2023, do total de 5,8 biliões Kz de stock de crédito, 89,7% era endividamento do sector privado (empresas privadas e particulares) e 10,3% do sector público (administração pública e empresas públicas).

Do total dos 5,8 biliões Kz que valia o stock de crédito até Agosto, 1,3 biliões estavam alocados ao sector real da economia, o que representa um aumento de 368,8 mil milhões Kz (38,5%) face ao período homólogo. Destes 1,3 biliões Kz, cerca de 952,4 mil milhões Kz foram concedidos no âmbito dos Avisos do BNA de fomento ao sector real, o que representa um crescimento homólogo de 38,5% influenciado, principalmente, pela Indústria Transformadora.

Por outro lado, do total de 5,8 biliões Kz de crédito, 252,7 mil milhões eram relativos a crédito à habitação.

O economista Carlos Lumbo admite que, além da questão da desvalorização cambial, também as políticas do BNA que visam fomentar a concessão de crédito estão na base do crescimento do crédito nos últimos meses. "O BNA em 2023 continuou a optar por adoptar uma política monetária no sentido de facilitar a concessão de crédito, baixando ou mantendo as taxas directoras de juro, apesar da intensa inflação decorrente. Assim, a política monetária vai no sentido de facilitar o recurso ao crédito", sublinhou.

2.5 BNA considera baixo o nível de poupança no país

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2023

Texto: Regina Handa

A taxa de poupança em Angola ainda é a mais baixa da região a julgar pelo défice de literacia financeira no mercado.

A informação foi prestada quarta-feira, em Luanda, pelo sub-director do departamento de inclusão financeira do Banco Nacional de Angola (BNA), José Cortez, na abertura da semana da poupança, em alusão ao dia mundial da poupança que se assinala a 31 de Outubro.

Em alusão à data, o BNA está a aproveitar a "Semana da Poupança" como mais uma ocasião para sensibilizar os estudantes, crianças e jovens sobre sistema básico financeiro.

O objectivo é de alertar para a necessidade de constituir poupanças para situações futuras adversas ou imprevistas, bem como fortalecer a convivência sobre a gestão de finanças e o bem-estar pessoal, tendo em vista o alcance da independência e resiliência financeira.

De acordo com José Cortez, o hábito de poupança no país ainda é preocupante, razão pela qual o BNA tem estado a desenvolver todo um conjunto de acções no sentido de mudar o "quadro a nível da educação financeira no seio da população, com realce para estudantes, crianças e jovens com o objectivo de terem conhecimentos básicos sobre o sistema financeiro a poupança.

Explicou ainda, que actualmente, Angola está com uma taxa de literacia financeira de 25 por cento, segundo dados do INE, o que considera muito baixo, razão pela qual o BNA, tem promovido seminários de literacia.

"A nível da SADC, estamos mais baixos em relação a alguns países", informou.

Por sua vez, o administrador do Talatona, José Bastos, agradeceu a iniciativa do BNA por ter escolhido o município para a abertura da semana da poupança.

Realçou que hoje em dia, são poucas as pessoas que começam com os hábitos de poupança com tenra idade.

2.6 "Falta de recursos trava poupança das famílias"

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2023

Texto: Juliana Evangelista

A poupança é um rendimento que todo e qualquer cidadão retém ou guarda para usufruir no futuro. Obter um controlo financeiro é estar consciente sobre os gastos que está a realizar e por outro lado, saber como as economias serão usadas a longo prazo.

As famílias angolanas, vivem um grande dilema relativamente as poupanças. É verdade que existem várias razões que concorrem para que as famílias e cidadãos não façam poupanças, dentre elas poderá estar na falta de recursos suficientes para aceder a um produto financeiro, visto que, com o efeito da globalização e internacionalização dos mercados, os cidadãos criaram novos hábitos e estão cada vez mais consumistas e muitas vezes acabam por consumir mais do que aquilo que ganham.

Portanto, é importante que se identifique os custos do agregado familiar que devem ser compatíveis com as receitas, ou ligeiramente inferiores as receitas de forma que haja uma "folga" para se conseguir operar poupanças. Por outro lado, existe claramente o desconhecimento por parte do público em geral, sobre os produtos bancários oferecidos pelos bancos comerciais.

Seria interessante um realinhamento na comunicação do público alvo, sobre o portfólio de produtos bancários, que certamente ajudaria na mudança de mentalidade sobre a forma de se fazer poupança por via da utilização de produtos bancários.

Vantagens de poupar

O acto de poupar trás inúmeras vantagens, na medida que os cidadãos têm a possibilidade de criar um fundo para cobrir qualquer situação de emergência, fazer um investimento, ou criar um negócio próprio. Poupar é vantajoso porque os recursos estão a guarda de uma instituição financeira a capitalizar, que é mais

seguro do que ter o dinheiro em casa, correndo o risco de despende.

Olhando a poupança em outro prisma, quando se verificar um nível considerável de poupança por parte dos cidadãos o país ganha, na medida que se os recursos forem bem aplicados, estimula o desenvolvimento económico. No caso do empreendedorismo estarão os cidadãos a contribuir para diversificação da economia, aumento de postos de trabalho, redução da pobreza e mais receitas para o estado por via do pagamento de impostos. Porém, é fundamental que haja estabilidade a nível dos empregos, de forma a garantir os rendimentos para aplicação de recursos.

Qualquer aplicação financeira deve ser realizada em função das disponibilidades dos cidadãos, para as pessoas com baixo rendimento que não têm recursos suficientes para operar um conjunto de derivados financeiros, ou investimentos similares pode optar pela alternativa de economizar quantias mínimas por mês, depositando numa conta num banco, e no final de um determinado período conseguirá obter recursos para determinada operação financeira que lhe proporcionará rendimentos (juros) para cobrir situações de emergência e outros investimentos. Também pode-se optar em operações na Bolsa de Valores, como por exemplo, na aquisição de bilhetes tesouro com maturidades de curto prazo.

Sabemos que é muito difícil poupar, principalmente em momentos de crise, entendemos que os ciclos recessivos fazem parte da dinâmica económica dos países. O impacto da crise na vida dos cidadãos, pode ser compreendido com a alteração de comportamento relativamente ao consumo de bens e serviços, é necessário poupar e combater o desperdício, e sobretudo eliminar o ímpeto consumista. A crise ensina-nos a fazer o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a valorizar o trabalho e a solidariedade.

2.7 Transferir títulos que servem de garantia de crédito pode aumentar malparado na banca

Jornal Expansão

21 De Julho de 2023

Bancos alertam que a transferência para as correctoras e distribuidoras de títulos de dívida pública e acções custodiadas na banca e que foram utilizados pelos clientes como garantia de crédito pode fazer aumentar o malparado e obrigar as

instituições bancárias a inscrever imparidades sobre este crédito, agravando os resultados do sector e, por sua vez, a receita fiscal do Estado, apurou o Expansão.

A 31 de Junho terminou o prazo para os bancos transferirem títulos privados (acções, unidades de participação e obrigações corporativas) para a custódia e negociação das corretoras e distribuidoras. O facto de existirem muitos títulos privados e públicos usados como garantia leva os bancos a ficarem com um 'pé atrás' em relação à obrigatoriedade de os repassar para as entidades que a partir deste mês ficaram com a possibilidade de os negociar. Especialmente no que respeita à transferência de contas custódia onde estão domiciliados títulos de dívida pública, cujo prazo para transferência termina em Dezembro.

"Gostávamos de perceber qual legislação legítima a nós, bancos, para solicitar e assegurar que as corretoras e distribuidoras cativem títulos que nos foram entregues como garantia de crédito. Esta situação preocupa-nos porque quando os títulos estão sob a posse dos bancos o controlo é maior e a hipótese destes serem negociados é nula", disse um banqueiro ao Expansão, solicitando anonimato.

A fonte esclarece que a situação "é preocupante e pode aumentar o malparado na banca" e prejudicar os resultados dos bancos já que "muitos vão ser obrigados a inscrever imparidades" e a fazer provisões.

Por sua vez, o Expansão apurou junto de fonte ligada ao processo que vários foram os bancos a enviar solicitações de esclarecimentos sobre esta preocupação à Comissão do Mercado de Capitais. Mas o Expansão sabe que os normativos de garantia de crédito são tratados em normativos pelo Banco Nacional de Angola.

Fontes ligadas ao processo explicam que pese embora os títulos que serviram de garantia para crédito estejam nas corretoras ou distribuidoras, os bancos ao transferir devem informar a BODIVA e a distribuidora ou corretora sobre a garantia que existe sobre os títulos e a documentação que o comprove. Feito isto, as instituições que custodiam e negociam estes títulos, neste caso BODIVA, corretoras e distribuidoras, não irão negociar ou permitir a negociação dos mesmos.

Questionados se o facto de existirem vários títulos de dívida pública e acções entregues como colateral para obter crédito não legitima o não envio das acções ou títulos de dívida pública em questão, uma fonte refere que a CMC e o conselho de reguladores diz que este

facto não garante excepção e que os bancos devem mesmo assim transferir os títulos.

Investidores descontentes

São vários os investidores a demonstrarem sinais de descontentamento em relação à morosidade do processo para transferência dos seus activos para corretoras ou distribuidoras. João de Almeida Neto, accionista do BAI, queixa-se de ter solicitado a transferência para a AUREA, distribuidora do próprio BAI, mas que até ao momento não foi feito. Já no caso do Caixa Angola, os seus activos já foram encaminhados para a AUREA

Já Pedro Feliciano, outro investidor, refere que fez a solicitação dentro do prazo, mas o BAI apenas enviou um e-mail "a dizer que estão a resolver o problema" e "desde então não dizem mais nada". Outro investidor, Clésio Henriques, mostra-se igualmente descontente porque seis dias antes de terminar o prazo para transferência dos títulos privados indicou ao Caixa Angola que transferisse as suas acções para uma corretora e até esta semana assunto está por resolver.

O Expansão solicitou esclarecimentos aos dois bancos, que se escusaram a responder alegando que o processo de transferência ainda decorre.

J.C.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Mercado do Matabicho transformado em “entrepósito” de produtos agrícolas

Jornal de Angola

4 De Outubro de 2023

O espaço foi requalificado em Abril de 2017, pelo Grupo Matabicho Dieiro, Lda, a quem foi entregue a gestão do mercado pela Administração Municipal. O objectivo principal, na altura, era de retirar os vendedores em lugares inapropriados na cidade do Sumbe.

O relógio marca 5h40 e, como sempre, à entrada do mercado vê-se mulheres de várias idades, que fazem a revenda dos produtos agrícolas, a escolher o melhor para oferecer aos seus clientes. Com as atenções voltadas aos produtos, era impossível iniciar uma conversa com as grossistas que atendiam as retalhistas, ao mesmo tempo que falavam com os homens da fiscalização do mercado que procediam ao registo das mercadorias.

O período entre 19 horas e 4h40 da manhã é reservado aos grossistas e produtores que trazem mercadorias dos vários pontos da província. A partir das 5h00 o mercado começa a receber retalhistas dos vários mercados do município.

Grossistas movimentam o mercado do Matabicho

Por causa da correria das grossistas e retalhistas, que impossibilitou qualquer contacto com os vendedores, no período da manhã, a equipa do Jornal de Angola teve que voltar ao mercado às 13horas para concluir a reportagem.

Luísa António, 46 anos, é grossista de produtos como tomate, cebola, repolho, batata-rena e doce, frutas e variedades de legumes provenientes dos municípios do Cassongue, Amboim, Ebo, Quibala, Seles e Cela, entre outras localidades da província.

Há mais de dez anos que Luísa António sai de casa às 4h30 para chegar ao mercado às 5h00. Moradora do bairro da Pedra, nas imediações do Mosquiteiro, Luísa António conta que começou a vender aos 20 anos, depois de ter dado à luz ao seu primeiro filho, já falecido.

Mãe de quatro filhos, dona de uma timidez e um tom de voz dócil, Luísa António não parece a mesma

mulher que orienta os carregadores a tirar as caixas de produtos da carrinha e mantê-las de forma organizada.

Quando questionada sobre a rentabilidade do negócio, Luísa António disse que, como qualquer comerciante, tem dias bons e maus, pois existem momentos que, por falta de clientes, os produtos estragam e algumas vezes as mercadorias chegam deterioradas. "Os dias não são os mesmos. Há dias que conseguimos vender todo o produto e outros que não. Às vezes, por falta de clientes, e outras porque algumas mercadorias deterioraram durante a viagem", sublinhou.

As grossistas recebem as mercadorias de vários fazendeiros, a quem chamam de "patrões", que mandam os produtos já identificados e cada uma retira da carrinha as caixas, de acordo com a quantidade enviada pelo produtor. "O patrão é quem produz e quando está pronto envia para nós grossistas para vendermos a mercadoria", acrescenta Henriqueta João, 41 anos, grossista mais de dez anos.

Residente no bairro Terra Prometida, Henriqueta João explicou que as primeiras horas do dia são de muita agitação, pois servem para retirar os produtos das carrinhas e vender às retalhistas. "Às 5h00 é muita correria, só queremos saber de organizar os produtos para vender. Mas, também, quem quer perder o pão?", questionou.

Henriqueta João observou que quando os produtos ficam escassos, a colega que receber do seu patrão pode vender para as outras grossistas. Revelou que as grossistas são procuradas por retalhistas de todos os mercados e às vezes de outros municípios. "A nossa convivência é saudável e nos ajudamos mutuamente. Não temos clientes preferenciais, todas são tratadas da mesma forma", referiu.

Clientes de vários pontos da cidade

O Jornal de Angola constatou que, a partir das 16h00, o mercado atinge o pico, em termos de movimentação de clientes, a maioria donas de casa, provenientes dos vários pontos do município, como Centralidade da Quibaúla, bairros do Chingo, Américo, Estaleiro, Bumba e Pedra, em busca de produtos agrícolas para as refeições diárias.

Além da diversidade de produtos do campo que o mercado oferece, o local também é conhecido pelo peixe fresco, porque muitas são as peixeiras que despacham aí o seu negócio.

Muitas são as donas de casa que frequentam o mercado e preferem fazer compras no período da manhã, porque, às vezes, conseguem comprar os

produtos directamente das grossistas, a preços mais baixos.

Fátima Daniel, 50 anos, com o semblante esgotado e as pestanas empoeiradas de tanto circular pelo mercado, caminhava em companhia do carroceiro João António, que transportava a carroça cheia de frutas, legumes e hortaliças.

Casada e mãe de oito filhos, Fátima Daniel reside na Centralidade da Quibaúla e todos os sábados recorre ao Mercado do Matabicho para fazer as compras da semana. Ela confessa que os preços acessíveis justificam-se pelo facto de ser o único mercado que recebe os produtos do campo no município do Sumbe, destacando ainda a sua diversidade.

"Os preços dos produtos cabem para o bolso de qualquer pessoa, ainda mais, pela grande concorrência entre as vendedoras", disse.

Maria Luísa, de 30 anos, partilha o mesmo pensamento. Enquanto provava a mandioca que havia comprado para o almoço de sábado, disse que com apenas 5 mil kwanzas consegue fazer compras no Matabicho. "Em casa já não compramos gasosa nem sumo, porque o mercado oferece todas as frutas que permitem fazer sumo natural, que é o mais saudável", sublinhou.

Trajada de blusa amarela, colã preto e chinelos, Maria Luísa, apesar de residir no bairro do Chingo, onde se encontra o Mercado da Feira, prefere ir ao Mercado do Matabicho para a compra de frutas, legumes, hortaliças e tubérculos.

Maria Luísa vai ao Mercado do Matabicho às 6h00 de todas as quartas-feiras, para comprar frutas e verduras porque gosta de comer produtos frescos. "Gosto de comer produtos de qualidade e fresquinhos, por isso, todas as quartas, às 6h00, venho ao mercado comprar frutas e verduras", referiu.

O negócio corre melhor na fase dos salários

Ana Carruagem, 18 anos, vende tomate, alho, cebola e verduras no mercado há quatro anos. A jovem começou a vender no mercado com a mãe, desde os 14 anos, inicialmente para sustentar os "caprichos".

A jovem estudante, que mora com os pais no bairro da Bumba, explicou que o negócio corre melhor na fase em que há salários. "Nesta fase as donas de casa querem fazer compras para o mês inteiro, o que é bom para nós, porque conseguimos vender todos os produtos", disse.

Para Fátima Elias, o trabalho não é fácil, pois todos os dias tem de acordar às 4 horas para deixar a casa arrumada e correr para o mercado em busca do melhor produto. "Tenho que madrugar para adquirir o melhor produto. Com o coração apertado, tenho que deixar os meus quatro filhos sozinhos em casa", disse.

"Nem sempre conseguimos vender todos os produtos porque alguns estragam", explicou Fátima Elias, acrescentando: "Às vezes ficamos três dias com o mesmo produto". "Tudo depende do fluxo de compradores", sublinhou, apontando o sábado como o dia mais rentável.

Carroceiro

Em pé, com o carro que lhe serve de instrumento de trabalho, Marcos Mário, que no mercado é conhecido por cabeludo, conversa com Venâncio da Costa, vendedor de sacos.

De calções azuis, camisola interior e uma sandália consumida pelo tempo, Marcos Mário, 27 anos, vive no Estaleiro, trabalha no mercado do Matabicho há três anos por causa da proximidade entre a sua residência e o mercado.

Pai de um filho, a jovem cobra entre 100 e 600 kwanzas pelos serviços que presta e diz que a sua jornada laboral inicia às 7h00 da manhã e termina por volta das 17horas. "Pago uma taxa de 200kz, sendo que durante o dia consigo fazer até 2500kz", adiantou.

Os preços no mercado são acessíveis, disse Marcos Mário. Confidenciou que para se conseguir clientes, depende do comportamento de cada um. "Temos que ser educados e obedientes com as "mamãs" e flexíveis até com os "ralhetes", disse.

3.2 Governador de Luanda destaca impacto social dos taxistas

Jornal de Angola

6 De Outubro de 2023

Manuel Homem destacou, durante o 7º Aniversário da Associação Nacional dos Taxistas de Angola (ANATA), o papel do sector dos transportes e os programas traçados pelo Governo Provincial de Luanda (GPL) para a melhoria das condições de mobilidade urbana.

O governador enalteceu o esforço do Executivo para ajudar na mobilidade urbana, através de mais investimentos, entre os quais o aumento de autocarros e a criação de alternativas de locomoção com os parceiros que investem no sector, sendo os taxistas pela ANATA.

"Queremos continuar a privilegiar a relação com as associações, com o objectivo de garantir que possamos organizar melhor a actividade de táxis na província de Luanda", disse Manuel Homem, reforçando que o GPL está a trabalhar com as associações para melhorar o sistema de paragens, actualmente utilizadas para permitir a segurança e maior qualidade no serviço prestado.

"Estamos igualmente a interagir para continuar a privilegiar a actividade dos taxistas e a gestão das cooperativas do sector. O objectivo fundamental é capacitá-los sobre como devemos, todos, melhorar o ambiente de negócio e de serviços prestados aos munícipes de Luanda".

À margem do acto, o governador colocou uma coroa de flores na estátua do motorista, em Luanda, numa homenagem simbólica para todos os taxistas que morreram nas estradas do país, no exercício da profissão.

Homenagem

O presidente da ANATA, Francisco Paciente, disse que a actividade realizada ontem é para homenagear o taxista, engrandecer e reconhecer o papel deste e o contributo dado, não só à economia angolana, mas também à mobilidade urbana. "O taxista é um elemento extremamente importante para a sociedade. Trabalhamos todos os dias com forte sentido de responsabilidade e solidariedade social, para merecermos a dignidade que pedimos e termos esse reconhecimento pelas autoridades e a sociedade em geral", reconheceu.

3.3 Desemprego coloca angolano top dos países mais empreendedores do mundo

Jornal de Angola

20 De Outubro de 2023

Texto: Telma Van-Dúnem

O alto nível de desemprego é o principal factor do crescimento do empreendedorismo no País, já que empurra as pessoas para a criação de negócios, contribuindo para que Angola mantivesse, em 2022/2023, o primeiro lugar do ranking dos países mais empreendedores do mundo, de acordo com o

relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que avalia a actividade empreendedora em 50 países.

De acordo com o estudo da GEM, 90% dos 2.148 empreendedores angolanos que participaram no estudo afirmaram que criaram negócios para ganhar a vida porque a oferta de emprego é escassa. Já 67,9% disseram estar motivados em construir riqueza ou obter rendimentos muito elevados e 63,5% fizeram-no para fazer diferença ao mundo.

Das 50 economias analisadas, seis são africanas. Angola, que pertence ao grupo de países de rendimento baixo, é o país do mundo com a maior taxa de empreendedorismo (53,4%), seguindo-se a Guatemala (rendimento médio) com 29,4% e o Panamá (economia de rendimento elevado) fecha o pódio com 27,9%.

A elevada Taxa de actividade empreendedora (TEA) nas economias de rendimento baixo pode ser explicada pelos elevados níveis de desemprego, o que leva a que a população tenha tendência para enveredar para actividades empreendedoras, aponta o relatório. Os novos negócios que surgem estão inseridos (83,6%) no sector de actividade orientado ao consumidor.

Em Angola, é a necessidade de ter um rendimento que está na base para o empreendedorismo já que a economia nacional tem crescido muito abaixo do crescimento da população, o que faz com que a economia não crie os empregos formais necessários para acolher o número de pessoas que ano após ano entram em idade activa de trabalho. De acordo com o estudo, 78% dos inquiridos angolanos disseram que tencionam começar um negócio nos próximos três anos, ou seja, 78% dos angolanos pensa em empreender num futuro breve e, consideram fácil iniciar um negócio no País. Este indicador destaca-se ainda mais quando comparado com o dos países africanos que apresentam valores mais elevados depois de Angola: Tunísia com 53% e Toga com 52%.

Por outro lado, 77% consideram ser fácil iniciar um negócio no País, o que coloca Angola ao lado de países como a Suécia (80%), Polónia (79%) ou a Índia- (78%). No entanto, os dados do relatório mostram que é difícil os empreendedores manterem esses negócios por muito tempo, sendo que 30% cessam em curto prazo. Assim, em cada cinco novos negócios que surgem no mercado nacional, em um ano três encerram. Um dos motivos que faz com que os novos negócios deixem de existir tem a ver com o acesso ao financiamento (39,3%), mas 29,1% alegam o facto de o negócio não ser rentável.

'Mercado digital' ainda não é aposta dos angolanos

Os dados revelam que o número de startups criadas e estabelecidas no País aumentaram. Todavia, num mercado competitivo onde as plataformas digitais são um dos impulsionadores para a internacionalização das marcas, os empreendedores ainda não têm explorado como deveriam essa ferramenta para aumentarem as suas receitas. Dos inquiridos, 66,2% dos empreendedores nascentes consideram não ter necessidade de utilizar essas soluções para os seus negócios em resposta à pandemia, mas 17,5% adoptaram tecnologias e soluções digitais ao negócio em resposta à pandemia, enquanto 12,1% melhoraram ou aumentaram o seu uso e

4,1 % não utiliza as tecnologias digitais de momento, mas planeia fazê-lo futuramente. Assim, apenas 2,4% dos negócios dos angolanos têm mais de 25% de facturação internacional.

Todavia, é um número que cresceu nos últimos anos. Estes números indicam que empreendedor nacional foca-se no público-alvo interno. Segundo os resultados da pesquisa, 94% dos negócios têm clientes locais, 50% são clientes nacionais e apenas 7% têm clientes internacionais.

Desde 2020, os estudos revelam que em Angola são as mulheres que lideram o empreendedorismo. Ao todo, de acordo com o estudo de 2022, 55,8% dos empreendedores são mulheres. Por outro lado, dos empreendedores nacionais, 54% não são licenciados.

Na sua 9.^a edição a GEM Angola inquiriu 2.148 pessoas da faixa etária dos 18 e 64 anos, em 10 províncias. Sendo que, a maior parte dos empreendedores são jovens, da faixa etária dos 25 aos 34 anos (58,6%). Para a análise das 11 condições estruturais do empreendedorismo foram ainda entrevistados 50 especialistas nacionais ligados ao empreendedorismo.

Comparado com os seis países africanos do estudo, Angola é o que apresenta condições estruturais do empreendedorismo menos favorável, com 2,9%.

3.4 Venda desordenada na rua Lino Amezaga

Jornal Luanda

30 De Outubro de 2023

Texto: João Pedro

A Administração do Distrito do Rangel montou um posto de comando permanente, com oito agentes da

Polícia Nacional e 14 efectivos da fiscalização, para garantir e assegurar o ritmo normal das obras.

"Queremos acabar com estas irregularidades neste perímetro da rua Lino Amezaga, porque dificultam os trabalhos da construtora, pelo que destacamos um posto comando da Polícia, auxiliado com agentes da Fiscalização", frisou o administrador do Distrito Urbano do Rangel.

Pedro Calunga disse que, apesar da sensibilização regular, há uma resistência das vendedoras, que insistem em comercializar os produtos nos locais onde estão a decorrer as obras.

Numa visita de constatação, na rua Lino Amezaga, o administrador ouviu reclamações da construtora, pelo que recomendou que sejam tomadas medidas preventivas.

As obras da Lino Amezaga abrangem um total de 1.200 quilómetros de extensão, que passará por uma intervenção profunda, com a reestruturação das redes de saneamento, drenagem pluviais de águas residuais e eléctricas, passeios, lancis, sinalização, pavimento asfáltico e arborização. E acrescentou que com a conclusão das obras, os moradores terão maior mobilidade de circulação, explicou Pedro Calunga.

Retirada das vendedoras Jorge Magalhães, chefe da Fiscalização do Rangel, garantiu que estão no terreno efectivos da administração para, em conjunto com os agentes da Polícia Nacional do Comando do Rangel, retirar todas as vendedoras da rua Lino Amezaga e arredores.

"Além das vendedoras ambulantes, alguns moradores também depositam lixo ao longo da rua, o que complica ainda mais o trabalho de requalificação da via", disse.

Em termos de infracções administrativas, o Serviço de Fiscalização do Distrito Urbano do Rangel tem realizado, desde o passado mês de Agosto, acções no sentido de repor a legalidade, com a retirada de cabines de venda de recargas telefónicas, roloutes.

"Fizemos várias operações e recomendamos os munícipes a não fazer as ruas de oficinas, a retirarem as viaturas abandonadas na via pública, por não serem locais autorizados para estas práticas", sublinhou.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Chitato define prioridades para o Orçamento do Município

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2023

Texto: Isidoro Samutula

São, no total, 10 prioridades que vão constituir a proposta para o Orçamento do Estado da Administração Municipal do Chitato, subdivididos em duas principais prioridades para cada sector, eleitas pelos munícipes presentes no fórum que contou com 70 participantes de vários estratos sociais, entre autoridades tradicionais, líderes religiosos, partidos políticos, académicos e várias organizações da sociedade civil.

Na ocasião, foram constituídos cinco grupos temáticos com igual número de propostas para cada sector, onde foram seleccionadas as três principais que serviram para a eleição, pelos munícipes, de duas prioritárias.

No sector da Educação, foram eleitas as propostas sobre a requalificação e apetrechamento das sete escolas degradadas do município do Chitato e o reforço da merenda escolar.

No sector da Saúde, as prioridades recaíram para a aquisição e distribuição de medicamentos nas unidades sanitárias e a contratação de quadros.

No sector da Acção Social, a prioridade vai para assistência alimentar aos idosos, crianças vulneráveis, por meio de kits permanentes e a construção e apetrechamento de um centro de acolhimento para as crianças no município.

Para o sector da Agricultura, os munícipes elegeram como prioridade o apoio institucional e reforço orçamental ao projecto social de combate à fome e à pobreza e o desenvolvimento do agro-negócio, assim como a criação de uma brigada de mecanização agrícola. Na Energia, Água e Saneamento, as prioridades são para a construção de 15 pequenos sistemas de distribuição água nas zonas rurais e aquisição de equipamentos necessários para remoção de resíduos sólidos.

A definição das prioridades começou com a discussão dos principais problemas que afligem os

munícipes a nível das duas comunas e dos três distritos urbanos que compõem o município, onde foram identificados os sectores que apresentam necessidades prioritárias. Depois foi a criação de grupos temáticos para a definição dos problemas e propostas de soluções, que terminou com a eleição das 10 prioritárias para o Orçamento Geral do Estado da Administração Municipal do Chitato.

O representante da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), Eurico Agostinho, que orientou o fórum, destacou os três grandes momentos definidos para a eleição das principais propostas para o Orçamento Geral do Estado da Administração Municipal do Chitato.

"Tivemos três grandes momentos, primeiro definimos os cinco principais problemas, destes foram definidas as três principais prioridades e, finalmente, a prioridade das prioridades, que foram discutidas ao nível das duas comunas e dos três distritos urbanos que compõem o município do Chitato", disse.

Eurico Agostinho frisou que com a eleição das 10 principais prioridades nos cinco sectores considerados fundamentais, o próximo passo é esperar que as propostas que constituem as preocupações dos munícipes façam parte do Orçamento Geral do Estado para o ano 2024, para dar solução aos problemas que o município apresenta.

Após aprovação do Orçamento da Administração Municipal, sublinhou que os munícipes devem participar no processo de execução dos projectos prioritários por intermédio de acompanhamento para ter a noção dos projectos executados e não executados constantes nas prioridades definidas.

"O que se espera é que os munícipes participem igualmente no balanço da execução do Orçamento da Administração Municipal de 2024, porque é desta forma que poderão perceber se na verdade aquilo que são as suas prioridades fizeram parte do orçamento para depois saberem quais foram executadas, os níveis de execução, os que estão em curso e as que não foram executadas", referiu, acrescentando que compete à Administração Municipal criar espaço de diálogo com os munícipes.

Eurico Agostinho considerou positiva a discussão e as contribuições que os participantes apresentaram durante o fórum, por ser um espaço mais alargado em função da pluralidade das opiniões para a constituição das prioridades que vão contribuir para o desenvolvimento do município e do bem-estar dos munícipes.

4.2 Governo e parceiros solicitam revisão de proposta do OGE

Jornal de Angola

4 De Outubro de 2023

Texto: Nicolau Vasco | Menongue

De acordo com dados avançados pelo secretário do Governo Provincial do Cuando Cubango, Adelino Mangonga, depois da reunião, realizada na segunda-feira, só parcialmente a proposta dá expressão orçamental a despesas de funcionamento e cobertura de acções que visam impulsionar o crescimento e desenvolvimento da província.

Segundo Adelino Mangonga, o orçamento previsto para despesas de funcionamento, de oito mil milhões de kwanzas, "não vai responder às necessidades vividas a nível das administrações e outras unidades orçamentais do Estado", pelo que a reunião adoptou uma proposta de 14 mil milhões de kwanzas.

Com esta última soma, prosseguiu, o Governo Provincial, através da sua área Social e das Administrações Municipais, vai conseguir cobrir o défice registado no presente ano, quando as despesas de aquisição de materiais de consumo corrente dos sectores da Saúde, Educação e apoio às famílias vulneráveis sofreram "cortes excessivos".

Apesar de reconhecer que a actual situação financeira do país é difícil, Adelino Mangonga notou que a verba destinada às despesas de funcionamento é de 10 mil milhões de kwanzas no Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano, com os oito milhões inscritos na proposta do Governo Central a representarem uma redução de 20 por cento, que pode agravar o apoio à área Social e o funcionamento das instituições do Estado na província.

A proposta adoptada pelas autoridades do Cuando Cubango, realçou o secretário, resulta, em grande medida, de encontros de auscultação realizados pelo governador José Martins, entre os dias 21 e 28 de Setembro, em Menongue, para recolher contribuições da sociedade civil e instituições públicas.

A reunião, liderada pelo governador provincial, contou com a participação dos membros do Conselho Provincial de Concertação Social, administradores municipais, delegados e directores dos gabinetes provinciais e outros parceiros do Estado.

Líder empresarial receia incumprimento da dívida

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Cuando Cubango, Longui Bongo, considerou que a

previsão de despesas de funcionamento inscrita na proposta de OGE para a província vai afectar negativamente as actividades das empresas no Cuando Cubango, sobretudo as que prestam serviços ao Estado.

Defendeu uma revisão da proposta de OGE para a província, para que não haja disparidade entre as províncias com menos desenvolvimento, entre as quais se inclui o Cuando Cubango, e as outras, como Luanda, Huíla, Benguela e Huambo.

Longui Bongo referiu que 50 das 96 empresas filiadas à organização aguardam, há mais de dez anos, valores avultados da dívida pública, reclamando uma resolução que ponha termo às falências.

Empregue menos de metade das verbas do PIIM

A Reunião Ordinária do Conselho de Concertação Social do Cuando Cubango, realizada na segunda-feira, abordou, com maior destaque, a execução do Plano de Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) deste ano, avaliado em 36 mil milhões de kwanzas.

Os números apresentados na reunião indicam que cerca de 14 mil milhões de kwanzas desse plano foram disponibilizadas a 10 unidades orçamentais, incidindo sobre 63 projectos e acções.

Para o êxito do PIIM, o Conselho Provincial de Concertação Social recomendou a coordenação local do programa e a contínua e rigorosa monitorização da execução dos projectos e acções, com vista a que atinjam a qualidade desejada.

Para aumentar os níveis de consumo de água potável, foi decidida a promoção de projectos de construção de sistemas convencionais de captação, tratamento e abastecimento em todas as sedes municipais e comunais, com vista a permitir que boa parte da população tenha acesso à água.

4.3 Vice-presidente da República convidada para madrinha do projecto "cidade ecológica do Huambo"

Jornal Economia & Finanças

6 De Outubro de 2023

Texto: Constantino Eduardo

O projecto do Huambo «Capital Ecológica» tem como epicentro o renascimento do jardim botânico, vulgarmente conhecido por 'estufa', ao que se junta, igualmente, a ribeira da Granja, uma estrutura mista

com a componente de drenagem de águas pluviais das partes alta e baixa e de uma nascente, que ajuda a aduzir a água na lagoa.

"Que também tem uma função pitoresca, para além das outras que nós temos e conformam as águas neste canal, que acaba sendo um fundo de vale. Se entendermos que o objecto é trazeremos "Huambo Capital Ecológica" de volta, a província está a fazer um trabalho digno de realce que tem a ver com o reflorestamento", explicou o vice-governador à Vice-PR, tendo adiantado que, para a materialização desse projecto, o governo local se vale de protocolos firmados com o Projecto Reforma Floresta, na perspectiva de recompôr os polígonos urbanos florestais.

"Refiro-me não só ao Calombula, Sacahala, Deolinda Rodrigues e todos outros espalhados por dentro. Esse projecto vai permitir que, olhando um pouco para aquilo que são os nossos instrumentos de ordenamento, que orientam sempre que cada indivíduo, qualquer que seja o projecto, tenha 30 por cento de verde, também podemos associar ao Programa Nacional da Normalização Ambiental (...) poder capacitar as pessoas, no sentido de todos os municípios poderem ter os seus 30 por cento de verde", sustenta.

Elmano Inácio prevê dificuldades na implementação do projecto devido àquilo que qualifica de actuação de cidadãos nas florestas quer urbanas, quer rurais, elencando, essencialmente, três factores. O primeiro tem a ver com o aspecto económico, que passa pelo abate de árvores para a produção de carvão; o segundo está relacionado com a preparação de terras, ao passo que o terceiro se refere à utilização dos espaços para a caça de animais.

"Ou seja, se é essa a nossa cultura, por um lado nós danificamos a biodiversidade, consequentemente perdemos os nossos ecossistemas. No domínio dos resíduos como tal, as nossas estratégias actuais para o desenvolvimento desta matéria ainda são, de facto, incipientes ... Ainda temos insuficiência de toda a natureza", reconhece governante. Entretanto, o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas assinala a existência de um projecto de construção de aterro sanitário - que ia já na ordem de 90 por cento do grau de execução, mas que, hoje, devido ao estado de vandalização, baixou para 75.

"É um aterro que está a ser discutido até ao nível da valorização dos resíduos, sendo certo que a província tem vindo a discutir já as questões manifestas de recolha selectiva", pontualizou.

Fornecimento de água ao CAFU risco

À Vice-Presidente da República, o vice-governador do Huambo apresentou preocupação relativa à danificação da nascente do rio Cunene, no município da Chicala Choloanga, aldeia de Talulua, facto que, segundo disse, está a condicionar a produção de água. Hoje, sustenta o governante, o líquido que se produz é ligeiramente inferior se comparado ao período natural da aludida nascente.

Fontes de crédito do Governo Provincial do Huambo juntaram -se voz da Loti Nolika e ressaltaram que, se o Governo Central não puser termo à forma de exploração na nascente, o CA-FU, projecto de transferência de água, de iniciativa do Presidente da República, João Lourenço, poderá ficar sem água.

O projecto, inaugurado pelo PR em 2022, custou aos cofres do Estado cerca de USD 130 milhões, daí que fontes tenham colocado o acento tónico justamente nesse quesito e sugerido ao Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, que tem Diamantino de Azevedo à cabeça, acção tendente à normalização.

4.4 PR elogia Orçamento Participativo como 'mecanismo democrático'

Novo Jornal

6 De Outubro de 2023

Texto: David Felipe

O Presidente da República, João Lourenço, considerou, na terça-feira, 03, que o Orçamento Participativo, em consulta pública em todo o país, "é um exemplo eloquente da implementação desse mecanismo democrático que visa influenciar as decisões políticas a favor das comunidades".

Ouvir o cidadão sobre as preocupações mais prementes do seu município constitui, hoje, o ponto de partida de qualquer política pública que se destine à melhoria da vida das comunidades", escreveu o Chefe do Executivo angolano na sua página de Facebook.

"A auscultação das comunidades, no quadro do orçamento participativo, que decorre um pouco por todo o País, envolvendo líderes da sociedade civil e cidadãos individuais, é um exemplo eloquente da implementação desse mecanismo democrático que

visa influenciar as decisões políticas a favor das comunidades", acrescentou.

Destacou ainda que o seu Executivo promove, apoia e encoraja a participação de todos nas discussões sobre o instrumento mais importante na gestão do País.

Refira-se que o Estado já disponibilizou 320 milhões Kz para a criação de condições para que, nos 164 municípios do país, todos os munícipes apresentem, de forma livre, as suas contribuições para os orçamentos locais, a serem reflectidas no OGE de 2024.

O Ministério da Administração do Território lançou, oficialmente, em 2021, o Orçamento Participativo, um mecanismo que visa permitir que os cidadãos participem directamente na gestão das finanças públicas a nível local, através do Orçamento do Município, com uma verba anual fixada em 25 milhões Kz.

Através do orçamento Participativo da administração municipal, os munícipes poderão participar na definição das prioridades dos Governos ou das administrações locais.

O orçamento tem dado aos munícipes a possibilidade de planificarem as suas finanças de acordo com as prioridades locais e promover uma gestão participativa, democrática e partilhada dos recursos públicos.

A implementação do Orçamento Participativo está a ser conduzida pelo Ministério da Administração do Território em colaboração com administrações municipais, as comunidades locais e organizações da sociedade civil.

4.5 OGE 2024 define a construção de três estradas prioritárias para a Lunda-Norte

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2023

Texto: Armando Sapalo

O Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação vai estabelecer como prioridade no Orçamento Geral do Estado (OGE 2024) a reabilitação e construção de três estradas para o desenvolvimento sócio-económico de alguns municípios da Lunda-Norte.

A informação foi avançada, ontem, ao Jornal de Angola, pelo director de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII) do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Paulo Tecas, no final de uma reunião de balanço que o titular do pelouro, Carlos dos Santos, teve com as autoridades da província, na sequência da visita de trabalho de algumas horas ao Dundo.

O ministro visitou, concretamente, as obras de contenção de ravinas na zona-1 da Centralidade do Mussengue, rotunda do Aeroporto Kamaquenzo e outras, incluindo os trabalhos de desassoreamento da conduta da Central Hidroeléctrica do Luachimo.

Além da reunião ter decorrido à porta fechada, Carlos dos Santos não prestou declarações à imprensa, mas o Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa assegurou que o governante transmitiu que a Estrada Nacional 170, que estabelece a ligação entre as sedes da comuna do Camaxilo, município do Caungula, passando pelo município do Lubalo, até à comuna do Camaxilo, em Capenda-Camulemba, num percurso de aproximadamente 208 quilómetros consta das prioridades para o exercício económico do próximo ano.

O Executivo, disse a fonte, vai também inscrever no OGE 2024, a via entre a sede municipal do Cuango/Cafunfu, com término no limite da fronteira com a República Democrática do Congo, num total de 201 quilómetros.

A terceira estrada que, também, figura das acções prioritárias é a que liga a localidade do N'zagi, município do Cambulo, com a comuna do Canzar, até ao Posto Fronteiriço do Tchicolondo, com a República Democrática do Congo.

"Já há garantias de que as três estradas, designadamente Camaxilo/Lubalo/Xinge, Cuango/Cafunfu, até à fronteira, assim como N'zagi/Canzar, terminando no Posto Fronteiriço do Tchicolondo, vão estar inscritas no OGE 2024. O senhor ministro deu esta garantia de que estas vias são prioritárias", acrescentou Paulo Tecas.

Decorridos quase nove anos desde a consignação para o início das obras de construção da Estrada Nacional 170, alegadamente por descontinuidade do financiamento do projecto, as autoridades da Lunda-Norte e a população do município do Lubalo defenderam sempre a criação de condições, sob pena do isolamento da circunscrição.

A via de acesso está em fase avançada de degradação, aliada aos sinais do surgimento de erosões, numa altura em que se entrou para o período de chuva, um problema por resolver e que ganha outro impulso com o anúncio do ministro Carlos dos Santos, no encontro com o Governo Provincial e algumas empresas do sector de Construção.

No troço sede do Lubalo, comunas do Camaxilo e Xinge, nos municípios do Caungula e Capenda-Camulemba, os trabalhos estão paralisados há nove anos. Trata-se de um percurso de 208 quilómetros, repartidos entre 115 e 93, apurou o Jornal de Angola.

A retoma das obras do troço Camaxilo/Lubalo até ao Xinge reveste-se de capital importância, por ser o "ramal" do ponto de partida, previsto para interligar os eixos rodoviários entre as Estradas Nacionais 225 e 230.

Contenção de ravinas

As obras de contenção de ravinas - que ameaçavam destruir alguns edifícios de quatro pisos da zona da Centralidade do Mussengue e outras infra-estruturas de impacto sócio-económico da cidade do Dundo, capital da Lunda-Norte, como a rotunda do Aeroporto Kamanquenzo, incluindo a rede viária do casco periurbano - decorrem a um ritmo satisfatório.

A garantia foi dada à imprensa pelo director nacional de Obras de Engenharia do Ministério de tutela, Lucau Kiampuco, ressaltando a execução dos trabalhos de contenção em todas as ravinas consignadas no início deste ano que estão em fase final.

De acordo com o responsável, a delegação, encabeçada pelo ministro Carlos dos Santos, saiu da Lunda-Norte com uma impressão positiva sobre as acções em curso.

Lucau Kiampuco disse que está em curso o projecto de desassoreamento de rios no país, incluindo o do Luachimo, na Central Hidroelétrica, no Dundo, um trabalho iniciado na província de Namibe.

4.6 Os orçamentos participativos e os problemas que estamos com eles

Novo Jornal

27 De Outubro de 2023

Texto: Sérgio Calundungo

O facto de muita gente afirmar nos seus pronunciamentos públicos que o mais importante é

resolver os problemas do povo", não significa necessariamente que tenha como foco da sua preocupação "os problemas do povo". Entre nós, tem sido comum ver muitos decisores, fazedores de opinião e até profissionais ligados às questões do desenvolvimento proporem ou esmerarem-se na busca de soluções para aquilo que pensam ser "os problemas do povo". É curioso que estando orientados para a busca de soluções, para "os problemas do povo", ignoram o facto de que um problema bem identificado, por aqueles que o sentem (neste caso o "povo") é meio caminho andado pra a solução!

Quantas vezes já fomos confrontados com propostas ou tentativa de soluções dos "problemas do povo", surgidas de quem nem se quer possui uma perfeita compreensão dos problemas, em concreto que pretende resolver?

Quantas vezes fomos confrontados por pessoas, que se esmeram na busca de soluções para os problemas do "povo", sem se preocuparem em saber quais são os anseios, as expectativas e prioridades do "povo"? Isto sem falar daqueles, cuja principal preocupação é a de implementar soluções superiormente emanadas, de maneira acrítica, mesmo que desalinhasadas ao contexto.

Nos vários discursos e narrativas em torno dos "problemas do povo", nota-se que muitas vezes se levantam para criticar ou apoiar as acções que se implementam, simplesmente, porque definem os problemas que pretendem ver resolvidos como a presença ou ausência de uma solução, por eles preferida. Daí que, constatamos a existência de muitas intervenções estandardizadas, que até podem funcionar num dado contexto e não em outros.

Por estas e outras razões, quando tomei contacto com o documento que estabelece o orçamento participativo, fiquei bem impressionado perante um documento muito bem concebido, que responde de forma assertiva às reivindicações, em torno de cidadãos, nos processos de tomada de decisões a nível local. Daí que sempre me referi a ele, como sendo um autêntico "Ferrari", a julgar pela sua qualidade e pertinência, face ao nosso contexto!

Como todo Ferrari, ele tem algumas exigências e faço votos para que as instituições do estado criem um ambiente propício, para que os actores locais identifiquem, de batam e só depois proponham soluções para os seus problemas e que a sociedade civil, mais do que considerar apenas o volume de dinheiro colocado à disposição dos cidadãos, para que estes decidam as prioridades, aproveitem esta grande oportunidade para que os problemas sejam

identificados localmente, através de um consenso partilhado.

Este sentido, eu tenho a expectativa de que a médio prazo, os exercícios feitos em sede dos processos de Orçamento Participativo contribuam para o desenvolvimento de capacidades das administrações e comunidade locais, de modos a garantir que a médio e longo prazo se estabeleça entre nós uma cultura, segundo a qual 011 problemas passam a ser localmente bem identificados, por aqueles que mais sofrem e/ou melhor os conhecem.

Quem vive os problemas a nível local, sabe quanto importante é a sua correcta identificação, feita pelos actores locais (principais agentes de mudança e, por isso, oportunidades como as surgidas com a implementação dos orçamentos participativos não podem ser de modo algum desvalorizadas. O envolvimento dos cidadãos na definição dos orçamentos participativos motiva e impulsiona a mudança, já que durante os processos de interação, os problemas com que se debatem as comunidades locais podem ser melhor identificados e as respostas e opções escolhidas com maior dose de realismo.

Quem vive os problemas a nível local, sabe quanto importante é a sua correcta identificação, feita pelos actores locais (principais agentes de mudança)"e, por isso, oportunidades como as surgidas com a implementação dos orçamentos participativos não podem ser de modo algum desvalorizadas. O envolvimento dos cidadãos na definição dos orçamentos participativos motiva e impulsiona a mudança, já que durante os processos de interação, os problemas com que se debatem as comunidades locais podem ser melhor identificados e as respostas e opções escolhidas com maior dose de realismo.

Resta saber se por via do orçamento participativo, as administrações locais terão a habilidade, competência e o interesse em reunir os principais agente locais de mudança, tanto pelos decisores, como pelos potenciais mobilizadores (não apenas, pelo que as poiam, mas também por aqueles que as criticam), para responder às perguntas que se levantam, sob, naquelas, cuja complexidade só podem ser adequadamente respondidas por agentes internos ao contexto e não por pessoas externas, confortavelmente sentadas num escritório qualquer de uma instituição ao nível central, pois que, desde a Mutamba, nem sempre se pode adivinhar o que preferem ver inscritos em termos de prioridades no seus orçamentos municipais, os/as compatriotas nossos que vivem no Maculusso, Combatentes ou no Chongorói.

E aí, não basta perguntar às pessoas que participam nestes processos, o que pretendem incluir no orçamento participativo do seu município, é importante garantir que as respostas por estas fomicidas sejam informadas por dados /evidências para convencer os outros concidadãos da sua validade. Estarão os cidadãos devidamente consciente do desafio e dispostos a aproveitar esta grande oportunidade?

E aí, as administrações municipais têm um papel incontornável para a construção e manutenção de um ambiente institucional saudável, que permita, todos participar e autorizar de maneira consciente e livre a lista de prioridades, que se estabelecem durante os processos de orçamento participativo. Estarão os nossos administradores preparados para encarar esta nova realidade?

Eu não acredito que para isso não há caminho, o caminho se faz caminhando, bem-haja orçamento participativo.

4.7 Poupança das famílias angolanas regista ligeira trajectória ascendente

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2023

Texto: Pedro Peterson

Os países que poupam e investem grande parte dos seus recursos tendem a ter um crescimento rápido do produto, dos rendimentos e dos salários.

Este padrão caracterizou os Estados Unidos da América (EUA) no século XIX, o Japão no século XX e em especial as economias milagrosas do Extremo Oriente nas últimas três décadas.

Pelo contrário, os países que consomem a maior parte dos seus rendimentos, como muitos em desenvolvimento em África, e sobretudo na América Latina, investem pouco em novas fábricas e equipamentos e apresentam taxas reduzidas de crescimento da produtividade e dos salários.

O elevado consumo em relação ao rendimento gera um pequeno investimento e um crescimento lento, pois o aumento de consumidores gera uma redução nos stocks existentes dos suprimentos.

Razão pela qual, uma poupança elevada leva a um investimento continuado e ao crescimento rápido do produto e da produtividade.

Em Angola, ao comemorar-se o Dia Mundial da Poupança, o Governo tem feito uma aposta muito forte para a captação de mais investimentos quer no sector público quer privado para aumentar o nível de poupança nas famílias.

Segundo o relatório do Banco Nacional de Angola (BNA), as poupanças das famílias que se têm convertido sob a forma de depósitos aumentaram em 4,93 por cento no quarto trimestre do ano passado.

Esta evolução positiva, segundo o BNA, reflectiu-se no aumento dos depósitos em moeda estrangeira expressos em kwanzas em 14,85 por cento, tendo os depósitos em moeda nacional contraído em 0,82.

Em termos anuais, os depósitos totais diminuíram em 3,72 por cento, reflectindo-se na redução dos depósitos em moeda estrangeira em 23,46 por cento, sendo as aplicações em moeda nacional aumentado em 16,41 por cento.

Os depósitos à ordem fixaram-se em 11,19 biliões de kwanzas, representando um aumento de 5,29 por cento no trimestre em análise, reflectido no aumento das aplicações a prazo em 16,70 por cento e das notas e moedas em poder do público que cresceram em 13,69 por cento, enquanto os depósitos à ordem diminuíram em 5,36 por cento.

4.8 Dívidas consomem 40 por cento do OGE 2024

Jornal de Angola
31 De Outubro de 2023

A ministra das Finanças confirmou, ontem, em Luanda, que 40 por cento dos 24 biliões de kwanzas previstos para o OGE 2024 serão encaminhados ao pagamento da dívida, ficando o sector social com 20 por cento do montante.

Em declarações aos jornalistas, no final da sessão do Conselho de Ministros, Vera Daves referiu que o OGE 2024 assegura a inclusão do género, revelando um montante de 11,53 mil milhões de kwanzas para garantir a inclusão económica e social das mulheres.

A ministra também informou que a execução da proposta do orçamento para o próximo ano pode estar exposta a um conjunto de riscos, salientando que a situação geopolítica mundial pode afectar o preço das matérias-primas: "A alteração do preço do petróleo, num sentido ou noutro, pode ter impacto sobre a perspectiva de execução do OGE 2024".

Vera Daves referiu-se ainda a outros riscos à execução da proposta do OGE, apontando, como

exemplo, a volatilidade cambial que pode ocorrer ao nível das taxas de câmbio e de juros, tendo em conta a existência de um conjunto de financiamentos, cujas condições financeiras estão associadas a uma taxa de juro variável.

"Caso a produção petrolífera não atinja a performance estimada de um milhão e sessenta mil barris/dia pode, também, constituir um risco para a execução do OGE 2024", revelou a governante.

Lei do OGE exclusiva

A ministra Vera Daves disse que as matérias relacionadas com a pauta aduaneira e o Imposto de Valor Acrescentado (IVA) estão a ser tratadas em sede de diplomas próprios, salientando que, por esta razão, a Lei do OGE não contempla conteúdos referentes a estes dois assuntos.

"O código do IVA já foi submetido à Assembleia Nacional. A pauta aduaneira também já está a ser submetida ao Parlamento. Por isso, a Lei do OGE já não irá com conteúdos destas duas matérias que serão tratadas em diploma próprio", esclareceu Vera Daves.

O pagamento do Imposto Industrial, por via electrónica, a previsão de realização de leilões, via online, para a aquisição e venda de activos, a submissão de um plano de concessões da Agência Nacional de Petróleo e Gás, a clarificação da forma como é construído o Plano Anual de Endividamento, são algumas novidades avançadas pela ministra, no quadro do OGE.

Para entrar no detalhe sobre a proposta de OGE 2024, Vera Daves prometeu mais debates e maior interacção à volta do assunto, com outras instituições e a sociedade civil: "No âmbito do orçamento participativo procuraremos dentro das limitações orçamentais e financeiras conhecidas acolher o resultado das consultas feitas pelos ministérios das Finanças e da Administração do Território".

4.9 Proposta de OGE prevê pacote para fortalecer o rendimento das famílias

Jornal de Angola
31 De Outubro de 2023
Texto: Garrido Fragoso

O documento foi apreciado, ontem, durante a quarta reunião extraordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República.

O Governo justifica a medida com a necessidade de dar resposta aos desafios que enfrenta a economia nacional. Com receitas estimadas em 24 biliões de kwanzas e despesas fixadas em igual montante, a proposta de OGE para 2024 é entregue, hoje, ao Parlamento para a sua discussão e votação.

De acordo com o comunicado produzido no final da reunião, os membros do Conselho de Ministros reafirmaram o compromisso de expandir, cada vez mais, o Programa Kwenda, visando uma maior cobertura de famílias. Ao reconhecer os desafios da economia nacional, o Executivo apresenta, na proposta, um pacote amplo de medidas temporárias, permanentes e estruturais, que vão fortalecer o rendimento das famílias e dos trabalhadores.

Em relação à economia real, o Executivo aposta, dentre outras, no aumento da capacidade de produção e oferta de bens e serviços, de modo diversificado e inclusivo, e na mitigação dos riscos de insegurança alimentar e da auto-suficiência alimentar, concretizando as aspirações de redução da dependência do petróleo, consagrando no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027) a Política de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações, a ser implementada por via de diversos programas económicos nos mais variados sectores da Economia.

O OGE 2024 apresenta a estimativa das receitas e os limites para a execução das despesas fixadas para o exercício económico do próximo ano, bem como concede autorização ao Titular do Poder Executivo para proceder às alterações orçamentais e às normas relativas à execução orçamental e à Política Fiscal, refere o comunicado, que aponta o facto de as projecções económicas para o próximo ano terem sido preparadas na base de um preço médio do barril do petróleo de 65 dólares, uma produção petrolífera média diária de 1,060 milhão de barris, sendo a inflação projectada fixada em 16,6 por cento.

Em termos reais, o PIB prevê crescer 2,8 por cento, sustentado única e exclusivamente pelo sector não petrolífero, o qual se espera que aumente 4,6 por cento, enquanto a produção petrolífera deverá registar uma queda de 2,6 por cento, incluindo a produção de gás, projectada em decréscimo do sector petrolífero de 2,5 por cento.

Relatório de execução do OGE de 2023

Na sessão de ontem, os membros do Conselho de Ministros, também, apreciaram o Relatório de Balanço de Execução do Orçamento Geral do Estado referente ao III Trimestre de 2023, que será,

igualmente, submetido à apreciação da Assembleia Nacional.

O documento apresenta informações relativas à execução orçamental, financeira e patrimonial do período em referência, incluindo sobre a despesa nos sectores sociais, nomeadamente da Saúde, Educação, Assistência e Protecção Social, Habitação e Serviços Comunitários, Recreação, Cultura e Religião, assim como a realização da despesa no âmbito dos Programas Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e de Investimento Público (PIP).

O Executivo constatou que no III Trimestre de 2023 foi arrecadado um montante de receitas inferior ao das despesas realizadas, tendo sido registado um resultado orçamental deficitário. Não obstante, o saldo corrente do período foi superavitário, demonstrando que as receitas correntes foram suficientes para suprir as despesas do período.

Nesta fase, foram arrecadadas receitas no valor de 3,42 biliões de kwanzas e realizadas despesas de 3,76 biliões de kwanzas, tendo sido registado um resultado orçamental deficitário de 338,058 mil milhões de kwanzas.

Inflação manteve tendência de aceleração

No que diz respeito ao comportamento da inflação no período em referência, foi constatado que manteve a tendência de aceleração, tendo-se situado em 15,01 por cento em Setembro deste ano, representando um acréscimo de 3,76 pontos percentuais face ao observado no final do trimestre anterior, e um decréscimo de 3,15 pontos percentuais face ao que foi observado em Setembro do ano anterior.

Em termos de impacto social e económico, a execução do OGE pelos diversos órgãos, ao longo do III Trimestre de 2023, permitiu a redução da taxa de mortalidade materna em 73,9 por cento e a incidência de transmissão do vírus do HIV/SIDA de mãe para filho em 10 por cento, a redução, igualmente, de 10 por cento de mortes por malária em comparação a 2022, que registou alto número de casos devido à pandemia da Covid-19, tendo-se registado o aumento da percentagem da população com acesso aos serviços de Saúde para 60% e um incremento médio de 19,5 por cento referente à cobertura nacional de vacinação de rotina.

No âmbito do PIIM, durante este período, o destaque recaiu para as despesas executadas em projectos de reabilitação e expansão de sistemas de abastecimento de água, reabilitação de redes de distribuição de energia eléctrica, construção e reabilitação de infra-estruturas rodoviárias e autárquicas, de forma a dar um impulso maior à implementação das autarquias.

Mais de 50 projectos do PIP concluídos a cem por cento

Ao nível do Programa de Investimentos Públicos (PIP), foram concluídos cerca de 53 projectos, com execução física de cem por cento, destacando-se a construção de infra-estruturas e casas evolutivas, de mercados, construção e apetrechamento de escolas, hospitais, centros de saúde comunitários e centros de formação profissional, expansão da rede de iluminação pública e domiciliar e reabilitação da estação de tratamento de água.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Chitato define prioridades para o Orçamento do Município

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2023

Texto: Isidoro Samutula

São, no total, 10 prioridades que vão constituir a proposta para o Orçamento do Estado da Administração Municipal do Chitato, subdivididos em duas principais prioridades para cada sector, eleitas pelos munícipes presentes no fórum que contou com 70 participantes de vários estratos sociais, entre autoridades tradicionais, líderes religiosos, partidos políticos, académicos e várias organizações da sociedade civil.

Na ocasião, foram constituídos cinco grupos temáticos com igual número de propostas para cada sector, onde foram seleccionadas as três principais que serviram para a eleição, pelos munícipes, de duas prioritárias.

No sector da Educação, foram eleitas as propostas sobre a requalificação e apetrechamento das sete escolas degradadas do município do Chitato e o reforço da merenda escolar.

No sector da Saúde, as prioridades recaíram para a aquisição e distribuição de medicamentos nas unidades sanitárias e a contratação de quadros.

No sector da Acção Social, a prioridade vai para assistência alimentar aos idosos, crianças vulneráveis, por meio de kits permanentes e a construção e apetrechamento de um centro de acolhimento para as crianças no município.

Para o sector da Agricultura, os munícipes elegeram como prioridade o apoio institucional e reforço orçamental ao projecto social de combate à fome e à pobreza e o desenvolvimento do agro-negócio, assim como a criação de uma brigada de mecanização agrícola. Na Energia, Água e Saneamento, as prioridades são para a construção de 15 pequenos sistemas de distribuição água nas zonas rurais e aquisição de equipamentos necessários para remoção de resíduos sólidos.

A definição das prioridades começou com a discussão dos principais problemas que afligem os

munícipes a nível das duas comunas e dos três distritos urbanos que compõem o município, onde foram identificados os sectores que apresentam necessidades prioritárias. Depois foi a criação de grupos temáticos para a definição dos problemas e propostas de soluções, que terminou com a eleição das 10 prioritárias para o Orçamento Geral do Estado da Administração Municipal do Chitato.

O representante da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), Eurico Agostinho, que orientou o fórum, destacou os três grandes momentos definidos para a eleição das principais propostas para o Orçamento Geral do Estado da Administração Municipal do Chitato.

"Tivemos três grandes momentos, primeiro definimos os cinco principais problemas, destes foram definidas as três principais prioridades e, finalmente, a prioridade das prioridades, que foram discutidas ao nível das duas comunas e dos três distritos urbanos que compõem o município do Chitato", disse.

Eurico Agostinho frisou que com a eleição das 10 principais prioridades nos cinco sectores considerados fundamentais, o próximo passo é esperar que as propostas que constituem as preocupações dos munícipes façam parte do Orçamento Geral do Estado para o ano 2024, para dar solução aos problemas que o município apresenta.

Após aprovação do Orçamento da Administração Municipal, sublinhou que os munícipes devem participar no processo de execução dos projectos prioritários por intermédio de acompanhamento para ter a noção dos projectos executados e não executados constantes nas prioridades definidas.

"O que se espera é que os munícipes participem igualmente no balanço da execução do Orçamento da Administração Municipal de 2024, porque é desta forma que poderão perceber se na verdade aquilo que são as suas prioridades fizeram parte do orçamento para depois saberem quais foram executadas, os níveis de execução, os que estão em curso e as que não foram executadas", referiu, acrescentando que compete à Administração Municipal criar espaço de diálogo com os munícipes.

Eurico Agostinho considerou positiva a discussão e as contribuições que os participantes apresentaram durante o fórum, por ser um espaço mais alargado em função da pluralidade das opiniões para a constituição das prioridades que vão contribuir para o desenvolvimento do município e do bem-estar dos munícipes.

5.2 Países devem ter a participação pública no processo orçamental

Jornal Económico & Finanças

6 De Outubro de 2023

Texto: Daniel Sapateiro

Este é o primeiro artigo de um estudo sobre as Finanças Públicas em África, que irei apresentar nas próximas semanas neste magno jornal das Edições de Novembro e que precede um outro estudo que foi publicado neste mesmo jornal, ao longo de dezasseis (16) semanas, sobre o sector imobiliário em África, com ligação estreita com o sector financeiro bancário e não bancário.

O objectivo macro é apresentar o que são as Finanças Públicas, os impactos na vida das pessoas comuns, dos agentes económicos, os grandes desafios de equilíbrio orçamental, situação fiscal, de investimento, de dívida pública, e muitos outros.

Esta semana é anualmente comemorada pela semana das Finanças Públicas e, portanto, nada melhor do que começar a publicar-se um estudo sobre este sector da economia e com repercussão para todos, sem excepção, existem dois grandes desafios que os países africanos enfrentam quando se trata de gerir as finanças públicas

Em primeiro lugar, muitos não têm capacidade fiscal devido às fraquezas estruturais das suas economias e às lacunas na administração fiscal. A informalidade predominante do emprego assalariado e a dependência da agricultura de subsistência na maioria dos países dificultam a obtenção de receitas para além do consumo e dos impostos fronteiriços.

A título de exemplo, em Angola, a economia informal tem um peso de quase 81% e nesta ordem de percentagem ronda o peso da agricultura familiar na produção de bens com origem na terra. Além disso, é o desemprego jovem e de longa duração, que da população activa, este indicador raramente está abaixo dos 25, 30% na maioria dos países africanos.

Consequentemente, em média, os países africanos arrecadam apenas 16,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em impostos. Para efeito de comparação, os países da Ásia-Pacífico arrecadam cerca de 21% do PIB em impostos. Os países da América Latina e do Caribe têm uma média de cerca de 23%.

No extremo superior, a carga fiscal média nos países de rendimento elevado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é de cerca de 34%.

Em segundo lugar, as lacunas na capacidade fiscal dos países africanos são muitas vezes agravadas pela falta de uma utilização prudente e responsável dos resultados públicos.

A existência de «elefantes brancos» e de projectos inacabados abandonados em muitos países revela falhas sistémicas no planeamento e implementação de projectos. Adicionalmente, é prestação de contas tardia e opaca nos parlamentos nacionais, além da ausência clara e simplificada da comunicação dos resultados do país aos cidadãos.

Da mesma forma, vários países gastam habitualmente menos dinheiro do que o apropriado no orçamento (líquido de corrupção). A razão? Capacidade de absorção limitada nos ministérios, departamentos e agências governamentais, por exemplo, um estudo de 2018 da Organização Mundial da Saúde concluiu que, apesar da necessidade premente de investimentos na saúde pública, cerca de 10% a 30% do dinheiro atribuído aos ministérios da saúde na região não são gastos.

Finalmente, embora a corrupção não seja o principal problema que atormenta a gestão das finanças públicas na maioria dos estados africanos, o desperdício e as distorções dos processos orçamentais associados servem para limitar o impacto das despesas públicas.

Os efeitos conjuntos dos dois desafios mantêm muitos países africanos presos num equilíbrio abaixo do ideal. A moral fiscal é atenuada por padrões de despesa ineficientes que não conseguem satisfazer as necessidades

dos contribuintes. Por sua vez, isto reduz a carga fiscal global e reforça a falta de capacidade fiscal do governo. A juntar a isto é a incapacidade dos cidadãos de verem os resultados dos impostos pagos para o seu bem.

A falta de uma base de receitas sólida significa que os governos africanos não podem realizar investimentos importantes em bens e serviços públicos necessários para alcançar mudanças económicas estruturais na região.

Tal como mostrado abaixo, os estados africanos continuam a ficar atrás dos seus homólogos de outras regiões na métrica das despesas públicas em percentagem do PIB. Contrariando a opinião popular sobre os sectores públicos alegadamente «inchados» na região, o problema em muitos países africanos é que são sub-governados por Estados que dificilmente conseguem satisfazer a enorme procura de bens e serviços públicos.

É por isso que, na minha opinião, os governos africanos deveriam alinhar tanto a geração de receitas como a despesa pública com a opinião pública.

O desafio é: como podem os países proceder à democratização da gestão das finanças públicas? Possíveis respostas.

Uma possibilidade de sair da «vala fiscal» em que muitos governos africanos se encontram é através de uma maior participação pública no processo orçamental. Isto pode ser feito directamente ou através de representantes legislativos eleitos. Consolidar uma cultura política de participação pública e de contributo legislativo no processo orçamental não seria certamente uma solução mágica, mas aumentaria o alinhamento entre as dotações orçamentais e as prioridades dos contribuintes.

A nível individual, a investigação mostra que gastar dinheiro em áreas prioritárias dos contribuintes é suscetível de aumentar a moral fiscal, melhorando assim a capacidade fiscal global. E é neste campo que é preciso trabalhar mais, fazer mais com menos recursos públicos e menos com recursos com origem de dívida pública, seja interna, seja externa. O restante é comunicar bem e de forma simples, pois a «Obra Pública», cedo ou tarde, quando ela é bem feita, o povo valoriza.

Os incentivos para envolver os órgãos legislativos no processo orçamental são igualmente fortes. As legislaturas são essenciais para um governo democrático responsável. Portanto, em vez de sempre submeterem-se aos Ministérios das Finanças, as legislaturas africanas devem ser uma parte central do processo de apropriação.

O actual monopólio dos processos orçamentais por parte dos Ministérios das Finanças produz dois problemas. Em primeiro lugar, sem contribuição legislativa (idealmente representando os interesses dos círculos eleitorais dos legisladores individuais), muitos dos orçamentos da região reflectem as prioridades dos presidentes e dos grupos de interesse aliados. Dado que a apropriação nem sempre está ligada às necessidades reais no terreno, não é de admirar que os governos desperdicem dinheiro em «elefantes brancos» ou em projectos inacabados.

Em segundo lugar, uma vez que o envolvimento da maioria dos órgãos legislativos no processo orçamental tende a limitar-se a votações positivas ou negativas em propostas executivas, os legisladores individuais têm pouco incentivo para adquirir conhecimentos especializados em dotação legislativa e supervisão orçamental.

Tornar-se bom nessas funções legislativas exige tempo e esforço. Dito de forma simples, não envolver os órgãos legislativos no processo orçamental enfraquece a importante função de supervisão dos órgãos legislativos.

5.3 PR elogia Orçamento Participativo como 'mecanismo democrático'

Novo Jornal

6 De Outubro de 2023

Texto: David Felipe

O Presidente da República, João Lourenço, considerou, na terça-feira, 03, que o Orçamento Participativo, em consulta pública em todo o país, "é um exemplo eloquente da implementação desse mecanismo democrático que visa influenciar as decisões políticas a favor das comunidades".

Ouvir o cidadão sobre as preocupações mais prementes do seu município constitui, hoje, o ponto de partida de qualquer política pública que se destine à melhoria da vida das comunidades", escreveu o Chefe do Executivo angolano na sua página de Facebook.

"A auscultação das comunidades, no quadro do orçamento participativo, que decorre um pouco por todo o País, envolvendo líderes da sociedade civil e cidadãos individuais, é um exemplo eloquente da implementação desse mecanismo democrático que visa influenciar as decisões políticas a favor das comunidades", acrescentou.

Destacou ainda que o seu Executivo promove, apoia e encoraja a participação de todos nas discussões sobre o instrumento mais importante na gestão do País.

Refira-se que o Estado já disponibilizou 320 milhões Kz para a criação de condições para que, nos 164 municípios do país, todos os municípios apresentem, de forma livre, as suas contribuições para os orçamentos locais, a serem reflectidas no OGE de 2024.

O Ministério da Administração do Território lançou, oficialmente, em 2021, o Orçamento Participativo, um mecanismo que visa permitir que os cidadãos participem directamente na gestão das finanças públicas a nível local, através do Orçamento do Município, com uma verba anual fixada em 25 milhões Kz.

Através do orçamento Participativo da administração municipal, os munícipes poderão participar na definição das prioridades dos Governos ou das administrações locais.

O orçamento tem dado aos munícipes a possibilidade de planificarem as suas finanças de acordo com as prioridades locais e promover uma gestão participativa, democrática e partilhada dos recursos públicos.

A implementação do Orçamento Participativo está a ser conduzida pelo Ministério da Administração do Território em colaboração com administrações municipais, as comunidades locais e organizações da sociedade civil.

5.4 O Censo Piloto, etapa que serve de base para testar e UNITA defende realização das autarquias e alteração da Constituição da República

Jornal Expansão

6 De Outubro de 2023

Texto: José Zangui

Adalberto Costa Júnior lançou este desafio aos deputados do seu partido quando discursava, ontem, 5 de Outubro, na abertura oficial conferências' no âmbito das XI Jornadas Parlamentares da UNITA, que decorrem desde o passado dia 3, na província de Malanje.

Para o político, a alteração da Constituição da República não visa o alargamento dos mandatos, mas sim travar certas práticas, sobretudo a que chamou de verdadeira separação de poderes.

O líder da UNITA orientou também aos deputados a proporem no próximo ciclo legislativo iniciativas que vão de encontro às expectativas dos cidadãos, apontando a proposta da institucionalização das autarquias como sendo uma vontade do cidadão e que deve ser respeitada.

Adalberto desafiou igualmente o seu grupo parlamentar a propor uma proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado. Segundo disse, há necessidade de aprovação de leis que resgatem os angolanos, considerando ser "o princípio e o fim de qualquer governação".

"A população está desencantada com o rumo do país, é preciso retirá-la desta situação em que se encontra", afirmou Adalberto Júnior, salientando que, para isso,

é necessário mais trabalho e inteligência da parte de cada parlamentar que integra aquele grupo político no parlamento.

No decorrer do seu discurso, o líder da UNITA não deixou de lamentar o estado de degradação em a província de Malanje aparenta' tanto do ponto de vista da imagem da cidade capital, quanto ao nível de pobreza da população.

Destacou as potencialidades agropecuária e turísticas, água em abundância que, em seu entender, podiam permitir a mecanização agrícola. "Angola é um desencanto que obriga os jovens a correrem para as embaixadas para imigrarem", lamentou.

Para Adalberto Costa Júnior, as jornadas do Grupo Parlamentar da UNITA não terão valor se os deputados não se empenharem mais.

Por sua vez, o líder do GPU, Liberty Chyaka, reforçou que até Sexta-feira, os deputados da também conhecida Frente Patriótica Unida (FPU), força sem legitimação do Estado, farão uma introspecção sobre o que fizeram de positivo no ciclo anterior e projectar os aspectos em que deverão melhorar.

5.5 Estatuto do Poder Tradicional esteve em debate no Bailundo

Jornal de Angola

7 De Outubro de 2023

Texto: Estácio Camassete

O Estatuto do Poder Tradicional foi um dos temas em debate durante a primeira assembleia de balanço da Associação da Soberania Tradicional de Angola (ANSTA), que decorreu de terça-feira a quinta-feira, no município do Bailundo, província do Huambo.

Na ocasião, o rei do Bailundo Tchongolola Tchongonga "Ekuikui VI" desejou boas vindas aos mais de 100 delegados oriundo das demais províncias, onde se destacaram a presença dos 17 reis, sobas grandes e seculos do país, como sinal claro de unidade.

O rei adiantou que o foco da associação que os congrega, a ANSTA, está baseado nos princípios de união, para manter o que está plasmado na Constituição da República de Angola sobre o poder tradicional como parceiro do Estado. Durante a actividade dos sobas, ficou patente a preocupação de se saber mais dos seus direitos e deveres, para que as suas actividades sejam orientadas nos princípios consensuais.

Com a materialização deste projecto, Ekuikui VI disse que as autoridades tradicionais vão ser bem dignificadas e valorizadas, uma vez que fazem parte das preocupações que estão em carteira durante o quarto encontro nacional do poder tradicional com o Presidente da República, que ainda pode acontecer este ano.

O rei do Bailundo revelou que o papel do líder tradicional é de extrema importância, por ser o juiz da comunidade e aquele que vela pela vida das populações e o elo entre o estado e o povo. "Que se aprove com muita urgência o estatuto que vai guiar o poder tradicional, onde vão estar divulgados todos os deveres e direitos dos líderes das comunidades", disse.

O soba grande do Seles, na província do Cuanza-Sul, Avó Kungula, sublinhou que as relações entre o Estado e a Associação da Soberania Tradicional de Angola são boas, porque todas as actividades realizadas no interior do país têm sido recebidas pelos respectivos governos provinciais e mantido diálogo saudável.

O soberano do Seles manifestou que existem muitas dificuldades na organização das autoridades tradicionais, uma vez que estão desprovidas de melhores condições de trabalho, com a falta de meios de transportes para garantir o movimento dos seus membros.

O rei Tchiweka, dos Lutchazes, na província do Moxico, defendeu igualmente a consolidação de amizade entre os reinos de Leste, Centro e Norte de Angola, para permitir uma força maior, na união do poder tradicional e dos seus povos. Este estreitamento de relações, segundo ele vai permitir a troca de alguns traços culturais, porque apesar de se ter uma só cultura, no país existem particularidades que cada tribo carrega, diferente de outros povos, daí ser necessário que haja mais entrosamento.

O rei dos Lutchazes destacou que o Estado angolano é o produto de todos os combates travados pelos reinos do país. "Todos nós lutámos e criámos este Estado. Por isso, é importante que o governo trabalhe com os sobas", disse.

O administrador municipal do Bailundo, Ireneu Cândido Sakahala, destacou a figura do poder tradicional na gerência dos problemas da comunidade e na resolução de vários assuntos. Destacou, a esse respeito, que o soba exerce a função de juiz e de sacerdote, na deliberação de vários problemas, sobretudo nos conflitos de terras, feitiçaria, que de forma directa ou indirecta têm ajudado as acções do Governo.

5.6 Governador movimentou administradores em Luanda

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2023

O governador provincial de Luanda, Manuel Homem, exonerou, terça-feira, por conveniência de serviço, alguns administradores municipais e nomeou outros, destacando-se as saídas de Nelson Funete (Icolo e Bengo) e Tomás Bica (Cazenga).

Nos termos da lei, Manuel Homem exonerou os seguintes administradores municipais: Rui Josefo Duarte (Talatona); Nelson Lopes Funete (Icolo e Bengo); Tomás Bica Mumbundo (Cazenga), além dos directores dos Gabinetes Provinciais Filipe Serafim Cumandala (Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana de Luanda) e João Vladimir Belo Catinda (Agricultura, Pecuária e Pescas de Luanda).

Segundo o mesmo despacho, foram, igualmente, exonerados o administrador adjunto para a Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários do município de Luanda José Manuel da Rosa Bessa, os administradores distritais Nádía Evelise Martins de Sousa Neto (Rangel), José de Oliveira dos Santos Bastos (Maianga), Pedro Orlando Afonso Paca (Sambizanga), Isabel Nicolau Kudiqueba dos Santos (Vila Verde), Pedro António Alfredo Calunga (administrador adjunto para a Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários do Distrito Urbano do Rangel).

Noutros despachos, o governador de Luanda nomeou os administradores municipais José de Oliveira dos Santos Bastos (Talatona), Isabel Nicolau Kudiqueba dos Santos (Icolo e Bengo) e Nádía Evelise Martins de Sousa Neto (Cazenga). Foram ainda nomeados os directores de Gabinetes Provinciais Sérgio de Assunção José Sachicuaata (Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana de Luanda) e João José Pedro (Agricultura, Pecuária e Pescas de Luanda).

Igualmente, Manuel Homem nomeou Cláudio Emanuel Revelas (administrador adjunto para a Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários do Município de Luanda), os administradores distritais Pedro António Alfredo Calunga (Rangel), Pedro Orlando Afonso Paca (Maianga), Betânia Elias de Almeida Lopes (Sambizanga), Lucas Bartomeu de Araújo Lima (Vila Verde) e Manuel Ferreira N'ganda (administrador adjunto para Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários do Distrito Urbano do Rangel).

5.7 Importância da nova Divisão Político-Administrativa

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2023

Texto: Armando Sapalo

"A Nova Divisão Político-Administrativa (DPA) prevê que a província da Lunda-Norte tenha 19 novos municípios, passando a um total de 29 circunscrições com tal estatuto", deu a conhecer a governadora provincial, Deolinda Vilarinho, numa recente declaração, assegurando que as acções do Executivo estão voltadas à criação de condições para a efectivação do projecto que contempla a elevação de entes comunais a municípios.

A governante frisou que tal qual em outras províncias do território nacional, para a Lunda-Norte a DPA tem como objectivo conformar as exigências do crescimento demográfico, expansão dos serviços nos aglomerados populacionais, limites geográficos e infra-estruturas sócio-económicas.

A governante sublinhou que a estratégia vai abrir portas para o crescimento e desenvolvimento económico das actuais comunas, ainda com uma gritante falta de serviços essenciais.

O projecto inicial da nova Divisão Político-Administrativa previa que a Lunda-Norte fosse repartida em duas províncias, mas a realidade concluiu que podiam ser elevadas a municípios as comunas com extensão territorial, densidade populacional e défice em termos de infra-estruturas.

Deolinda Vilarinho apontou a redução das assimetrias, a promoção do desenvolvimento harmonioso, a qualidade na organização da prestação dos serviços essenciais à população como algumas das principais vantagens da DPA.

Para a Lunda-Norte, disse que a proposta da DPA elegeu as localidades do Dundo, Cafunfo, Calumbia, Caita, Capaia, Xá-Cassau, Caluango, Camaxilo, Luangue, Luremo, Camissombo, Luía, Cachimo, Canzar, Iongo, Cassanje-Calucala, Xinge, Muvluuge e Mussungue para serem elevadas à categoria de municípios.

As perspectivas estão igualmente centradas em atrair mais investimentos para os sectores cruciais da Agricultura, Pecuária e Diamantes. Por isso, a governante afirmou que se pretende com isso reforçar os mecanismos para o fomento da actividade empresarial, criação de riqueza para o país, incremento da produção interna de alimentos e aumento de emprego para a juventude local.

5.8 Chefe de Estado reafirma compromisso com a institucionalização das autarquias

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2023

O Presidente da República, João Lourenço, reiterou o compromisso do Executivo de institucionalizar as autarquias no país nos moldes em que vier a ser negociado pelos deputados à Assembleia Nacional.

Ao discursar na sessão plenária solene que marcou a abertura da segunda Sessão Legislativa da V Legislatura da Assembleia Nacional, evento realizado na segunda-feira, o Chefe de Estado anunciou que estão concluídas as primeiras duas infra-estruturas administrativas e autárquicas, e mais seis estão em construção, assim como 34 complexos residenciais administrativos para facilitar a colocação de quadros nos municípios e 32 assembleias municipais.

De acordo com o Presidente da República, estão igualmente em fase final os trabalhos para a alteração da divisão político-administrativa, perspectivando-se, numa primeira fase, a criação de mais duas províncias, subdividindo o Moxico e o Cuando Cubango, por sinal as duas maiores do país, e o aumento do número de municípios em todas as províncias.

Com este exercício, acrescentou o Chefe de Estado, "teremos o poder administrativo mais próximo dos cidadãos e mais capaz de abordar a resolução dos problemas das comunidades".

Para melhorar a capacidade de prestar serviços ao nível local, João Lourenço disse que foram instalados em todos os municípios, em todos os Distritos Urbanos e em todas as Comunas o Balcão Único de Atendimento ao Público (BUAP), que está a ser preparado para a prestação de vários serviços, com destaque para a recolha de dados com vista à emissão do Bilhete de Identidade.

"Os nossos municípios exercem hoje mais competências, estão a melhorar a sua capacidade institucional, estão a arrecadar mais receita local, resultados que nos incentivam a continuar a transferir cada vez mais competências da administração central para a administração local. Mantemos, contudo, o compromisso da institucionalização do poder autárquico nos moldes em que vier a ser negociado pelos deputados da Assembleia Nacional", referiu.

Executivo está a criar as condições para o Poder Autárquico

O Presidente da República afirmou que o Executivo está a cumprir com a tarefa de elaboração e apresentação à Assembleia Nacional das propostas de leis que conformam o pacote legislativo autárquico.

"Sabemos que se está à procura do maior consenso possível à volta desta matéria de interesse nacional, situação que, como sabemos, se arrasta há anos, embora para a aprovação dessas leis não seja exigida a maioria qualificada de 2/3 dos votos dos deputados, bastando para tal que acolham o voto favorável de uma maioria absoluta dos votos dos deputados", disse.

O Chefe de Estado referiu que apesar dos avanços e dos investimentos feitos, continuam a existir vários constrangimentos no processo de atribuição do Bilhete de Identidade.

Por isso, sublinhou, a adicionar ao esforço em curso, "para além de colocar a rede BUAP nos municípios, nos distritos urbanos e nas comunas ao serviço do Bilhete de Identidade, estão em preparação medidas de simplificação e reforço da capacidade técnica para o registo de nascimento e a atribuição do Bilhete de Identidade".

Para o Presidente da República, outro domínio que carece de uma abordagem reformadora é o da atribuição dos direitos fundiários e do registo predial.

5.9 Símbolo da democracia

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2023

Texto: João Lubaco

O governador provincial do Namibe, Archer Manguera, afirmou que o encontro foi mais rico e proveitoso pelo ritual tradicional da recepção de um chefe e pela participação da comunidade.

"Viemos ao município da Bibala essencialmente para fazermos o balanço das actividades desenvolvidas desde a última vez que cá estivemos, ouvir as populações sobre novas inquietações e indicar os caminhos que devemos continuar a trilhar para encontrarmos as melhores soluções (...). Hoje, fizemos de forma diferente, pelo que desde já, felicito a administradora municipal pela inovação", salientou, referindo-se à reunião com os mais velhos no tchoto, onde se assistiu ao ritual tradicional da recepção de um chefe e a atribuição do nome a uma criança. O governador manifestou-se particularmente grato pelo facto de se ter dado à criança o nome da sua esposa.

Archer Manguera referiu ter registado "com muito agrado" a forma como na comunidade Kuvale são

educadas as crianças. "É interessante registar que com esse ritual a pessoa começa a ser integrada na comunidade com o próprio nome, ou seja, o nome é o primeiro momento da integração de uma criança numa comunidade. (...) É muito importante registar isso", considerou.

Referiu que "podemos dizer que é no tchoto que se inicia o processo democrático de uma sociedade" porque, acrescentou, lá se discutem os problemas que são comuns, "ouvem-se as opiniões dos membros da sociedade e em função do que é dito por cada membro da comunidade, tomam-se decisões que sirvam o bem de toda a comunidade. Esse é o exemplo prático de um exercício democrático que começa exactamente na nossa comunidade tradicional". Archer Manguera reconheceu que "temos muito que aprender com as nossas comunidades nativas. Afinal a democracia já vem de longe".

O governador do Namibe, aconselhou os estudiosos da sociologia, ciência política e dos processos democráticos a estudarem as experiências que, no seu entender, nos dizem muito em termos de desenvolvimento comunitário. "Não é mera coincidência que os temas colocados na reunião que mantivemos no tchoto coincidem, quase na plenitude, com os que ouvimos no memorando apresentado pelo representante do conselho municipal das comissões de moradores", disse.

O governador informou que foram entregues sementes e fertilizantes, bem como enxadas, charruas, catanas, motobombas e mangueiras para que as populações da comunidade de Quitivi possam aumentar a produção agrícola e reduzir os efeitos da seca.

5.10 Os orçamentos participativos e os problemas que estamos com eles

Novo Jornal

27 De Outubro de 2023

Texto: Sérgio Calundungo

O facto de muita gente afirmar nos seus pronunciamentos públicos que o mais importante é resolver os problemas do povo", não significa necessariamente que tenha como foco da sua preocupação "os problemas do povo". Entre nós, tem sido comum ver muitos decisores, fazedores de opinião e até profissionais ligados às questões do desenvolvimento proporem ou esmerarem-se na busca de soluções para aquilo que pensam ser "os

problemas do povo". É curioso que estando orientados para a busca de soluções, para "os problemas do povo", ignoram o facto de que um problema bem identificado, por aqueles que o sentem (neste caso o "povo") é meio caminho andado pra a solução!

Quantas vezes já fomos confrontados com propostas ou tentativa de soluções dos "problemas do povo", surgidas de quem nem se quer possui uma perfeita compreensão dos problemas, em concreto que pretende resolver?

Quantas vezes fomos confrontados por pessoas, que se esmeram na busca de soluções para os problemas do "povo", sem se preocuparem em saber quais são os anseios, as expectativas e prioridades do "povo"? Isto sem falar daqueles, cuja principal preocupação é a de implementar soluções superiormente emanadas, de maneira acrítica, mesmo que desalinhasadas ao contexto.

Nos vários discursos e narrativas em torno dos "problemas do povo", nota-se que muitas vezes se levantam para criticar ou apoiar as acções que se implementam, simplesmente, porque definem os problemas que pretendem ver resolvidos como a presença ou ausência de uma solução, por eles preferida. Daí que, constatamos a existência de muitas intervenções estandardizadas, que até podem funcionar num dado contexto e não em outros.

Por estas e outras razões, quando tomei contacto com o documento que estabelece o orçamento participativo, fiquei bem impressionado perante um documento muito bem concebido, que responde de forma assertiva às reivindicações, em torno de cidadãos, nos processos de tomada de decisões a nível local. Daí que sempre me referi a ele, como sendo um autêntico "Ferrari", a julgar pela sua qualidade e pertinência, face ao nosso contexto!

Como todo Ferrari, ele tem algumas exigências e faço votos para que as instituições do estado criem um ambiente propício, para que os actores locais identifiquem, de batam e só depois proponham soluções para os seus problemas e que a sociedade civil, mais do que considerar apenas o volume de dinheiro colocado à disposição dos cidadãos, para que estes decidam as prioridades, aproveitem esta grande oportunidade para que os problemas sejam identificados localmente, através de um consenso partilhado.

Este sentido, eu tenho a expectativa de que a médio prazo, os exercícios feitos em sede dos processos de Orçamento Participativo contribuam para o desenvolvimento de capacidades das administrações e

comunidade locais, de modos a garantir que a médio e longo prazo se estabeleça entre nós uma cultura, segundo a qual 011 problemas passam a ser localmente bem identificados, por aqueles que mais sofrem e/ou melhor os conhecem.

Quem vive os problemas a nível local, sabe quanto importante é a sua correcta identificação, feita pelos actores locais (principais agentes de mudança e, por isso, oportunidades como as surgidas com a implementação dos orçamentos participativos não podem ser de modo algum desvalorizadas. O envolvimento do cidadão na definição dos orçamentos participativos motiva e impulsiona a mudança, já que durante os processos de interação, os problemas com que se debatem as comunidades locais podem ser melhor identificados e as respostas e opções escolhidas com maior dose de realismo.

Quem vive os problemas a nível local, sabe quanto importante é a sua correcta identificação, feita pelos actores locais (principais agentes de mudança)"e, por isso, oportunidades como as surgidas com a implementação dos orçamentos participativos não podem ser de modo algum desvalorizadas. O envolvimento dos cidadãos na definição dos orçamentos participativos motiva e impulsiona a mudança, já que durante os processos de interação, os problemas com que se debatem as comunidades locais podem ser melhor identificados e as respostas e opções escolhidas com maior dose de realismo.

Resta saber se por via do orçamento participativo, as administrações locais terão a habilidade, competência e o interesse em reunir os principais agente locais de mudança, tanto pelos decisores, como pelos potenciais mobilizadores (não apenas, pelo que as poiam, mas também por aqueles que as criticam), para responder às perguntas que se levantam, sob, naquelas, cuja complexidade só podem ser adequadamente respondidas por agentes internos ao contexto e não por pessoas externas, confortavelmente sentadas num escritório qualquer de uma instituição ao nível central, pois que, desde a Mutamba, nem sempre se pode adivinhar o que preferem ver inscritos em termos de prioridades no seus orçamentos municipais, os/as compatriotas nossos que vivem no Maculusso, Combatentes ou no Chongorói.

E aí, não basta perguntar às pessoas que participam nestes processos, o que pretendem incluir no orçamento participativo do seu município, é importante garantir que as respostas por estas fomecidas sejam informadas por dados /evidências para convencer os outros concidadãos da sua validade. Estarão os cidadãos devidamente consciente

do desafio e dispostos a aproveitar esta grande oportunidade?

E aí, as administrações municipais têm um papel incontornável para a construção e manutenção de um ambiente institucional saudável, que permita, todos participar e autorizar de maneira consciente e livre a lista de prioridades, que se estabelecem durante os processos de orçamento participativo. Estarão os nossos administradores preparados para encarar esta nova realidade?

Eu não acredito que para isso não há caminho, o caminho se faz caminhando, bem-haja orçamento participativo.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Ngolome: O bairro que expelia aroma de gergelim à espera de 1500

Jornal Luanda

2 De Outubro de 2023

Texto: Fula Martins

Antigamente, aquando do surgimento do bairro, no tempo chuvoso, de acordo com depoimentos de alguns anciãos, nas ruas e interior das casas germinava a planta de gergelim, exalando um aroma agradável.

O aroma passou a ser, por longos anos, o cartão postal do bairro Ngolome, conquistando visitantes e também os que pretendiam deslocar-se para outras localidades. Adelino Gaspar e Helena Adão Filho, dois anciãos, que conhecem na "palma da mão" o bairro, garantem que o gergelim dava ao Ngolome um "ar romântico" em dias de bastante humidade.

"Os pingos auxiliavam o gergelim a 'distribuir o perfume' no bairro", discorre Pedro Simão, sus-tendo que, por a zona ser "fértil à agricultura", essa planta germinava com facilidade.

É no período nocturno que, quando fossem "sanguinar", palavra de língua quimbundu, em português significa "divertir", a planta saltava à vista resultante dos galhos em forma de lenço branco.

Adelino Gaspar explicou, à nossa reportagem, a planta de gergelim é conhecida, na língua quimbundu, de "Uanguila", salientando que, enquanto em outras localidades era obrigatório o plantio, o desabrocha da planta, no Ngolome, era de maneira natural.

"A planta surgia por si. É a bênção que o Soberano Deus entregou a essa humilde população", apontou o ancião.

Helena Adão Filho, a neta do falecido soba "Kangolome Kingingi" acrescenta, em jeito de brincadeira, que "o nosso filho, Dom Caetano, falou bem, quando diz que o nosso chão tem tudo", fazendo fé na diversidade de plantas e produtos agrícolas que a zona proporciona.

SOSSEGO E MASSACRE

Adelino Gaspar, 79 anos, avançou que o bairro, em tempos idos, foi um local onde reinava o sossego. Os

vizinhos eram os familiares directos, que ajudavam a solucionar os problemas que surgissem. "Tudo isso era zona de lavras. Era uma zona calma. Mas agora, com a chegada de mais famílias, lá muita agitação". O ancião lembra que, no tempo colonial, se registou um massacre, no bairro Ngolome, onde as principais vítimas foram idosos e crianças. A acção estendeu-se a todas as sanzalas do Bom Jesus, com a morte do mais velho Baía dya Capataz, considerado de "bufo" da Polícia Internacional e de Defesa do Estado "PIDE", um nativo d Ngolome.

"A confusão se alastrou porque ali viviam e tinham as lojas de comerciantes transmontanos portugueses, como Amadeu Meireles de Cardoso, Adelino dos Santos e José da Luz.", contou, com uma certa tristeza, Adelino Gaspar.

6.2 Burla milionária em Luanda: "Estamos a devolver dinheiro que não foi desviado por nós"

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2023

Texto: Manuela Mateus

"Eu já pensei em suicídio". A revelação é de Eva Lopes, uma bancária, de 43 anos, que, com mais três pessoas, uma das quais do sexo masculino, vive, desde 2019, um "autêntico pesadelo", que, ao que tudo indica, ainda não tem fim à vista.

Os quatro, apesar de serem também vítimas, como alegam, de uma "burla milionária", estão a ser fortemente pressionados, por outros 699 lesados, a assumirem a devolução de 101 milhões e 200 mil kwanzas, recolhidos pelo quarteto, para a compra de moradias, no projecto habitacional Mayé-Mayé. Uma promessa, de que se soube mais tarde ser falsa, feita por três presumíveis burladoras, uma das quais mencionada como suposta funcionária do Governo Provincial de Luanda e considerada o "cérebro" do "esquema criminoso".

Os quatro declaram-se inocentes, mas reconhecem que, por terem acreditado na promessa de casas, arrastaram 699 pessoas para uma burla, que só foi descoberta depois de terem perdido o rasto das presumíveis burladoras, que estão, até hoje, em parte incerta.

As três presumíveis burladoras nunca deram o rosto, diante das 699 vítimas, tarefa que coube a cada uma das quatro pessoas que se dizem também vítimas da "burla milionária".

O número de lesados cresceu de quatro para 703, após o quarteto ter passado a palavra para "pessoas próximas", entre amigos e parentes, que, além de terem desembolsado valores para a compra de casas no Mayé-Mayé, "arrastaram", também, outras pessoas.

Os quatro foram abordados, na cidade do Sequele, por duas das três supostas burladoras, moradoras daquela nova urbanização da província de Luanda, com a informação de que uma "pessoa próxima", sobre quem disseram ser funcionária do Governo Provincial de Luanda (GPL), estaria à procura de indivíduos interessados em comprar casas no projecto habitacional Mayé-Mayé.

"Como tenho um irmão e três primos que estavam à procura do sonho da casa própria, eu passei-lhes a palavra", conta Eva Lopes, que diz ter desembolsado 750 mil kwanzas, para a compra de três casas, com o objectivo de as arrendar, como forma de investimento familiar.

A informação que chegou a cada pessoa interessada em comprar casas no Mayé-Mayé, um bairro social localizado nas imediações da cidade do Sequele, era de que cada moradia seria vendida por 500 mil kwanzas e o valor poderia ser liquidado em duas prestações.

Houve pessoas que pagaram para a obtenção de apenas uma única casa. Mas são várias as pessoas que elevaram a "fasquia", dando valores para a compra de entre duas e seis moradias, com pagamento feito, por algumas, na totalidade.

Eva Lopes, mãe de três crianças, todas com necessidades especiais, pensou que, comprando e, depois, arrendando três moradias, seria um "bom investimento", tendo em conta o desejo que tem de ir viver para o estrangeiro com o marido e os filhos, por motivos de saúde das crianças.

Eva Lopes não tem noção do número exacto de pessoas que "carregou" para o problema, porque, como acentuou, "eu passava a palavra para cada um que vinha ao meu encontro."

Eva Lopes chegou à fala com o Jornal de Angola levada por Mena Andulo Gunge, sua tia, por afinidade, e, também, integrante do quarteto.

Articulação ardilosa

Mena Gunge, professora de profissão, e Eva Lopes não sabiam, inicialmente, da articulação das duas presumíveis burladoras e moradoras do Sequele com a mesma suposta funcionária do Governo Provincial

de Luanda e manifestaram interesse pela compra de casas no Mayé-Mayé em ocasiões diferentes.

Eva Lopes era vizinha de uma das presumíveis burladoras, no bloco 10 da cidade do Sequele, enquanto Mena Gunge, também do bloco 10, era professora de dois filhos da outra suposta burladora, esta moradora do bloco 8.

O interesse de Mena Gunge em comprar uma casa chegou ao conhecimento da mãe daqueles dois alunos, depois de a professora ter ficado a saber da informação relacionada com a venda de casas no Mayé-Mayé, através de alguns professores que já tinham entregado dinheiro à senhora para a obtenção de moradias no mesmo bairro.

As duas presumíveis burladoras diziam às quatro pessoas que se dizem também vítimas que não precisavam de encaminhá-las quem viesse a manifestar interesse em comprar casas no Mayé-Mayé, bastando que o quarteto recebesse os valores, uma decisão que, embora já fosse um grande indício de burla, não colocou em alerta as quatro pessoas.

Tanto é assim que não só receberam, como dizem, em mãos e, às vezes, por transferência bancária, o dinheiro dos 699 lesados como também entregaram os valores recolhidos às duas presumíveis burladoras, por via das quais o dinheiro chegou, depois, à suposta funcionária do Governo Provincial de Luanda.

"Houve vezes que eu não quis andar com valores, mas ela pedia a um filho dela para me acompanhar ao banco, para lhe entregar os valores em mãos", recorda Mena Gunge, que diz ter manifestado interesse em comprar uma moradia, no Mayé-Mayé, para oferecer a uma filha, separada do marido e a viver na casa da mãe com dois filhos pequenos.

A vida relativamente sossegada parou a partir do momento em que vários lesados começaram a pressionar o quarteto, o que veio a aumentar quando se soube que as duas presumíveis burladoras haviam "zarpado" da cidade do Sequele, encontrando-se, até hoje, em parte incerta.

Resultado: um dos lesados, que exigia a devolução de um milhão de kwanzas, fez, no SIC-Geral, localizado no bairro Neves Bendinha, uma participação criminal, dando origem à entrega de uma notificação a Eva Lopes, por ter sido a pessoa que recebeu o dinheiro das mãos do queixoso, e a Mena Gunge, por esta ter dado o valor à mãe de dois dos seus alunos, a outra presumível burladora, informação confirmada por Mena Gunge na conversa com o Jornal de Angola.

No SIC-Geral, durante a audição, feita separadamente, Eva Lopes e Mena Gunge foram aconselhadas a devolver o dinheiro ao queixoso, por estarem as três presumíveis burladoras em parte incerta, ficando assim comprometido um apuramento da verdade, enquanto não forem localizadas.

O conselho foi também extensivo aos dois outros integrantes do quarteto, identificados como Paulina Manuel Nicolau e Silvano Ferreira Tomás, em relação aos restantes lesados, sob pena, no caso de haver incumprimento, de voltarem ao SIC, sempre que for feita uma queixa-crime por algum lesado.

"Temos estado a devolver tanto dinheiro e o meu salário já não tem chegado para o sustento dos meus filhos", lamenta Mena Gunge, que quer "sair de uma confusão" em que se meteu, revelando ter medo de ser presa, por um crime que reiterou não ter cometido.

Um advogado está a trabalhar na defesa do quarteto e entrou em cena depois de Eva Lopes e Mena Gunge terem sido notificadas pelo SIC-Geral.

Detenção e soltura

Dois meses depois de ter estado no SIC-Geral, Eva Lopes foi detida, no município de Cacucaco, na sequência de uma nova queixa-crime, feita, desta vez, por uma outra vítima, um oficial do SIC-Cacucaco, que exigia a devolução de três milhões de kwanzas.

Depois de sete dias de detenção, numa cela do Comando Municipal de Cacucaco da Polícia Nacional, Eva Lopes foi posta em liberdade um dia depois de ter sido presente a uma juíza de garantia, no Palácio Dona Ana Joaquina, onde esperou, das 8h00 às 20h00, pela sua vez de ser ouvida.

Um mandado de soltura foi emitido pela juíza de garantia depois de ter havido um acordo, entre o advogado de Eva Lopes e o advogado do queixoso, onde ficou garantida a entrega imediata, como condição para a libertação da arguida, de um milhão e 500 mil kwanzas, devendo o resto da "dívida", que teve um aumento de 650 mil kwanzas, como correcção monetária, ser liquidada, parceladamente, até ao fim deste mês de Outubro.

Eva Lopes está a desembolsar, desde Julho, 525 mil kwanzas, para a devolução do dinheiro ao queixoso que esteve na origem da sua detenção, acabando por ficar sem nada do seu ordenado.

A detenção de Eva Lopes despertou o quarteto para o reforço da necessidade de exigir, junto dos órgãos de Administração da Justiça, a realização de diligências com vista à localização das três

presumíveis burladoras, para o apuramento da verdade.

"O SIC tem instrumentos para localizar as senhoras", diz Eva Lopes, citando, como autora da frase, a juíza de garantia da 9ª Secção Criminal do Tribunal de Comarca de Luanda, que lhe devolveu à liberdade no dia 23 de Junho.

O advogado José Domingos Fernandes, titular da cédula profissional 1.626, declarou, numa conversa com o Jornal de Angola (ver caixas), que os seus constituintes "não tinham a noção de que estavam diante de um crime de burla", tendo revelado que os documentos, com o timbre e carimbo do Governo Provincial de Luanda, entregues aos lesados pelas três presumíveis burladoras "são falsos".

Eva Lopes já devolveu dinheiro a 70 pessoas e, até agora, gastou perto de 30 milhões de kwanzas, valor resultante de dois empréstimos bancários e da venda de um terreno e de uma casa, no município de Viana.

"Infelizmente, despertámos tarde", reconhece Eva Lopes, que diz ser uma pessoa que perdeu "vontade de sair à rua", por, como disse, lamentando, estar a "ser vista como burladora, até por pessoas conhecidas, quando, na verdade, as verdadeiras bandidas continuam em parte incerta e com o dinheiro de todos os lesados."

Mais complicada ficou ainda a vida conjugal de Mena Gunge, desde que vários lesados começaram a exigir, aos gritos, junto à porta do seu apartamento, a devolução do dinheiro que recebeu.

O marido de Mena Gunge abandonou-a, por ter ficado agastado com a constante presença de pessoas estranhas à porta do apartamento.

Até hoje, Mena Gunge está a resistir à pressão que sofre, diariamente, para vender o apartamento, a única moradia que tem, para pagar o que não considera uma "dívida", por não ter ficado, como alega, com "nenhum tostão" do dinheiro que recebeu de vários lesados.

As duas senhoras acreditam que o desespero só vai terminar e que terão a vida normal de volta quando "as três culpadas forem localizadas, detidas, julgadas e condenadas."

6.3 À espera da reacção da Polícia

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2023

Texto: Manuela Mateus

Os nomes das três presumíveis burladoras não estão propositadamente mencionados nesta peça jornalística, por estar o Jornal de Angola à espera de um pronunciamento do porta-voz nacional do Serviço de Investigação Criminal (SIC), superintendente-chefe Manuel Halaywa, para quem foi enviado, há mais de um mês, um questionário, com perguntas, a maioria, relacionadas com o crime de falsificação de documentos de natureza diversa.

Os nomes vão ser divulgados se houver uma confirmação, por parte do SIC, da existência de uma investigação criminal, com as três senhoras como suspeitas.

O Jornal de Angola já ouviu, no entanto, o porta-voz do Governo Provincial de Luanda, Wilson dos Santos, que, depois de ter sido informado do motivo do contacto, garantiu, na resposta, por telefone, que, "numa avaliação preliminar, nunca tivemos uma funcionária com esse nome."

Uma informação que colide com uma outra, avançada pelo advogado José Fernandes, que disse ter ouvido de um instrutor processual do SIC no município de Cacuaco que o Governo Provincial de Luanda (GPL) terá confirmado, no âmbito de uma diligência feita pelo SIC, que a senhora em causa era funcionária de um departamento do GPL, mas que nunca integrou qualquer comissão de distribuição de moradias.

Ainda sobre o assunto, o porta-voz do GPL, na sua resposta, declarou, também, que "o Governo Provincial de Luanda não tem autonomia, nem competência, de distribuir casas".

As duas presumíveis intermediárias e comparsas da suposta funcionária do Governo Provincial de Luanda abandonaram a cidade do Sequele, depois de terem começado a ouvir do quarteto que a maioria das pessoas que pagou já estava a pressionar, alegando cansaço na espera pela execução da promessa de casas no projecto Mayé-Mayé.

Pedidos ignorados

As duas senhoras ignoravam sempre os pedidos que o quarteto fazia, para que fosse a dupla a entrar em contacto com as pessoas que fizeram pagamento, para assim ficar diminuído ou removido o sentimento de desconfiança que já havia.

Mena Gunge refere que a presumível intermediária que recebeu das suas mãos dinheiro de lesados nunca aceitou o conselho de encontrar-se com aqueles, mas, para dar a entender que havia transparência em todo o processo, chegou a levá-la a um local, no interior do Mayé-Mayé, onde seria, como alegou, feita, nos dias subsequentes, a distribuição de moradias.

A presumível burladora desapareceu, dias depois, do Sequele, e Mena Gunge soube, mais tarde, que se mudou para uma moradia localizada nas imediações do Estádio Nacional 11 de Novembro, podendo o seu apartamento, na cidade do Sequele, ter sido arrendado, uma suspeição que Mena Gunge levantou por ter encontrado "novos moradores", de quem ouviu que a senhora "já não vivia no apartamento".

Mena Gunge conseguiu localizar e chegar à nova moradia onde a senhora estava a viver. A presumível burladora não manifestou interesse em receber Mena Gunge, quando soube da sua presença, impressão que teve por aquela só ter saído de casa para a atender depois de

6.4 Executivo reitera compromisso com políticas de inclusão social

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2023

Este posicionamento consta num comunicado do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, divulgado por ocasião da abertura da jornada de reflexão em torno das cidades e assentamentos humanos.

A nota refere que esta acção do Executivo está ancorada nos pressupostos do desenvolvimento ordenado do território, do crescimento urbano sustentável e da promoção, elaboração e aprovação de instrumentos de ordenamento do território.

O que se tem em vista com estas medidas é alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tornando as cidades e comunidades mais fortes, inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Segundo o documento, Angola, enquanto membro do Conselho Executivo do UN-Habitat, principal órgão deliberativo do referido Programa, está ciente das suas obrigações internacionais e focada nos compromissos assumidos com os angolanos em trabalhar para que se criem cada vez mais oportunidades para as famílias angolanas.

Um exemplo prático do compromisso do país com essas políticas é o Projecto de Autoconstrução

Dirigida, impulsionado pelo Presidente da República, cuja fase piloto se encontra em execução.

Este projecto prevê a disponibilização de lotes de terrenos infra-estruturados, constituindo-se como mais uma alternativa aos cidadãos para a criação de zonas habitacionais mais saudáveis que respeitem a dignidade humana.

Na nota, o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação encoraja os parceiros sociais, profissionais do sector e os angolanos no geral a continuarem a promover um futuro urbano para todos, bem como apelar a reflexões profundas sobre o impacto das acções que cada um tem para a sustentabilidade das cidades.

Iniciativa do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, (UN-Habitat), a jornada inicia no Dia Mundial do Habitat, que se assinala hoje, e encerra no Dia Mundial das Cidades, a 31 de Outubro.

Este ano, o Dia Mundial do Habitat decorre sob o lema "Economias Urbanas Resilientes: Cidades Como Motores de Crescimento e Recuperação", e o Dia Mundial das Cidades sob o lema "Financiando um Futuro Urbano Sustentável Para Todas as Pessoas".

6.5 Processo terá "sumido" do SIC

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2023

Texto: Manuela Matens

O advogado José Fernandes enviou, a 6 de Junho deste ano, um documento para a representação da Procuradoria-Geral da República junto do SIC-Geral, solicitando a abertura de um processo-crime contra as três presumíveis burladoras.

O advogado destacou, no documento, a necessidade de localização das três presumíveis burladoras, para o apuramento da verdade, que, na sua convicção, está do lado dos quatro clientes, porque, acredita, "também que foram burlados".

Um processo-crime foi aberto pela PGR, com o número 2022/23-B, e enviado, a 17 de Junho, mediante um ofício com número 3.666, para a Direcção de Combate aos Crimes contra o Património do SIC-Geral, onde recebeu um novo número (2.581/2023-03).

Quando procurou se informar do andamento do processo, o advogado José Fernandes encontrou duas contrariedades: apesar de ter recebido um novo

número, quando foi recepcionado pelo SIC-Geral, no dia 25 de Junho, o processo não foi registado no livro de registo de entrada de processos e terá sido extraviado.

O advogado deslocou-se cinco vezes ao SIC-Geral e a resposta que recebeu foi sempre a mesma: "o processo ainda não foi localizado."

O causídico admite, no entanto, que, por não ter ainda aparecido, três meses depois de ter entrado no SIC-Geral, "o processo pode ter sido extraviado por alguém, com a intenção de não querer que avance."

Reclamação forense

O advogado apresentou, a 22 de Setembro, à procuradora titular junto do SIC-Geral, uma reclamação, para a abertura de um inquérito para se apurar "o que aconteceu ao documento" na Direcção de Combate aos Crimes contra o Património. "Estamos à espera do resultado da sindicância", refere o advogado, admitindo que "pode haver uma mão invisível que não quer que o processo avance".

O causídico deixou, na conversa com este jornal, a convicção de que não vai ser difícil provar a inocência dos seus clientes, por uma razão muito simples: "existem provas." Segundo José Fernandes, "uma parte do dinheiro foi entregue em mãos e outra parte transferida para as contas bancárias" das duas senhoras mencionadas pelos seus constituintes como comparsas da suposta funcionária do Governo Provincial de Luanda.

O advogado defende o bloqueamento das contas bancárias das três presumíveis burladoras e a necessidade de o SIC-Geral saber, assim como terá sido feito pelo SIC-Cacuaco, se uma delas está ou esteve vinculada ao Governo Provincial de Luanda.

No âmbito da linha de defesa que traçou para provar a inocência dos seus quatro clientes, o advogado tomou conhecimento de que as três presumíveis burladoras "já são conhecidas do Serviço de Investigação Criminal", por os seus nomes terem sido "citados noutros casos de venda ilegal de casas em centralidades da província de Luanda."

6.6 Luís Nunes ‘avisa’ Luanda de que já não há dinheiro para obras emergências

Novo Jornal

Texto: João Marcos

6 De Outubro de 2023

Nada que não se soubesse antes, até mesmo pelo que já foi noticiado no Novo Jornal. O vice-governador provincial de Benguela para a Área Técnica e Infra-Estruturas, Adilson Gonçalves, confirma limitações financeiras no Programa Integrado de Obras Emergenciais, na base de suspensão de empreitadas, quando o governador provincial, Luís Nunes, ‘pressiona’ Luanda para um Novembro gordo em termos de recursos.

Luís Nunes, era declarações à imprensa na visita do ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, tal como o vice-governador, lembrou de ter recebido garantias de que deverá receber o financiamento nos próximos dias.

"Se assim for, haverá nova etapa em 2024, com mais trabalho, mais visibilidade nas acções", sustentou, há e pouco mais de uma semana, o governador provincial, que, em Maio deste ano, dizia que o empréstimo [415 milhões de euros] ainda não se encontrava "activo".

Curioso é que, mesmo com o crédito 'não activo', dezasseis meses depois do início das obras, já se tinha chegado a uma execução física na ordem de 30 por cento, equivalente a 124 milhões e 500 mil euros. Surpreso, o economista Janísio Salomão questionou Luís Nunes, num encontro que juntou, em Maio, governantes, jornalistas e especialistas de diferentes áreas do saber, mas não obteve resposta.

"Claro que as empresas envolvidas estão a injectar o seu próprio capital, devendo ser ressarcidas quando houver dinheiro do empréstimo. Só dessa forma se explica a execução física nestas condições", comentou, à saída, o também consultor empresarial.

Agora, mais do que reforçar o que Luís Nunes tinha dito a jornalistas, o vice-governador provincial avança que, perante as limitações financeiras, o Governo Provincial teve de fazer escolhas, colocando em stand-by algumas obras, sobretudo nos edifícios, para priorizar a recuperação de estradas.

"Olhamos mais para o impacto na vida dos cidadãos, sabemos que o crédito continua a depender das estruturas centrais", revelou Adilson Gonçalves, ao analisar as obras nas imediações do Hospital Geral de

Benguela e aquelas que empurram o trânsito pesado para o centro da cidade.

A primeira tem ligação ao projecto de ampliação da marginal da Praia Morena, que será extensivo à foz do rio Cavaco.

Só a Omatapalo e a ASGC, empreiteira e entidade credora, vão resistindo a esta limitação financeira, que afastou, como se sabe, duas empresas locais, a Sagermar e a Afriectos, que aguardam por dívidas decorrentes da prestação de serviços e aluguer de equipamento para construção civil.

O ministro da Administração do Território deixou Benguela com a garantia de que o Governo provincial tudo fará para ter concluído o Programa Integrado de Obras Emergenciais antes de 2027, o ano previsto para o final.

O problema, levantado por observadores depois de Luís Nunes ter reafirmado o que há muito vem prometendo, é que não existem condições para que a opinião pública possa fiscalizar, uma vez que as obras não apresentam o tempo de execução.

Este pormenor, aliás, foi bastante criticado logo no início, em Janeiro de 2022, quando se questionou o valor para cada projecto, mas o governador provincial preferia explicar que "o custo total é de 415 milhões, o resto é com Luanda".

6.7 Comercialização de apartamento na “carreira de tiro” inicia em Abril

Jornal Economia & Finanças

6 De Outubro de 2023

Um total de 212 apartamentos estão na fase conclusiva da sua construção, com um grau de execução física nos 75 por cento, na centralidade Carreira de Tiro, em Malanje, cujo prazo de comercialização está previsto para Abril de 2024.

A constatação foi feita quarta-feira, no âmbito da visita de trabalho que o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos, efectuou à centralidade, localizada na cidade de Malanje. O presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Habitacional, Hermenegildo Gaspar, garantiu que a partir de Abril, prevê-se que estejam já criadas as condições para o início da comercialização dos apartamentos. Segundo uma fonte do

Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, na ocasião será, igualmente, lançada a primeira pedra para a construção da nova Centralidade de Malanje com 2.500 habitações.

Auto-construção dirigida

Um total de 18 mil lotes de terrenos infra-estruturados para a auto-construção dirigida, serão colocados ao dispor da população de Malanje, a partir de 2024, visando a redução gradual do défice habitacional na província.

A garantia foi dada pelo ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, no final da visita de trabalho à Malanje, tendo realçado que o programa será executado durante o período 2023-2027. O Programa de Auto-construção Dirigida foi aprovado em Maio deste ano, pelo Executivo, com objectivo de reduzir a problemática habitacional em todo país, por meio de distribuição de lotes que permitirão a expansão e o surgimento de novos centros urbanos e rurais de forma ordenada.

6.8 Abertas inscrições em Cabinda para apartamentos na Centralidade “Petroff”

Jornal de Angola

8 De Outubro de 2023

Texto: Pedro Vicente

A província de Cabinda abriu, segunda-feira, o processo de inscrição para a compra de apartamentos na centralidade Santana André Pitra “Petroff”, localizada no Chibodo II, soube, hoje, o JA Online.

Numa primeira fase, a centralidade conta com um total de 462 apartamentos, 8 casas térreas e 72 lojas, 70 cujos apartamentos serão comercializados ao público em geral, através de sorteio.

As inscrições que tiveram início segunda-feira, no Pavilhão Multiuso do Mbaca, terminam no dia 13 deste mês.

De acordo com as informações divulgadas pelo Governo Provincial de Cabinda, no Facebook, todo o processo de recepção de inscrições será acompanhado por um grupo de trabalho, criado por despacho da governadora local, Mara Quiosa, integrando representantes dos diversos sectores intervenientes.

6.9 Várias famílias estão a ser realojadas

Jornal de Angola

9 De Outubro de 2023

Texto: Arão Martins

Segundo Adilson Gonçalves, já foram realojadas 26 famílias na Centralidade do Luhongo, município da Catumbela, tendo garantido que o processo para o realojamento dos outros agregados familiares decorre sem sobressaltos, numa acção enquadrada no Programa de Infra-Estruturas Integradas em curso em Benguela, que contempla, também, a requalificação da Avenida 4 de Fevereiro.

O vice-governador para o sector Técnico e Infra-Estruturas explicou que a Avenida 4 de Fevereiro vai ter mais 4,5 quilómetros e os trabalhos vão abranger a Avenida 21 de Janeiro.

Na Avenida 4 de Fevereiro, garantiu, estão em fase de acabamento os trabalhos de colocação de base e sub-base. "Começamos a preparar o subleito e entrou-se já na fase da base e sub-base numa parte da Avenida 21 de Janeiro. Com os trabalhos da macrodrenagem, estamos a interceptar a Avenida 4 de Fevereiro, cujos trabalhos deverão continuar até à Avenida Governador Sousa Coutinho”.

Por uma questão de mobilidade, esclareceu, vai se trabalhar já no acabamento da interseção entre as avenidas 10 de Fevereiro e 4 de Fevereiro, que ligam à Praia Morena.

"Todo trabalho de macrodrenagem está feito, estamos a terminar as caixas de recolha das águas pluviais, além de terem sido feitas, também, outras infra-estruturas (rede de esgotos e tubagem da água potável)”.

Adiantou que o objectivo é, entre finais deste ano e início do próximo, ter a Avenida 21 de Janeiro concluída até na interseção com a 4 de Fevereiro.

Adilson Gonçalves disse que a obra é importante para Benguela, visto que a cidade, além do canal de Kurinji, não tinha outro sistema de colecta de águas residuais. "Esta infra-estrutura vai contribuir significativamente para a melhoria do escoamento das águas residuais”.

Esclareceu que, a nível do Programa de Infra-Estruturas Integradas, há acções para melhorar o nível de escoamento das águas pluviais na vala de Kurinji, que tem parte semi-revestida. Os trabalhos abrangem, igualmente, as paredes do canal 2.

O vice-governador indicou que continuam a ser feitos trabalhos na Avenida Damas Mora e no próximo ano vão se abrir novas frentes a nível das infra-estruturas, reabilitação de jardins e melhoria da iluminação pública, lancis e passeios.

"A Avenida 4 de Fevereiro (Praia Morena) está a levar um novo revestimento a nível da calçada, para ter uma imagem mais nobre. São acções que não dependem apenas do Governo Provincial de Benguela", explicou Adilson Gonçalves.

Centralidades

As três centralidades (do Lobito três mil residências, Luhongo duas mil e da Baía Farta mil casas) contribuíram, sobremaneira, para o realojamento de pessoas que viviam em condições difíceis.

Segundo Adilson Gonçalves, o processo de distribuição de residências começou em 2019 e terminou em 2021, abrangendo funcionários públicos e do sector privado.

Seguidamente, na vigência do governador Luís Nunes, havia perto de mil fogos por distribuir e decidiu-se trabalhar, fundamentalmente, com os grupos juvenis, por intermédio do Conselho Provincial da Juventude, tendo sido atribuídas às administrações municipais do Lobito e Benguela 125 casas, entre as quais 80 para a juventude, 25 para funcionários administrativos e 20 para o sector empresarial.

Para Benguela, referiu, foi feito a mesma coisa, a Baía Farta recebeu perto de 100 casas, mas teve um pacote específico para os naturais, a par do município da Catumbela, que teve 100 moradias com o mesmo objectivo. Foram distribuídas 60 para o Conselho Nacional da Juventude, 20 a empresários e igual número à Administração Municipal da Catumbela.

Esse processo de atribuição de casas para a juventude conheceu o seu desfecho entre Maio e Junho do ano passado. A par dessas organizações, o Governo Provincial, explicou, trabalhou com outros organismos públicos e privados, dando-se prioridade à juventude.

Edifícios em mau estado

Ainda no quadro de atribuição de residências, salientou, procedeu-se ao realojamento, no município

do Lobito, de famílias que viviam no edifício Nimas 500 e do Prédio do Décimo, que estão em risco de ruir.

Na Catumbela, indicou, fez-se, também, o realojamento de sete famílias que viviam na zona traseira do novo edifício da Administração Comunal, que está em obras.

No município de Benguela, acrescentou, está-se a concluir o processo de realojamento das famílias que vivem no prédio dos Cooperantes, que também está em risco de ruir.

No mesmo processo, frisou, alojou-se algumas famílias que foram despejadas por razões de vária ordem.

"Compreendemos a preocupação dos munícipes que reclamam da existência de casas livres e a serem vandalizadas nas centralidades de Benguela", disse, acrescentando que o Governo Provincial já trabalhou com o Fundo de Fomento Habitacional e as moradias já estão atribuídas.

Explicou que se está a trabalhar para a criação de um instrumento legal que vai dar um prazo de 90 dias para que todos os beneficiários de imóveis nas centralidades os ocupem e provem a titularidade, tendo em conta que há famílias a viver de forma ilegal. "Estamos a aguardar que esse instrumento seja aprovado e publicado para tomarmos as devidas providências nas três centralidades".

Autoconstrução dirigida

O Governo Provincial de Benguela, segundo o vice-governador para o sector Técnico e Infra-Estruturas, trabalha na actualização dos planos de loteamento em todos os municípios, para dar nova dinâmica ao programa de autoconstrução dirigida.

Adilson Gonçalves explicou que há municípios onde os planos de loteamento já estão em fase de revisão na Direcção Provincial do Instituto Nacional do Ordenamento do Território, para depois serem apresentados ao governador provincial para a devida autorização e entrar-se na fase de materialização.

6.10 Edifício do 'Gabiconta' é demolido até ao final do ano

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2023

Texto: Algemira Fortuna

O maior edifício da cidade do Cuito, o prédio do 'Gabiconta, vai ser demolido nos próximos meses,

devido ao seu avançado estado de degradação. Construído na década de 70 do século passado, pela administração colonial portuguesa, o imóvel tornou-se num perigo para as famílias que nele habitam e para os comerciantes.

O ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Gregório dos Santos, disse há dias, na cidade do Cuito, que o antigo prédio do Gabinete de Contas ‘Gabiconta’, o hotel Cuito e o edifício que alberga os serviços administrativos da Polícia de Viação e Trânsito serão demolidos por apresentarem riscos evidentes de desabamento e colocarem em perigo centenas de vidas.

O ministro das Obras Públicas e o Governo do Bié asseguram que as famílias a serem desalojadas do edifício do ‘Gabiconta’ serão transferidas para o Projecto Habitacional ‘500 Casas’, situado no bairro Azul, no município do Cuito.

No dia 31 de Agosto do corrente ano, refira-se, a cidade do Cuito registou um tremor de terra de magnitude 5.2 na escala de Richter, que assustou quase toda a cidade e arredores, gerando-se, a partir daí, rumores de que o ‘Gabiconta’ e alguns edifícios teriam os dias contados.

Os moradores do célebre e mais alto prédio da cidade, que é símbolo da resistência de um povo que teve que travar duras batalhas, esperam ter melhores condições de habitabilidade, quando se mudarem para a zona de realojamento.

"Se realmente quiserem demolir o prédio, devem primeiro dar-nos casas para morarmos, porque já comprámos esses apartamentos ao Estado", diz Maria Sousa, uma das mais antigas moradoras do ‘Gabiconta’, nome atribuído ao prédio devido à existência no local, nos anos 70 do século passado, de uma empresa de formação em Contabilidade e Dactilografia.

Erguido em 1970, o ‘Gabiconta’ possui seis andares, nos quais residem 49 agregados familiares, muitos deles há mais de 40 anos, alguns por vontade própria, outros por falta de um lugar para morar. Todavia, não perdem a fé de um dia morarem em outro lugar com melhores condições de habitabilidade.

"Muitos de nós só continuamos aqui por não termos aonde nos dirigir. Os que tiveram sorte conseguiram casas na Centralidade Horizonte", lamentou um dos moradores.

Na província do Bié, mais de cinquenta edifícios estão sinalizados e necessitando de obras de reabilitação, entre eles os prédios Fadiang, Belmont, Vila Miséria, Hotel Cuito e o Gabiconta, este último,

apesar de nova roupagem, continua destruído por dentro.

Do lado de fora, o cenário do prédio proporcionado pelas cores rosa, azul e amarela da pintura feita em 2005, por altura da sua reabilitação, dão um aspecto belo e positivo à "cidade do perdão", especialmente à Avenida Joaquim Kapango, local onde está situado o edifício.

Mas a realidade é completamente diferente por dentro, pois o prédio apresenta sérios problemas de fissuras, lixo e cheiro nauseabundo por todo o lado e vazamento de águas.

6.11 Importância da nova Divisão Político-Administrativa

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2023

Texto: Armando Sapalo

"A Nova Divisão Político-Administrativa (DPA) prevê que a província da Lunda-Norte tenha 19 novos municípios, passando a um total de 29 circunscrições com tal estatuto", deu a conhecer a governadora provincial, Deolinda Vilarinho, numa recente declaração, assegurando que as acções do Executivo estão voltadas à criação de condições para a efectivação do projecto que contempla a elevação de entes comunais a municípios.

A governante frisou que tal qual em outras províncias do território nacional, para a Lunda-Norte a DPA tem como objectivo conformar as exigências do crescimento demográfico, expansão dos serviços nos aglomerados populacionais, limites geográficos e infra-estruturas sócio-económicas.

A governante sublinhou que a estratégia vai abrir portas para o crescimento e desenvolvimento económico das actuais comunas, ainda com uma gritante falta de serviços essenciais.

O projecto inicial da nova Divisão Político-Administrativa previa que a Lunda-Norte fosse repartida em duas províncias, mas a realidade concluiu que podiam ser elevadas a municípios as comunas com extensão territorial, densidade populacional e défice em termos de infra-estruturas.

Deolinda Vilarinho apontou a redução das assimetrias, a promoção do desenvolvimento harmonioso, a qualidade na organização da prestação dos serviços essenciais à população como algumas das principais vantagens da DPA.

Para a Lunda-Norte, disse que a proposta da DPA elegeu as localidades do Dundo, Cafunfo, Calumbia, Caita, Capaia, Xá-Cassau, Caluango, Camaxilo, Luangue, Luremo, Camissombo, Luía, Cachimo, Canzar, Iongo, Cassanje-Calucala, Xinge, Muvuluege e Mussungue para serem elevadas à categoria de municípios.

As perspectivas estão igualmente centradas em atrair mais investimentos para os sectores cruciais da Agricultura, Pecuária e Diamantes. Por isso, a governante afirmou que se pretende com isso reforçar os mecanismos para o fomento da actividade empresarial, criação de riqueza para o país, incremento da produção interna de alimentos e aumento de emprego para a juventude local.

6.12 “Luanda está uma cidade entregue a si própria”

Jornal de Angola
16 De Outubro de 2023
Texto: António Pimenta

Quem é a Maria JoIo Teles Grilo?

Sou arquitecta, investigadora, proveniente de uma velha família do sul de Angola, mais concretamente da cidade do Lubango, província da Huíla. Os meus filhos, país e avós são todos angolanos. É uma família com' um percurso de reconhecido valor na história de Angola. O meu pai fez parte d9S projectistas angolanos que fizeram o projecto da estrada da Serra da Leba.

Participou também na sua construção?

O desenho esteve a cargo de uma equipa de angolanos da qual o meu pai fez parte, todos da Junta Autónoma de Estradas de Angola (GAEA). Gosto de repetir isso, porque até hoje não consigo entender porquê que não se fala disso em Angola, porquê que não é reconhecido o papel que o meu pai e outros desempenharam na construção deste importante troço rodoviário de Angola, tido como uma das sete maravilhas de Angola.

Mas não se fala deles?

Muito pouco ou mesmo nada. Quando falam é para dizer umas barbaridades como, por exemplo, que foi uma arquitecta sul-africana ou soviéticas que desenharam/mas nunca angolanos. Repito: foi meu pai, João Teles Grilo e colegas, todos angolanos, que a desenharam. Mas, infelizmente, não há neste local, nem em parte alguma, um reconhecimento destas pessoas.

O que é que se passa connosco para andarmos tão fugidios do que é nosso, da nossa identidade?

Por que não gostamos de nos identificar com o que é nosso? O que é que tememos? Uma placa de granito, no início ou fim, com o resumo da sua história, seria o suficiente. Penso que existe uma confusão de fundo, até certo ponto perversa, em relação a isso. O período histórico destas obras é colonial, mas isso não quer-dizer que a arquitectura e a engenharia o sejam.

A arquitectura não é colonial?

Na sua maioria, a nossa arquitectura, não é colonial. A nossa arquitectura urbana, é arquitectura do Movimento Moderno, um movimento democrático e absolutamente anti-colonial,

O que é que a leva a pensar desta forma?

Um renomado arquitecto da nossa praça disse, há uns bons anos, numa entrevista que concedeu a um órgão de imprensa, que o dia mais feliz da sua vida seria quando um dia os portugueses viessem a Angola e não reconhecessem as construções que deixaram. Muitos anos depois, essas teorias parecem continuar a se fazer prevalecer na mente de uma boa parte de angolanos, que consideram colonial tudo que foi feito na era colonial, e deve ser destruído. A definição de tempo histórico não é a mesma que a definição dos estilos e movimentos arquitectónicos. A arquitectura colonial é um estilo, da segunda metade do século XIX, de que o Palácio de Ferro é exemplo. E todas as pessoas adoram o Palácio de Ferro. Iró-

Mas essas teorias já fazem parte do passado não sei. O património arquitectónico da cidade continua a ser destruído. Hoje, já é um pouco difícil encontrar, em Luanda, o património da era colonial.

Não considera Isso um absurdo?

É um absurdo de facto. Até porque a história não se corta. Aprende-se e muda-se com ela. O período histórico colonial, vai até 1975, mas isso não quer dizer que depois desse período, o património arquitectónico das várias etapas que marcam a cidade tenha que deixar de ser parte da nossa história. A grande parte da nossa arquitectura urbana é Arquitectura do Movimento Moderno, o mais democrata por arquitectos portugueses e angolanos. É anti-colonial, embora esteja, ultimamente, a ser muito violentada, Luanda é uma cidade moderna, com um património glorioso, reconhecido internacionalmente. Infelizmente, estamos a destruí-la todos os dias, por ignorância e complexos. As pessoas não têm consciência dos danos patrimoniais que estão a causar ao país.

Quais são esses danos?

Património arquitectónico de qualquer país é identidade, é cultura. Representa a memória descritiva de um povo. Quando se fala em turismo, e ao contrário do que muitos pensam, as pessoas não saem dos seus países para ir ver noutros os edifícios vidrados e anónimos que temos construído hoje. Os turistas estão mais interessados em conhecer a identidade dos povos que vão visitar, as suas origens, cultura, usos e costumes, seus traços arquitectónicos, entre muitas outras coisas. Nós temos {tínhamos) em Angola, particularmente em Luanda, uma arquitectura moderna, que pode (podia} bem servir esses fins.

Temos arquitectura moderna em Angola?

Sim, muita. O boom das cidades em Angola ·deu-se no início dos anos 50-75. Foi o período mais significativo do desenvolvimento urbano em todas as cidades angolanas. É a arquitectura moderna que marca o perfil arquitectónico das nossas cidades. Mesmo a arquitectura pombalina (a que envolve toda a cidade alta e parte da baixa, do fim do século XVIII e princípio do século XIX), ou mesmo a arquitectura do Estado Novo, arquitectura claramente fascista, é História e memória de bons e maus períodos.

É a nossa História urbana. Porquê destruí-la? Os maus períodos têm que se manter reais para que não voltem a repetir.

Onde é que queremos chegar com esta destruição do património? Pode citar alguns exemplos?

O mercado do Kinaxixi, do arquitecto Vasco Vieira da Costa, uma obra importantíssima e internacionalmente reconhecida como absolutamente brilhante, do século X. A Rádio Nacional, o edifício das Obras Públicas, o cinema Atlântico, o Instituto Pio XII e tantos outros.

Quem foi o autor da obra?

O autor da obra foi Vasco Vieira da Costa, um conhecidíssimo arquitecto angolano que trabalhou com um dos maiores arquitectos do mundo, Le Corbusier,

Quando falamos em arquitectura angolana parece ficar evidente um certo dualismo que separa a arquitectura do tempo colonial e do período pós-Independência.

Infelizmente, é isso que acontece e considero um erro enorme pensar-se desta forma. Temos um período histórico que se chama colonial. Angola foi uma colónia portuguesa até 1975. Mas uma coisa não tem

nada a ver com a outra. Para quem não sabe, Angola consta entre as Ex- colónias portuguesas com menos obras de arquitectura colonial. No continente africano, este estilo de arquitectura existe, em maior número, nas antigas colónias inglesas e francesas. Em Luanda, o Palácio de Ferro é a grande referência. Podemos encontrar umas poucas em Benguela, o Palácio de Ferro é uma obra típica da arquitectura colonial.

O que é que considera por definição arquitectura portuguesa?

Arquitectura portuguesa, por definição, é a que foi praticada até ao fim dos anos 40. Se formos a caracterizar Luanda, em termos arquitectónicos, vamos encontrar na nossa cidade capital alguma arquitectura eclesiástica e senhorial do século XVI, XVII, a arquitectura dos sobrados e sobradinhos (todos destruídos), arquitectura pombalina, arquitectura do Estado Novo, ou seja, do período fascista de Salazar, e, depois, temos a arquitectura moderna, que veio depois dos anos 50. A nossa arquitectura moderna é o nosso maior património, o nosso grito de revolta anti-colonial, a nossa arquitectura de vanguarda e completamente anti-colonial, em termos de espaços e ideologia. Em Angola, existe pouca arquitectura colonial. É preciso aprender a chamar as coisas pelos próprios nomes e dar-lhe a sua própria identidade. As pessoas gostam de dizer, por exemplo, temos arquitectura pombalina, mas como foi feita antes da independência, deve ser considerada colonial. Então pergunto, não se lutou antes da independência para chegarmos à independência? Ou aqui, neste caso concreto, o antes não é importante como um processo? Nos anos 50, começou a grande revolução urbana e iniciámos a luta pela independência de Angola e chegámos a independência, em 1975. É de todo um período histórico fundamental. Nem vai dizer que todo esse imenso trabalho, que se fez, deve ser anulado

Como caracteriza essa nossa arquitectura moderna?

A nossa arquitectura moderna é uma arquitectura suspensa do solo, sobre pilares, galerias públicas e comerciais, ao nível do piso térreo, varandas protegidas por palas de ensombramento, persianas sobre grandes envidraçados, duplas peles de paredes rendadas para ventilação natural e transversal. É arquitectura de vanguarda, anti-colonial em termos ideológicos e de espaço. Não estamos a ser muito inteligentes, na forma como estamos a lidar com ela. Quer queira, quer não, ela representa a arquitectura da nossa identidade. É o nosso grito de revolta anti-colonial. O Kinaxixi era um exemplo claro disso.

Fala-nos um pouco das diferentes fases que marcaram a cidade de Luanda antes e depois da independência?

Em termos de desenvolvimento urbano, Luanda nunca foi um grande exemplo, digno de referência. O seu crescimento foi sempre mais orgânico do que planificado, ao contrário de Maputo que, desde o século XIX, teve sempre um crescimento orientado. Tivemos alguns planos programados, como o Plano de Groer e Moreira da Silva, em 42, o Plano de 1961 e o da OTAN, em 73, este último desenhado em parceria com os franceses. Em 79, tivemos um plano parcial, mas, grosso modo, desde o tempo colonial que crescemos por nós. Luanda sempre teve um crescimento basicamente orgânico, com aplicação parcelar destes planos. Tem uma geografia muito difícil, os terrenos são péssimos e muito desagregados e a água potável vem de longe: Kwanza, a sul, e Bengo, a norte.

Além disso, temos uma coisa muito curiosa, mas, também, muito perturbadora: uma cidade cheia de bacias pluviais, que cria uma conjuntura muito desfavorável para fundação de uma cidade.

Está a se referir aos conhecidos solos musseques?

Solo musseques, é assim que é conhecido o solo de Luanda, uma mistura entre argila com areias desagregadas, que torna os terrenos impróprios para a construção.

Quer dizer que o crescimento da cidade representou sempre um grande quebra-cabeça?

Claro que sim. Já era um grande problema no tempo colonial, mas nem por isso evoluiu grande coisa depois da independência. O único programa parcelar que tivemos, depois da independência, que se materializou, foi, em 1979, na construção dos chamados "Prédios dos Cubanos". Mas que, também, não foi por aí além. Depois disso tivemos, em 2015, o Plano Director de Luanda encomendado pela Isabel dos Santos, à empresa inglesa, apoiado pela Urbinvest, de que não há frutos até hoje. Foram milhões de dólares investidos.

Acha que esse último teria hipótese de funcionar?

Acho que não, por uma razão muito simples. A adjudicação directa à empresa Broadmay /Malay, uma experiente empresa inglesa, com um forte curriculum em planos directores, mas sem experiência de elaboração para um país africano.

Em termos administrativos, em Angola, a Universidade Nova de Lis- boa apoiou a Urbinvest. Não integraram à equipa nenhum arquitecto ou

urbanista angolano, nem a Ordem dos Arquitectos foi consultada. As equipas estrangeiras têm sido o denominador comum, das encomendas do Estado, negligenciando sistematicamente, os arquitectos ou os consultores seniores nacionais. Os modelos são importados, sem ajustamento ao clima e cultura nacionais.

Luanda continua a crescer de forma desordenada?

Completamente desordenada e entregue a si própria. Chame-lhe o que quiserem, baixa, musseque, informal, a verdade é que parte da cidade, onde as pessoas vivem hoje, é autoconstruída. Mais de três quartos da cidade é auto-construída. Basicamente, penso, o governo provincial não vai gostar de ouvir isso, mas essa é a minha opinião:

Luanda está uma cidade entregue a si própria. O governo provincial não tem o controlo, nem do que deve ser feito.

O que é que falta?

Falta estratégia, planeamento urbano, gestão em redes, um crescimento integrado e inclusivo, partindo da realidade para a transformar. Luanda cresce como cogumelos. Numa cidade consolidada como Luanda, a ninguém deveria ser permitido chegar, dar dois murros na mesa, dizer que manda e pode e lá está ele, num instante, a receber a autorização para erguer uma torre, sem ter em conta regulamentos, integração na envolvente, adaptação cultural, condições ambientais e orográficas que precisam de ser observadas para construir. Faltam-nos os programas de desenvolvimento comunitário em articulação com planos estratégicos. Temos muitos planos megalómanos, mas a maior parte deles fica pelo caminho, outros são lentos na execução, como de resto acontece com os do sector económico. Noutros países, africanos existem planos de desenvolvimento urbano e comunitários integrados, feito de forma articulada com outros sectores que geram vida e desenvolvimento urbano, para assegurar o crescimento integrado e auto-sustentado das comunidades e das suas áreas residenciais.

Em meio de tantas incompatibilidades, na sua opinião, o que terá de facto motivado a fundação da cidade em Luanda?

O porto de águas profundas que serviu como base da exportação de escravos. Mas nunca foi o sítio ideal para se fundar a cidade, pela longa distância que a separa dos rios, como fonte primária de abastecimento de água, a má orografia, os deficientes solos para construção.

Mas mesmo com estes entraves a cidade cresceu e conseguiu se afirmar?

Isso apenas foi possível com a utilização de obras especiais, projectos de estruturas e implantação muito bem-feitos, e uma arquitectura, até 75, adequada ao clima tropical húmido. Por isso é que, apesar das grandes violações a que estão sujeitas, todos os dias, os edifícios na cidade, com os tanques de água e os geradores nas varandas, a sobre ocupação e outros atropelos, numa cidade moderna como a nossa, o pior não acontece. Mas neste momento, somos estruturalmente uma cidade em risco de desabamento.

De onde reside o segredo para essa aparente resistência dos edifícios?

Porque até à independência foram estruturalmente muito bem projectados, muito bem construídos e não sei se os que estão a ser construídas hoje têm a mesma resistência.

Não acredita que os novos edifícios construídos depois da independência tenham a mesma resistência?

O engenheiro Manuel Resende de Oliveira, de boa memória, afirmou, a dada altura, que esses edifícios que estão a ser construídos, nos últimos tempos, em Luanda, não estão a respeitar as regras que se impõem em solos desastrosos e localização geográfica como a de Luanda

Quer dizer que podem desabar a qualquer altura?

Sim, isso é que o engenheiro Resende de Oliveira disse, Há edifícios que podem desabar já que fundações e estrutura não estão adequadamente construídas, não dispõem de condições para aguentar muito tempo. Um dia, essas falhas podem custar-nos muito caro novo edifício da Sonangol é um exemplo crítico. São obrigados a utilizar várias electrobombas todos os dias para bombear água da cave para fora.

Podemos dizer que Luanda tem mais de 400 anos de existência?

Em quatrocentos anos de colonização portuguesa em Angola não houve em Luanda o que pode se considerar desenvolvimento propriamente dito. Foi muito inexpressivo o crescimento que teve nessa altura. Eles tinham as suas atenções viradas para o porto, na baixa da cidade que fez história, devido ao transporte e comércio dos escravos. A governação era feita desde o plateau topejado pela fortaleza de São Miguel, onde viviam clero e nobreza. Não havia ainda colonização em Angola e a penetração dos

portugueses não ia para além dos portos ao longo da costa.

A penetração para o interior e a colonização aconteceram após o desenho a régua e esquadro da repartição das colónias na Conferência de Berlim, em 1885. Após a abolição da escravatura, o país e a capital começam a desenvolver-se, mas de forma muito lenta. Só no final dos anos 40, com a valorização das-matérias-primas, nos principais mercados mundiais, o fim da 2ª guerra mundial e a pressão da ONU para descolonização, se dá o enorme desenvolvimento urbano em todas as cidades angolanas, dando outro alento aos sectores da engenharia, arquitectura e construção.

Quando é que começou a dar os seus primeiros passos como uma cidade em franco crescimento?

Os anos significativos da sua afirmação como cidade, vão do início dos anos 50 até 75. Foram 25 anos de explosão e expansão imobiliária, facilitado pelo boom económico que se assistiu na altura, a todos os níveis, nos países produtores de matérias-primas, ao mesmo tempo que surgiram os movimentos de libertação.

Pode destroçar isso em miúdos?

A cidade de Luanda nunca cresceu- de forma planificada ou com um esquema de orientação, previamente estabelecido. As decisões eram tomadas por partes e nunca para cidade no seu todo. Só em 1973, Luanda teve o seu primeiro plano director. O que houve no tempo colonial, de extremamente positivo foi a arquitectura e não o urbanismo, bastante ventilada, com uma terceira janela, onde eram colocadas as redes de protecção contra os mosquitos, entre outros. Naquela altura, não havia os ar-condicionados nas casas e até hoje ainda é possível sentir esse enorme conforto nestas casas. As coisas eram feitas a pensar no clima. Todas arquitecturas tinham como a primeira condicionante o clima.

Onde é que podemos encontrar esses exemplos a que fez referência?

Reflectida na nossa arquitectura moderna temos exemplos como o Kinaxixi que foi estupidamente derrubado e substituído por um-elefante branco, o Ministério Obras Públicas e outros edifícios que se encontram espalhados um pouco por todos os cantos da cidade. A cidade está cheia de edifícios ou habitações colectivas, se quisermos, os chamados prédios, exemplos absolutamente extraordinários da nossa arquitectura, em muitos casos, em forma de habitações sociais.

Pode indicar um destes edifícios sociais?

Aquele prédio célebre onde residiu a Gabriela Antunes na Av. Amílcar Cabral era um prédio de habitação social. Um edifício estudado em grandes universidades, devido a sua perfeição no que diz respeito a adaptação climática. A PIDE não se apercebeu que o nosso movimento moderno era um grito contra o fascismo. Penso que por ignorância ou por não entenderem que pela arquitectura ou materialização física, se afirma a face pública de um poder, neste caso concreto, em forma de um contra poder.

Tudo influenciado pela arquitectura portuguesa?

A influências são mais brasileira do que portuguesa. Uma arquitectura moderna, aberta, sem muros, com varandas, persianas, palas de ensombramento, duplas peles que permitiam a circulação de ar que não permitia o aquecimento das fachadas por exposição directa ao sol. Uma relação cheia de espaços de transição, terraços, galerias ventiladas, muito ligada ao abstraccionismo, muito influenciado pelo Brasil que então era o país arquitectonicamente mais importante do Mundo. Portugal tinha um regime fascista fechado e sem espaços para implementação de uma arquitectura moderna. Contavam-se pelos dedos os edifícios de arquitectura moderna que tinham naquele tempo. Sempre existiu uma ligação fortíssima entre Angola e o Brasil, relações históricas, de identidade. Não diria que somos irmãos, mas somos primos.

Como se justifica esta influência brasileira em Angola?

O Brasil" era o país estrela do Movimento Moderno. O país tem um dos principais patrimónios de arquitectura moderna do Mundo. Era a utopia da construção do homem novo, da cidade no chamado século do povo. Nós sempre tivemos relações com outros países e o Brasil foi sempre um destes Estados a que, do ponto de vista histórico, estivemos sempre ligados, não só através de Portugal, mas directamente. Se forem ao Laboratório de Engenharia de Angola, que é um belo projecto do arquitecto de Vasco Vieira da Costa, onde trabalhei durante alguns anos, vão poder encontrar na sua biblioteca, muita informação. Do Brasil, recebíamos muitos livros e formação também. Havia e continua a haver uma rede internacional muito forte na área da arquitectura. Em termos arquitectónicos, o Brasil foi um país fundamental para Angola, com forte interacção de profissionais.

Qual era a origem dos arquitectos que trouxeram arquitectura moderna para Angola?

Eram angolanos, mas também portugueses. Como em Portugal não tinham hipóteses de aplicarem os seus conhecimentos, devido ao fascismo, muitos fugiam para Angola. Entre estes, muitos eram opositores ao regime, com uma postura anti-fascista. Em termos históricos, Angola foi a colónia que mais recebeu pessoas contra o regime de Salazar, entre eles, muitos arquitectos, mas professores, também, mais do que Moçambique.

Não havia faculdade de arquitectura em Angola?

Infelizmente, não havia e muitos angolanos iam fazer a sua formação em Portugal e também no Brasil. Só depois da independência, em 79, tivemos o primeiro ano do curso de arquitectura, em Angola. O arquitecto Vasco Vieira da Costa, que trabalhou com um dos arquitectos mais famosos do mundo, LeCorbusier, fundou a escola de arquitectura de Luanda.

Muito se fala em relação ao estado de conservação em que se encontra a cidade. O que é que acha que deveria ser feito para melhorar o estado actual em que se encontra?

Estudando, aprendendo, reflectindo, antes de tomar decisões. Se as pessoas não tiverem noção do que estão a construir ou destruir, o que queremos fazer do país, que identidade e futuro, queremos lhe dar, os resultados vão ser, sempre, extremamente danosos, como acontece nos dias que correm. TÉ preciso trabalhar com profissionais angolanos, conhecedores da realidade, em cooperação com profissionais africanos e de países tropicais húmidos, com problemas semelhantes os nossos.

Acha que o crescimento demográfico que se assistiu em Luanda de forma desordenada' pode terá ditado o estado a que a cidade se encontra hoje?

Esse movimento migratório influenciou de forma muito significativa a evolução da cidade, por- que não houve um programa estratégico para controlar e ordenar o êxodo populacional das pessoas que fugiam da guerra nas zonas rurais à procura de zonas mais seguras nos principais centros urbanos. Luanda, Lubango e Benguela, são consideradas as mais críticas em termos demográficos.

Não houve uma organização estratégica bem estruturada, para integrar as pessoas através de um planeamento urbano pré-definido. Foi assim em Luanda e todas as outras províncias. Isso é muito grave! Naturalmente, as pessoas têm que viver e isso é humano. Não havendo normas para regular esses assentamentos, nem fiscalização, nem orientação técnica, começaram a ocupar anarquicamente e a construir nos espaços, na chamada parte consolidada da cidade e 'em todas as áreas periféricas.

6.13 O Programa Nacional de Contenção e Estabilização Cazenga “Estamos a sofrer com esta vala que foi aberta com a promessa de reabilitação da estrada”

Jornal de Angola
17 De Outubro de 2023
Texto: Engrácia Francisco

Apesar de estar interdita para obras, a 7ª Avenida continua muito movimentada. Na rua, observam-se vários pontos de venda, onde os moradores montam bancadas e comercializam produtos diversos, para garantir o sustento das famílias

Quando a chuva cai em Luanda, os moradores da 7ª Avenida do Cazenga, no bairro 11 de Novembro, vivem os piores dias das suas vidas. Torna-se difícil, por exemplo, transitar de um ponto para o outro, porque as obras de reabilitação desta importante via do município do Cazenga, que recomeçou há dois anos, depois das várias tentativas fracassadas nos últimos 20 anos, continuam longe de serem concluídas.

A coordenadora do bairro, Engrácia Baptista, de 59 anos, moradora da zona há mais de 40 anos, descreveu, à equipa de reportagem do Jornal de Angola, o ambiente difícil dos residentes.

Com o semblante triste, a moradora explica que, desde o início da obra, a vida dos moradores nunca mais foi a mesma. "Estamos, há dois anos, a sofrer com essa vala que foi aberta com a promessa de reabilitação da estrada, mas que até hoje não vimos nada além de promessas", lamentou.

Uma das principais inquietações dos moradores são os mosquitos gerados pela água parada na vala. O bairro conta com um único centro médico, o "11 de Novembro", que na época chuvosa fica quase inacessível e sem medicamentos suficientes para atender a procura.

Conta a coordenadora que já teve que levar uma das vizinhas doente pelas costas com a água pela cintura, porque a viatura não chegava até ao local. Engrácia Baptista recorda, ainda, um episódio que viveu com o filho que reside no estrangeiro. Ao regressar ao país, apanhou paludismo.

"Tenho um filho a viver na África do Sul, há muitos anos, e falávamos apenas por telefone. Então, ele decidiu vir para Angola visitar a família. Quando chegou, lamentavelmente, no dia seguinte, apanhou paludismo por causa dos mosquitos que se formam na água parada na vala", contou.

Hoje, acrescentou, ele não aceita mais voltar porque teme ficar doente novamente, lamentou.

Boas lembranças

Sentada numa pedra, na 7ª Avenida do Cazenga, nas imediações da antiga fábrica de tintas "Decorang", Júlia José, de 82 anos, vende fuba de bombó e petróleo iluminante, para sustentar dois filhos desempregados e os três netos com quem vive.

Também conhecida por velha Nzuzi, por ser gémea, Júlia José vive na 7ª Avenida do Cazenga desde 1981. Ela conta que tem boas lembranças do bairro 11 de Novembro, porém, nos últimos anos, o cenário mudou completamente.

Actualmente, disse, os moradores são obrigados a se recolher para os aposentos a partir das 19 horas, devido à delinquência. "Se quiseres sair depois das 19 horas, tens de andar uma boa distância para pegar uma motorizada, mas, se vires dois ou três cidadãos parados, o melhor é desviar o caminho, porque podem ser marginais", alertou a idosa.

Com a 7ª Avenida interdita, há dois anos, a circulação automóvel entre os municípios de Viana, Cazenga e Cacuaco, através da estrada do Papá Simão, das Condutas e Ngola Kiluange ficou impossibilitada.

"Fecharam as duas entradas, os carros não passam, dependemos apenas dos motoqueiros e muitos deles são assaltados por marginais", denunciou.

Júlia José revela que, antigamente, vivia-se bem no bairro, mas desde que começaram as obras de reabilitação, a delinquência aumentou. "Quando tínhamos a estrada em bom estado, a Polícia rondava o bairro a todo o momento, mas com essa situação, o cenário mudou. Actualmente, dificilmente se vê a presença das autoridades aqui", lamentou.

Três mortes já registadas

Júlia José recorda, com dor, a morte de três crianças na vala de drenagem localizada na 7ª Avenida, em consequência das obras de requalificação iniciadas há dois anos e nunca terminadas.

"A única coisa que disse aos senhores da administração foi: já morreram três crianças, vocês não sentem pena? A chuva está a se aproximar, como vai ser desta vez?", questionou, indignada.

Júlia José construiu a casa, na 7ª Avenida do Cazenga, com a ajuda do segundo marido, então brigadeiro das Forças Armadas Angolanas, com quem teve dois filhos. "Graças a esse relacionamento, os meus filhos formaram-se e consegui uma casa de dois quartos, sala, cozinha e casa de banho, onde moro com eles e os netos", sublinhou.

Para auxiliar nas despesas, a anciã arrendou o anexo de um quarto, sala, cozinha e casa de banho, no valor de oito mil kwanzas. "Não é muito, mas já consigo tirar daí dinheiro para aumentar no negócio", afirmou.

Luta pela sobrevivência

Com a ajuda de uma bengala, Júlia José desloca-se ao mercado da Asa Branca, a pé, para comprar os produtos para revenda.

"Coloco o saco de fuba na cabeça e a bengala no braço direito até chegar ao meu destino", conta a idosa que, devido às constantes dores que sente nos membros inferiores, já não vende todos os dias.

"Não dá para depender muito dos filhos. Eles também têm as suas responsabilidades", notou. A idosa revelou que já houve momentos em que foi interpelada por delinquentes a solicitar petróleo ou fuba. "Se não entregas és agredida. Só Deus sabe!", exclamou.

Obstrução da via dificulta actividade dos mototaxistas

A mobilidade, da 7ª Avenida do Cazenga para outros pontos do município, é feita com recurso aos mototaxistas, que cobram entre 150 e 200 kwanzas.

Na placa dos motoqueiros, encontrámos o cidadão Barba Branca, de 48 anos, residente na rua do Tanque do Cazenga.

Segundo o mototaxista, diariamente ganha, no máximo, três mil kwanzas, a mesma quantia que tem que entregar ao patrão. "No fundo, acabamos por trabalhar só para os patrões e comprar gasolina", lamentou.

Outro motoqueiro, Domingos Manuel "Jacaré", 43 anos, explicou que a obstrução da rua acaba por dificultar o trabalho dos mototaxistas. "Não conseguimos fazer longas vias, porque estão todas fechadas. Isso dificulta a nossa actividade diária", disse.

No final da rua, encontrámos uma paragem para os motoqueiros. Jovens com idades entre 18 e 30 anos cobram 200 kwanzas por dia aos mototaxistas, para a limpeza do local.

Horochi, de 22 anos, disse que por dia trabalham três indivíduos na placa, com a responsabilidade de controlar e cobrar o valor aos motoqueiros. "Nós fazemos a limpeza do local todas as sextas-feiras e escoamos a água parada, por isso, cobramos esse valor", informou.

Crianças vítimas das escavações

Na paragem da Decorang, encontramos o menino Jair, de 6 anos de idade. O menor foi a primeira vítima da escavação das obras de requalificação da 7ª Avenida. A mãe, Africana Barros, conta que desde o início das obras que vive dias difíceis, por causa do risco que os filhos correm ao brincar.

"No princípio do ano passado, o meu filho caiu no buraco e fracturou o braço esquerdo", disse, acrescentando que a família não recebeu qualquer ajuda da administração local ou dos empreiteiros responsáveis pela obra naquela altura.

Com o perigo à espreita, as crianças sentem-se oprimidas para brincar. Entrevistadas pelo Jornal de Angola, algumas crianças disseram que, com o início das obras, tiveram que mudar o tipo de brincadeiras.

Carlos, 14 anos, que estava entre cinco menores que jogavam "Não te irrites", disse que antes podiam jogar à bola, correr, brincar "bica bidon" e "Às escondidas", mas hoje já não podem fazer nada disso. As brincadeiras, actualmente, estão limitadas. "Jogamos cartas e ficamos mais tempo a assistir televisão para não nos ferirmos", disse.

Silêncio da Administração Municipal

Numa altura em que se aproxima a época chuvosa, os moradores dizem estar preocupados com o silêncio da Administração Municipal do Cazenga, que até ao momento não se pronunciou sobre a situação.

Um detalhe que chama a atenção é que todas as casas possuem um pequeno muro na porta, para impedir a passagem das águas para o interior das residências, devido às enchentes causadas pelas chuvas.

Mas, essas medidas não têm sido suficientes para travar a força das águas. As grandes enxurradas obrigam os moradores a recorrerem às motobombas para evacuar as águas do interior das suas residências, como conta Josimar Correia, que vive no bairro há 25 anos.

"Moro numa rua sem saída, com mais 33 residências, e quando a vala enche a água escoo para dentro das nossas casas, chegando até à altura da cintura. Temos vivido momentos muito desagradáveis", lamentou.

A atenção com as crianças, segundo os moradores, deve ser redobrada, porque o mínimo descuido pode ser fatal.

Ainda na 7ª Avenida, o director da Escola primária 3054 avançou que muitas vezes as aulas são interrompidas, devido às enchentes, pois a escola também acaba por ficar inundada.

Muitas vezes, prosseguiu, os alunos são obrigados a ajudar a tirar a água com baldes.

Nova administradora aponta 7ª Avenida como prioridade

A nova administradora do Cazenga, Nádía Neto, nomeada na semana passada, afirmou que tem como prioridade a reabilitação da 7ª Avenida do Cazenga. "Para a implementação dos programas do Executivo, entre eles a reabilitação da 7ª Avenida, espero contar, igualmente, com o apoio da comunidade", disse no final da cerimónia de tomada de posse na sede do Governo da Província de Luanda.

No mês passado, o Presidente da República, João Lourenço, através do Despacho Presidencial n.º 222/23, de 14 de Setembro, autorizou a despesa e a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para a execução da empreitada de reabilitação da 7ª Avenida do Cazenga, no valor de global de 7,6 mil milhões de kwanzas.

As obras de reabilitação da 7ª Avenida fazem parte do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O Despacho surge da necessidade de conclusão deste projecto, com impacto significativo na vida social dos munícipes residentes naquela circunscrição administrativa de Luanda, na sequência da rescisão do contrato com a empreiteira Engeniun, por incapacidade técnica para levar a cabo a execução das obras.

Ao governador da província de Luanda, Manuel Homem, foi delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para aprovação das peças do procedimento e verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do procedimento, incluindo a celebração e assinatura dos contratos.

De acordo com o despacho, o Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do contrato.

O preço da travessia

Eduardo Diogo, 19 anos, e mais sete amigos encontraram uma oportunidade de negócio. Os jovens montaram uma ponte improvisada, com paus e sacos de areia, para permitir uma travessia mais segura. Os moradores pagam uma taxa de 50 Kwanzas sempre que quiserem fazer a travessia.

"Construímos essa ponte há dois anos. Cortámos alguns paus e plantámos sobre a vala cheia, e pregámos para ficarem bem seguros. Actualmente, suporta até a passagem de motos. Os motoqueiros pagam cem kwanzas por cada travessia", disse Eduardo Diogo.

Quem não aceita pagar a taxa é obrigado a andar longas distâncias para chegar ao outro lado da vala. Eduardo Diogo sublinha que, com a chegada do tempo chuvoso, ele e os amigos pensam em reabilitar a ponte improvisada ou construir uma nova.

Ponto de venda

Apesar de estar interdita para obras, a 7ª Avenida continua muito movimentada. Na rua, observam-se vários pontos de venda, onde os moradores montam bancadas e comercializam produtos diversos, para garantir o sustento das famílias.

O serralheiro Ramiro Bezerra, de 60 anos, conta que já se viu obrigado a fechar o estabelecimento devido às enchentes que, por diversas vezes, destruíram os equipamentos e materiais de trabalho.

O aumento da delinquência é um dos problemas que muito inquieta os moradores, que deixaram de circular à vontade devido ao número cada vez mais crescente de roubos registados em plena luz do dia.

Muitos dos meliantes usam as manilhas, deixadas pela empreiteira no meio da Avenida, como esconderijo e ponto de controle às potenciais vítimas, situação que preocupa os moradores.

Programa de Combate à Pobreza com 362 acções.

6.14 Comuna de Necuto: Regedor convida naturais a reconstruírem as casas nas suas aldeias de origem

Jornal de Angola
17 De Outubro de 2023
Texto: Bernardo Capita

A população da comuna de Necuto, na província de Cabinda, tem na agricultura e pesca as principais actividades de subsistência e fontes de rendimento. O excedente é comercializado no mercado fronteiriço Pinto da Fonseca, entre Angola e a RDC. As trocas acontecem todas às quartas-feiras, no mercado fronteiriço, e aos sábados, no centro da sede comunal de Necuto.

Com cerca de 12.270 habitantes, a comuna de Necuto, adstrita ao município de Bucu-Zau, está situada 80 quilómetros a Nordeste da cidade de Cabinda e a 36 da sede municipal.

Em entrevista ao Jornal de Angola, na sede comunal de Necuto, o regedor Augusto Manuel apontou o mau estado das vias de acesso como uma das principais dificuldades que apoquentam a vida dos cidadãos, porque torna difícil a circulação de pessoas e bens, bem como a transportação de produtos do campo para aos centros de consumo.

O regedor Augusto Manuel referiu que a via que apresenta um quadro de degradação mais acentuada é a que começa da aldeia do Pedinge antigo, ao novo, desembocando na aldeia de Colitumbe, numa extensão de aproximadamente 30 quilómetros.

A outra via é a que liga a localidade de Panga-Mongo a Necuto, que também precisa de ser intervencionada, para garantir uma melhor circulação

de pessoas e bens, bem como a estrada que começa no centro da sede comunal para a aldeia de Nganda Cango, cujas obras, disse, andam paralisadas há muito tempo.

Devido ao mau estado da via, continuou, os autocarros não conseguem chegar às aldeias para acudir a população. Além disso, frisou, os camponeses não conseguem escoar os seus produtos, porque os acessos às zonas de cultivo há muito deixaram de ser reabilitados. "Os carros não chegam nos campos de cultivo, os agricultores passam muito mal", lamentou.

O regedor Augusto Manuel disse, ainda, que os aldeões, para contornarem a situação da falta de transporte, recorrem a kupapatas (motorizada de três rodas com carroçaria) ou moto-táxis, como meios alternativos para se deslocarem de um lado para o outro ou para transportarem os produtos do campo para as zonas de maior consumo.

Augusto Manuel entende que o crescimento da comuna de Necuto não depende apenas das autoridades governamentais. "Um papel é reservado, também, à classe empresarial, sobretudo do sector florestal, que explora madeira na floresta daquela localidade detentora de variadíssimas e raras espécies de madeira de valor comercial", frisou.

"Devem também investir na comuna, para melhorar a condição social das comunidades locais bem como os próprios filhos de Necuto que vivem na cidade de Cabinda e em outras localidades, que devem ir às suas aldeias de origem no sentido de desenvolvê-las".

O regedor deixou outro apelo para os cidadãos naturais de Necuto, que residem na cidade de Cabinda.

"Convido todos os cidadãos naturais da comuna de Necuto, que habitam na cidade de Cabinda, que venham reconstruir as suas casas nas aldeias e que não se limitem apenas a criticar ou a escrever cartas contra as autoridades governamentais e tradicionais, porque essa atitude em nada ajuda a desenvolver a comuna", sublinhou.

O regedor falou insistentemente sobre a situação da corrente eléctrica, por ser um dos bens sociais, a par da água, que mais afligem as comunidades locais. Segundo o regedor, os poucos investimentos feitos pelo Governo nesses domínios servem apenas o centro da vila comunal e os quatro bairros circunvizinhos e em períodos muito limitados, o que não satisfaz a demanda, tendo em conta que a comuna tem 71 aldeias.

"A maior parte das aldeias não tem luz nem água potável para não se falar da iluminação pública", lamentou.

Entre as coisas positivas, o regedor destacou alguns projectos implementados pelo governo da província, nomeadamente escolas do ensino primário, postos de saúde, energia eléctrica e água potável, bens sociais que, segundo disse, apesar de serem ainda em número bastante reduzido, "já dão um certo alento e esperança à população por dias melhores".

Governadora promete resolver os problemas

Para se inteirar da realidade social das populações da comuna de Necuto, a governadora da província de Cabinda, Mara Quiosa, visitou a localidade, tendo reunido com os membros do Conselho Comunal de Auscultação Social, que integra as autoridades tradicionais e religiosas, e com a população local.

No encontro com os membros do Conselho Comunal de Auscultação Social, a governadora Mara Quiosa foi informada sobre os problemas que mais inquietam a população, desde a falta de energia eléctrica, água potável, vias de acesso, escolas, postos de saúde, ambulâncias, entre outras necessidades.

Em resposta às preocupações, a governadora disse conhecê-las perfeitamente e que o Governo vai resolvê-las na medida do possível. A governadora de Cabinda colocou à disposição dos habitantes de Necuto um grupo gerador de 660 Kva para reforçar o anterior, de 500 Kva, e um sistema de abastecimento de água por gravidade para reforçar os níveis de abastecimento às comunidades locais.

"Viemos colocar à vossa disposição mais um grupo gerador que vem reforçar aquele que já estava aqui instalado, mas que apresentava muitas avarias", disse Mara Quiosa.

A governadora referiu que com a entrada em funcionamento do novo gerador foi possível expandir a rede eléctrica e permitir 450 novas ligações domiciliárias. "Isso já é muito bom. É sinal de crescimento social", salientou.

Relativamente ao sistema de água por gravidade inaugurado no Necuto, disse que o empreendimento em causa foi reabilitado e ampliado, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM).

"A partir de hoje passamos a ter mais famílias a beneficiar de água potável no Necuto", disse Mara Quiosa, que reconheceu haver, ainda, muitas outras aldeias com falta de água, garantido que o Governo

tudo fará no sentido de paulatinamente colocar tais serviços à disposição das comunidades.

"Sabemos perfeitamente que existem ainda algumas aldeias sem água", reconheceu Mara Quiosa, acrescentando que com a entrada em funcionamento do sistema gravítico, a situação será ultrapassada.

A governadora tranquilizou a população de Necuto, informando que o Governo da província vai continuar a prestar atenção a outros sectores importantes da localidade, como é o caso da Educação e Saúde.

Mara Quiosa pediu aos habitantes de Necuto no sentido de cuidarem bem dos bens públicos colocados à sua disposição, para que os mesmos possam durar mais tempo e permitir ao Governo desenvolver outras acções.

Educação e Saúde melhoram serviços

O administrador da comuna de Necuto, Rafael Bungo, reforçou a ideia de que "a vida social da comuna de Necuto, aos poucos, vai dando sinais de crescimento". O sector da educação está em pleno funcionamento, assegurado por nove escolas, que garantem o processo de ensino-aprendizagem até às zonas mais recônditas.

Reconheceu existir ainda insuficiência de professores, situação que poderá ser revertida com a admissão de novos docentes no concurso público que está a decorrer.

O sector da saúde, continuou, dispõe de três postos que garantem a assistência médica e medicamentosa à população. "Quanto à assistência médica e medicamentosa, não temos razões de queixa. Temos sido abastecidos regularmente", reconheceu.

A comuna de Necuto faz fronteira com a RDC e em função da aproximação geográfica entre os dois países, torna-se vulnerável à imigração ilegal. O administrador Rafael Bungo está ciente disso e afirmou que as autoridades locais têm o controle da situação migratória. Advertiu que só é permitida a entrada no território nacional quem estiver devidamente documentado.

"Apesar de estarmos numa orla fronteiriça um pouco complexa, os órgãos de defesa e segurança estão preparados e prontas para combater a imigração ilegal", garantiu.

Obras da subestação eléctrica iniciam em breve

O secretário provincial da Energia e Águas, Rafael Paca, anunciou o início, em breve, das obras de construção de uma subestação eléctrica, na sede comunal, incluindo a sua electrificação e das aldeias vizinhas.

A construção da subestação eléctrica vai incluir,

também, trabalhos de alargamento da rede na sede comunal e ao longo de todas as aldeias da comuna, para que a população possa beneficiar da corrente eléctrica nas suas residências.

No que toca ao abastecimento de água, o responsável informou que a sede comunal e os bairros circunvizinhos vão passar a ser abastecidos a partir da ETA (Estação de Tratamento de Água) situada na localidade do Chimbeza primeiro.

A estrutura tem capacidade de produção de 100 metros cúbicos por hora e vai ser auxiliada pelo sistema gravítico totalmente reabilitado no âmbito do PIIM, no valor de Kz 67.249.387,76.

Segundo o responsável do sector da Energia e Águas, o sistema dispõe, ainda, de um reservatório de 150 metros cúbicos e vai abastecer mais de sete mil moradias da sede comunal de Necuto e de nove aldeias, numa extensão de oito quilómetros.

Limitada a nordeste pelo município de Belize, a sudeste pelo município de Cacongo e parte de uma vasta linha de fronteira com a República Democrática do Congo, Necuto tem três regedorias, igual número de sobados, 174 autoridades tradicionais e 71 aldeias.

6.15 Município de Nambuanguo: Funcionários públicos beneficiam de residências

Jornal de Angola

Texto: Edvaldo Lemos

22 De Outubro de 2023

Maria Nelumba referiu, na ocasião, que o programa de construção de residências abrange, principalmente os funcionários públicos e vai continuar a ser feito a nível de toda a província, sobretudo no plano da auto-construção dirigida.

O programa, adiantou, previa, inicialmente, a construção de 25 residências para a comuna do Gombe, sendo 11 dentro do pacote do PIIM e 14 pelo Programa de Investimento Público, tendo em conta os 200 focos habitacionais para o município de

Nambuanguo. As obras do projecto, referiu, tiveram início em 2019, com custos aos cofres do Estado de um total de 80.149.000 de kwanzas. A segunda fase, explicou, contempla o projecto de auto-construção dirigida, os lotes já estão definidos e a Administração Municipal vai proceder à limpeza dos terrenos para as pessoas interessadas poderem inscrever-se.

"Cada um vai poder ter a casa própria. Já foi feito o levantamento das parcelas que vão ser utilizadas para a auto-construção dirigida. Portanto aqueles que não forem contemplados podem aguardar por outras oportunidades", disse, além de esclarecer que foi feito um modelo único, de forma a não existirem casas diferentes.

Primeiras chaves

Francisca de Castro, funcionária da Administração Municipal local e uma das beneficiárias desta primeira fase, disse que vivia no bairro do Gombe Sete, com o esposo e dois filhos, enquanto aguardava, ansiosa, pela casa. "Agora que recebo as chaves estou muito satisfeita".

A funcionária adiantou que há muito aguardava pela casa. "Vivia num espaço arrendado, mas agora tenho uma casa própria e já vou conseguir acolher devidamente os familiares que vierem me visitar de Luanda", disse.

O administrador municipal de Nambuanguo, José Munginga, apelou ao Governo Provincial para prosseguir com a iniciativa. "Queremos felicitar o Governo do Bengo pelo projecto habitacional, que pode suprir as necessidades dos funcionários públicos. Pedimos sim, que haja continuidade dos projectos, a nível de todo o município", afirmou.

6.16 MINFIN vai leiloar 21 imóveis recuperados do combate à corrupção

Jornal OPAÍS

27 De Outubro de 2023

Texto: Paulo Sérgio e Neusa Filipe

A alienação em hasta pública dos referidos imóveis deve-se ao facto de se revelarem desnecessários à prossecução de fins do interesse público e não haver especial conveniência da sua manutenção no património do Estado, de acordo com O Despacho Presidencial nº 251/23, de 20 de Outubro, a que OPAÍS teve acesso.

Tais imóveis de natureza habitacional e comercial, integrados no domínio privado do Estado, estão em situação de disponibilidade e não devem ser alienados por um valor inferior ao da respectiva avaliação oficial.

Para o efeito, o Presidente da República, João Lourenço, delegou à ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, a missão de praticar todos os actos necessários à boa instrução, formação e outorga dos respectivos contratos de alienação dos respectivos bens imóveis.

A ministra das finanças deve igualmente, aprovar as peças do procedimento, nomear a equipa técnica responsável pela respectiva condução dos procedimentos e praticar todos os actos necessários à sua tramitação", lê-se no documento.

A província de Luanda destaca-se entre as demais como sendo a que mais tem disponíveis imóveis em leilão (com oito), seguida de Benguela (com seis), em terceiro lugar está o Cuanza Sul (com quatro) e, por fim, o Huambo (com três).

No entanto, o imóvel mais caro, de acordo com dados disponíveis no site do Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SENRA), é uma vivenda T4, com três pisos, construída na Baía azul, em Benguela, que está avaliada em USD 1 milhão e 392 mil.

A equipa de reportagem do jornal OPAÍS pode ainda constatar, no referido portal deste órgão afecto à Procuradoria-Geral da República (PGR), que o segundo imóvel mais caro que será vendido neste lote, está avaliado em USD 931 milhões.

Trata-se de uma vivenda unifamiliar de luxo, de 3 pisos, T3, localizada no condomínio Boulevard, nº CIO, em Talatona. No condomínio Laguna, situado neste mesmo município da província de Luanda; encontram-se também três apartamentos T2, avaliados em mais de USD 130 mil cada um, que fazem parte deste lote.

A realização deste leilão será também uma oportunidade para as pessoas que sonham em ter uma luxosa casa de praia na Ilha do Mussulo. O referido despacho presidencial indica duas residências unifamiliares que deverão ir à venda nesta fase, avaliadas USD 390 mil e em USD 661 mil, respectivamente.

De salientar que este último imóvel, situado na zona do Complexo Zanga, que comporta uma residência com anexo, jango e garagem, é o terceiro mais caro da lista.

O quarto é uma vivenda T4, de dois pisos, erguido na rua da Ilha da Madeira, na província de Benguela, que está orçada em USD 487 mil. Nesta província, estão localizados dois escritórios avaliados em USD 441 mil cada um.

Já na província do Cuanza Sul, dos quatro imóveis que irão ao leilão, o valor mais alto está (entre 270 e 300 mil dólares) está relacionado a uma vivenda T3, situada no Waku Kungo, município da Cela, no Cuanza Sul, ao passo que os três imóveis situados no Huambo são estabelecimentos comerciais, dois dos quais sítios na rua Imaculada da Conceição (ex-prédio da TPA-Huambo), estão avaliados em USD 450 mil, estão avaliados em USD 351 mil, respectivamente.

PGR anuncia leilão

Depois de já terem sido postos a leilão os bens móveis recuperados no âmbito do combate à corrupção, o Procurador-Geral da República, Hélder Pitta Gróz, anunciou, ontem, que nos próximos dias vão proceder à venda, em hasta pública, de todo o património imobiliário açambarcado com dinheiro do erário.

Hélder Pitta Gróz prestou esta informação à margem do workshop sobre "Confisco de Activos para Magistrados dos Tribunais Superiores", dias depois de o Presidente da República ter anunciado, durante o discurso sobre o Estado da Nação, a recuperação de bens imóveis avaliados em mil e 700 milhões de dólares americanos.

Em declarações à imprensa, o Procurador-Geral da República, Hélder Pitta Gróz, que explicou o destino dos activos até agora recuperados pelo Estado angolano, referiu que alguns deles encontram-se nos de destinos criados pelo Estado para o efeito.

"Nós temos duas fases no âmbito da recuperação de activos.

Aqueles activos que foram recuperados, quer em termos de arresto ou apreensão, nós instituímos um fiel depositário, que tem sido, ou o Cofre de Justiça ou o departamento ministerial, cuja actividade tem a ver com activos recuperados", aclarou o Procurador, avançando que os activos recuperados em definitivo passam para o Estado.

"É o caso de alguns leilões que temos estado a realizar. Agora estamos a preparar, junto com o Ministério das Finanças, a venda em hasta pública de património imobiliário recuperado", disse.

Pitta Gróz garantiu que haverá melhorias em torno do processo de recuperação de activos, no que à divulgação de informação diz respeito.

Relativamente ao ponto de situação dos processos-crimes, sobretudo os relativos ao ex-vice-presidente da República, Manuel Vicente e da antiga PCA da Sonangol, Isabel dos Santos, aflr- mau que apesar de alguns estarem sob segredo de justiça, a PGR está a trabalhar em todos os processos, desde os mais complexos aos mais leves.

No que respeita aos activos do Estado no estrangeiro, Hélder Pitta Gróz fez saber que o processo de recuperação desses activos depende muito da cooperação internacional mantida com os outros Estados.

Bens recuperados

Embora o Procurador-Geral não tenha avançado mais dados em termos numéricos, recentemente, por ocasião da abertura do 11.º ano parlamentar da V legislatura, o Chefe de Estado João Lourenço prometera mais novidades em relação aos activos recuperados no âmbito do combate à corrupção.

Nesse sentido, garantiu que o processo de recuperação de activos do Estado continua no topo da agenda, tendo anunciado a instauração de 267 processos, sendo que 122 inquéritos foram realizados para averiguar indícios de prática de crimes económico-financeiros.

Ainda neste sentido, 109 processos deram entrada nos Tribunais de jurisdição comum, sendo 51 no Tribunal Supremo. Por outro lado, no corrente ano foram recuperados, bens imóveis avaliados em cerca de USD 1.700.000.000,00 (mil e setecentos milhões de dólares americanos).

6.17 ONU elogia esforços de Angola

Jornal OPAÍS

27 De Outubro de 2023

Texto: Paulo Sérgio e Neusa Felipe

A coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Angola, Zahira Virani, felicitou a Procuradoria Geral da República de Angola por ter sido premiada, recentemente, pela ARINSA, Rede de Inter-agência de Recuperação de Activos para a África Austral, como a instituição que mais recuperou activos e a que mais se empenhou na prevenção e combate à corrupção, nos crimes económicos e financeiros.

Zahira Virani considerou crucial para a estabilidade financeira, económica e social de um país, fortalecer

de forma contínua o seu sistema nacional anti branqueamento de capitais, que permita o aumento de receitas e recursos para financiar o seu próprio desenvolvimento.

"O confisco de activos deve ser visto como um incentivo essencial na redução das desigualdades sociais, pois permite a devolução dessas receitas disponíveis à comunidade, e um aumento do investimento do país na área social", disse Virani.

O chefe de Secção Política da União Europeia em Angola, Paulo Simões, referiu, por seu turno, que os esforços de prevenção e luta contra os crimes económicos requerem uma intervenção firme e coordenada, de carácter multidisciplinar, intersectoral e internacional, que sem a qual não será possível vencer.

O responsável que reiterou a disponibilidade da União Europeia em continuar a apoiar Angola na capacitação de quadros e no alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, reconheceu que Angola tem feito progressos significativos e tem demonstrado uma apropriação exemplar, acompanhada de uma firme vontade de se fortalecer, proteger e de se concertar com os outros países.

Lembrou por outro lado, que não basta perseguir, capturar e punir os criminosos, ou simplesmente erguer uma eficaz estratégia para a recuperação de activos, é necessária a edificação de um mecanismo de gestão e aplicação destes activos recuperados, de modo que possam ser novamente aplicados nos sectores de desenvolvimento sustentável.

"Como sabem, na avaliação, Angola apresentou alguns resultativos positivos, como efeito de medidas implementadas até agora. Contudo, o relatório ESAAMLG realçou diversas debilidades que Angola continua a necessitar de resolver, algumas de particular relevância, para as quais será preciso encontrar solução no curto prazo", disse.

A iniciativa

O workshop sobre o confisco de activos para o reforço da capacitação dos magistrados dos Tribunais Superiores de Angola faz parte do projecto 'Apoiar o Fortalecimento do Sistema Nacional de Confisco de Activos em Angola PRO-REACT', implementado pela UNODC e cofinanciado pela União Europeia.

Trata-se de uma acção que permite apoiar Angola nos seus esforços em continuar a implementar as recomendações do Gafi, Grupo de Acção Financeira, através do reforço da capacitação dos profissionais competentes dos Tribunais Superiores angolanos.

6.18 PGR anuncia terceiro leilão de bens arrestados

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2023

Texto: *Elizandra Major*

O magistrado do Ministério Público, que falava na abertura do workshop sobre "Confisco de Activos" para magistrados dos tribunais superiores, disse que os leilões e venda das unidades imobiliárias apreendidas por ordem judicial, no âmbito do processo de Recuperação de Activos, vão decorrer em hasta pública.

"Vamos fazer dentro de pouco tempo um terceiro leilão e também estamos a preparar as vendas em hasta pública deste património imobiliário", referiu, sem especificar o número de imóveis a leiloar.

Hélder Pitta Gróz esclareceu que os activos recuperados pelo Estado, em termos de arresto ou de apreensão, têm, por norma, um fiel depositário que é o Cofre da Justiça ou o departamento ministerial cuja actividade tem a ver com o activo recuperado.

O magistrado salientou, ainda, que quando os bens são recuperados em definitivo passam em nome do Estado. "Já temos realizado leilões, como os dois que aconteceram em que foram postos à venda viaturas recuperadas", destacou.

Sobre o começo deste terceiro leilão, Hélder Pitta Gróz não precisou a data, mas salientou que as informações vão ser publicadas atempadamente através dos órgãos competentes.

Em relação à transparência no arresto dos bens, o procurador-geral da República informou que em matérias ligadas à recuperação de activos apreendidos pelo Estado, por ser um assunto novo da realidade angolana, é natural que haja algumas falhas no decorrer do processo.

Ainda assim, Hélder Pitta Gróz realçou que em termos de transparência o país tem dado passos significativos em matérias ligadas à recuperação de activos.

"Temos dado bons passos em termos de transparência, com a publicitação dos activos recuperados, quer em forma definitiva quer por arresto. Esta questão já é do domínio público, toda a gente que quiser pode visitar o site da instituição e consultar" as informações, disse.

No seu pronunciamento, Hélder Pitta Gróz defendeu a não publicitação de processos que se encontram na

fase de instrução ou investigação, tendo avançado que há uns processos mais complexos que outros e que necessitam de mais cooperação internacional, numa referência aos bens que se encontram fora do país.

"Não devemos publicitar a fase em que se encontram os processos quando estão em instrução, ou na fase de investigação. Não é correcto termos esse tipo de atitude de virmos pontualizando, publicamente, o que se está a fazer ou o que falta por fazer. Esses são procedimentos internos, são procedimentos sujeitos à Lei e à Justiça. O importante é que estamos a trabalhar, há uns processos mais complexos que outros, há processos que necessitam de mais cooperação internacional que outros ou precisam de mais cooperação institucional. Portanto, cada processo é um processo, e cada um tem o seu tempo" para esclarecimento, referiu.

De acordo com os últimos dados, Angola recuperou, até à presente data, mais de sete mil milhões de dólares norte-americanos, no âmbito do processo de combate à corrupção e recuperação de activos.

Parte deste dinheiro está a ser utilizado no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) na construção de escolas e outras infra-estruturas sociais.

No entanto, no mesmo período, foram apreendidos e requerido o arresto de valores monetários, participações sociais, imóveis e outros bens móveis no valor de mais de 12 mil milhões de dólares norte-americanos, que aguardam por decisão judicial.

Desafios do sector Judicial

A vice-presidente do Tribunal Supremo, Efigénia Lima, afirmou que o sector Judicial no país tem grandes desafios a nível interno e internacional, com o surgimento dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, criminalidade organizada, tráfico de seres humanos, bem como crimes económicos.

Efigénia Lima fez saber que os crimes de tráfico de seres humanos e terrorismo transcendem as fronteiras nacionais e o seu combate exige, cada vez mais, a cooperação internacional, num quadro liderado pelas Nações Unidas, com o concurso de organizações regionais e continentais.

A responsável destacou que Angola tem conhecimento das iniciativas no que ao sector Judicial diz respeito, pelo que deve aprimorar os mecanismos de cooperação, intercâmbio e de experiências.

Por outro lado, a vice-presidente do Tribunal Supremo considerou que o workshop sobre o Confisco de Activos para magistrados dos tribunais superiores é resultado de uma agenda de Angola, resultante de compromissos firmados no âmbito do projecto de apoio à consolidação do Estado de Direito, numa parceria com a União Europeia, onde se pode destacar o trabalho de mérito que se tem realizado.

A veneranda juíza reconheceu que os desafios relacionados ao confisco de activos são enormes e superam as questões ligadas à investigação eficaz do rasto da actividade criminosa.

"Há todo um trabalho prévio que deve ser feito, e não raras vezes não é feita a fase de instrução preparatória, circunscrevendo o raio de actuação dos tribunais e repetindo-se o ciclo em relação à cadeia recursória", salientou.

6.19 Dez mil imóveis construídos nas linhas de água

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2023

Texto: António Cristóvão

Um total de dez mil imóveis foi construído sobre as linhas de água pluviais na província de Luanda, disse, ontem, à imprensa, a directora da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), durante uma conferência de imprensa realizada na sede do GPL.

Zenilda Mandinga garantiu que os efeitos desta acção se têm confirmado durante a época das chuvas, com desabamentos de casas, deslizamentos de terras, o arrasto de pessoas e bens, com realce para mortes de crianças e adultos, como consequência da obstrução das linhas de água.

Para a engenheira Mandinga, este é um factor preocupante por causar a obstrução da passagem de água para o mar e provocar o aumento do nível, acto que resulta em consequências nefastas para as construções erguidas nestes locais. O depósito de resíduos sólidos nestas linhas de água e noutros órgãos de drenagem, disse, é, também, um dos causadores dos arrastos de pessoas e bens para as valas de drenagem e, consequentemente, ao mar.

Nesta fase, referiu, o GPL e as Comissões de Moradores estão a realizar um trabalho de sensibilização nos bairros junto às valas de drenagem para desencorajar os munícipes de depositarem o lixo nestes espaços.

"A sensibilização é perene. O programa tem agora uma forte componente de educação porta a porta. Apelamos, também, à contribuição da Comunicação Social neste sentido, para termos esse programa cada vez mais próximo e com um nível de eficiência", disse a directora, crente no sucesso da execução do Programa de Manutenção da Macro e Microdrenagem da Província de Luanda.

6.20 Origem e particularidades

Jornal Luanda

30 De Outubro de 2023

Texto: Moisés da Silva

O MARTIRES DE KIFANGONDO está localizado nos arredores do centro da cidade de Luanda. Faz fronteira com as avenidas Ngola Mbandi (a norte). Revolução de Outubro (a sul). Ho Chi Minh (a oeste) e com a Rua Moisés Alves de Pinho (a este).

Designava-se, nos seus primórdios, Musseque dos Imbondeiros. por se tratar de um perímetro composto por centenas de imbondeiros e cajueiros que formavam uma mata. Hoje o bairro é uma combinação de vivendas e prédios. contando com cerca de 16 mil habitantes maioritariamente mulheres.

Naquele período, era habitado por poucas famílias, que tinham a agricultura como o meio de subsistência. Com o andar do tempo apareceram os distintos quartéis e a partir de 1950 a zona recebeu "novos inquilinos" militares que construíram individualmente.

Entre 1960 e 1976, passou a chamar-se Bairro Salazar em homenagem ao então presidente do Conselho de Estado de Portugal Oliveira Salazar uma vez que Angola era uma província ultramarina desse país.

O actual nome foi atribuído, em 1976, em tributo à memorável e triunfante Batalha de Kifangondo pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), o braço armado do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder em Angola.

A batalha, última antes da independência travou-se a 10 de Dezembro de 1975 perto do Assentamento Estratégico de Kifangondo em Luanda e opôs o extinto Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) afecto ao partido Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA).

No quadro de uma requalificação entre 2010 e 2012 passou a estar totalmente infra-estruturado com 20 ruas asfaltadas se te travessas e igual número de

becos. E fora as moradias alberga hotéis de luxo e o Complexo Desportivo do Clube to de Agosto.

Como muitas outras localidades da capital do país conta com certos serviços e equipamentos sociais em funcionamento, mas também carece de outros básicos e indispensáveis. como a iluminação pública e água potável há cerca de dez anos. A comunidade ressent-se de igual modo da ausência de um hospital público visto que na circunscrição só existem a Clínica do Exército e nove postos de saúde privados para perto de quatro mil (4.000) famílias. distribuídas por duas mil e 700 residências.

Para a formação académica depende de duas escolas primárias públicas, outra comparticipada da Igreja Católica e um colégio. para uma população estudantil de 2.500 alunos e 50 professores 15 dos quais a leccionarem na referida instituição privada. Tem também duas creches.

O bairro ocupa uma área de 1 milhão 532 metros quadrados segundo a Carta Cartográfica de Luanda.

A anciã Maria Fernanda Baptista. de 85 anos. (nasceu em 1938) e residente na Rua 13 é a moradora mais antiga. O seu nome poderá. em breve. ser imortalizado na 'Praceta' do bairro.

Embora misterioso e hoje "invadido" por estrangeiros o Mártires criou artistas como os falecidos Irmãos Kafala, Dog Murras, Gabriel Tchiema. Virgílio Fire, Legalize, Isidora Campos, Fábio Dance, Raquel da Lomba e os Irmãos Almeida além de muitos gestores públicos e desportistas.

6.21 “O Governo deveria investir mais na criação de incentivos para encorajar o surgimento de cooperativas habitacionais”

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2023

Texto: António Pimenta

Na década de 2000 assistiu-se, em Luanda, que muitos chamaram, uma verdadeira revolução no sector da construção. Como avalia as obras que se fizeram e continuam a ser feitas?

Não considero essas construções uma revolução. Houve de facto um boom em termos de construções, mas aleatória, sem planificação e regras. Tudo feito em função de vontades individuais e meras razões de lucro. Para se fazer uma revolução, é necessário unir todas as cabeças pensantes do país para darem as suas contribuições. Pensar e definir por onde se quer ir,

como, porquê e objectivos. É assim que as coisas funcionam em qualquer parte do mundo. Estou em crer que não somos uma excepção.

Não houve consultas?

Quem foi consultado? Os arquitectos e engenheiros nacionais não foram tidos nem achados nestes projectos. E mais grave, quase todos, vieram de fora e não têm nada a ver connosco, nem com a nossa realidade. Podiam, também, ter vindo de fora, nada contra, desde que fossem bons. Isso é gravíssimo! É como se nós não existíssemos e fôssemos uma cambada de atrasados mentais, que não entendemos nada disso, o que não é verdade. Temos pessoas extremamente competentes, com capacidade de pensar a cidade e desenhar estrategicamente o seu futuro urbano.

De onde é que vêm esses projectos?

Não sei de onde são encomendados, muitos são portugueses. Elaborados por pessoas que não entendem absolutamente nada em relação ao nosso país. O objectivo deles é vender, enquanto os do nosso lado estão interessados apenas nas "comissões". Como consequência, estamos a ficar com uma cidade completamente sem rosto. Monólitos de vidros expostos, climaticamente muito desajustados, culturalmente vazios e formalmente anónimos.

É contra os edifícios vidrados?

Não sou contra o vidro em si. Sou contra edifícios de vidro exposto, sem protecção à exposição directa do sol. Não há nada nos monólitos de vidro que se identificam com a nossa identidade. É como diz o povo sábio, o povo é sempre sábio, é como se fossem autênticos microondas. E se faltar o ar condicionado? Quanto custa a sua manutenção e em termos energéticos? Importados de outras realidades, nem sempre se adequam ao nosso modus vivendi, a começar pelo próprio clima, o nosso modelo identitário, do ponto de vista do uso do espaço interior, de estar e trabalhar, confortos vários a que qualquer arquitectura tem que se ajustar.

Não é possível estar nos prédios vidrados se não houver quilos de ar condicionado. Luanda tem um clima tropical húmido, de 28 graus médios e 93 por cento de humidade. Não podemos brincar com isso. O clima é sempre um aspecto importante. Eu sou do Lubango e adversa a esse tipo de fotocópias. Acredito que a arquitectura tem que respeitar o lugar geográfico, a cultura, a identidade física e o conforto ambiental. O que se faz no Lubango, não é mesmo que deve ser feito em Luanda, no Uíge ou no Zaire.

As características são completamente diferentes, desde as culturas, ao clima e os hábitos de cada região.

Mas as coisas tendem a evoluir?

Considera evolução o que estamos a fazer? Se estivéssemos a evoluir, estariam as pessoas a viver tão mal? A cidade vai-se degradando sem condições de habitabilidade, sem infra-estruturas sanitárias, sem espaços verdes, sem equipamentos sociais e culturais. O que nós estamos a fazer não é evolução. Se assim fosse, os cidadãos fariam e viveriam na cidade com qualidade e bem-estar. Estamos a matar a nossa cultura urbana.

A arquitectura moderna é anti-colonial?

A arquitectura moderna é todo esse movimento anti-colonial do qual fazemos parte. Luanda cresceu cheia de edifícios do movimento moderno. Quem entende um pouco de arquitectura moderna facilmente vai perceber que se trata de uma arquitectura completamente anti-fascista. Essa é uma capitalização que, inteligentemente, o poder poderia aproveitar a seu favor. Isso é um património que nos pertence, mas, infelizmente, não ligamos nenhuma. Estamos a deixar apodrecer e a destruir paulatinamente. É grave destruir a identidade de uma cidade.

Considera ainda possível a recuperação do que se perdeu?

Claro que sim. Parte dela é recuperável. Outra deixou-se degradar muitíssimo. Mas estamos ainda a tempo de salvar o que sobrou.

Mas grande parte das suas estruturas estão alteradas...

Estão violadas! A guerra causou a superlotação da cidade. Apartamentos que eram para quatro ou cinco pessoas, hoje têm 10. As famílias foram-se juntando, pessoas foram recebendo os seus familiares que fugiam à guerra nas suas zonas de origem. Esse foi um processo que gerou grandes alterações, agravadas com a degradação pela ausência de água, a luz e as sobrecargas. Se me perguntarem se isso é recuperável, eu vou dizer que é. Para mim, a cidade é recuperável, se nós quisermos ter uma cidade com identidade e qualidade.

Há quem considere obrigação do Estado a construção de zonas residenciais. Partilha do mesmo ponto de vista?

Em qualquer país, a economia de mercado e o liberalismo económico têm os seus aspectos positivos

e negativos. Para mim, a obrigatoriedade do Estado deveria incidir apenas sobre os espaços públicos, também chamados de equipamentos sociais e culturais, como os hospitais, escolas, água e luz, esgotos, parques infantis, parques gimnodesportivos, jardins, teatros, cinemas, entre outros. O Estado não precisa de se envolver na construção de parques habitacionais. Precisa apenas de criar regras, definir técnicas para serem cumpridas e fiscalizar. Criar condições económicas e financeiras, para que isso aconteça e desenvolver meios de apoio para que as pessoas consigam construir, com orientação técnica, a sua própria habitação. Considero esse o único sector da vida nacional, digo sempre isso, onde um cidadão como eu e tu, estão sempre interessados em investir os seus recursos financeiros. A capitalização desses recursos alivia o Estado no que diz respeito às obras públicas.

É possível o êxito da construção orientada sem o apoio dos bancos comerciais?

Acho que não. Os bancos comerciais não podem continuar a ser acumuladores. Têm que investir também no desenvolvimento do país. Um banco não serve só para usar o nosso dinheiro e conseguir lucros através das aplicações. No nosso país, os bancos comerciais só arrecadam, não investem. Está provado e é oficial, apenas 10 por cento da população angolana reúne condições económicas para ter acesso a um empréstimo. Nem muitas pessoas da classe média, como nós, conseguimos. Os juros são incomportáveis.

Muitos conseguem...

Eu não sei. Dei aulas na universidade, durante mais de 20 anos, tenho atelier e não consigo reunir condições para pagar juros de 17 por cento.

Sabe quanto ganha um funcionário público? Quanto ganha um professor universitário?

O pouco que se ganha é insuficiente para pagar os juros que cobram.

Quanto custa uma casa?

Nem mesmo o crédito para construir uma casa consigo. E não sou pobre! Se nós, classe média, não temos como aceder aos créditos, imagina o resto! Mais de 70 por cento da nossa população é pobre. É muito difícil conseguir o acesso a uma habitação que dê alguma dignidade às pessoas.

7. TERRAS

7.1 Várias famílias estão a ser realojadas

Jornal de Angola

9 De Outubro de 2023

Texto: Arão Martins

Segundo Adilson Gonçalves, já foram realojadas 26 famílias na Centralidade do Luhongo, município da Catumbela, tendo garantido que o processo para o realojamento dos outros agregados familiares decorre sem sobressaltos, numa acção enquadrada no Programa de Infra-Estruturas Integradas em curso em Benguela, que contempla, também, a requalificação da Avenida 4 de Fevereiro.

O vice-governador para o sector Técnico e Infra-Estruturas explicou que a Avenida 4 de Fevereiro vai ter mais 4,5 quilómetros e os trabalhos vão abranger a Avenida 21 de Janeiro.

Na Avenida 4 de Fevereiro, garantiu, estão em fase de acabamento os trabalhos de colocação de base e sub-base. "Começamos a preparar o subleito e entrou-se já na fase da base e sub-base numa parte da Avenida 21 de Janeiro. Com os trabalhos da macrodrenagem, estamos a interceptar a Avenida 4 de Fevereiro, cujos trabalhos deverão continuar até à Avenida Governador Sousa Coutinho".

Por uma questão de mobilidade, esclareceu, vai se trabalhar já no acabamento da interseção entre as avenidas 10 de Fevereiro e 4 de Fevereiro, que ligam à Praia Morena.

"Todo trabalho de macrodrenagem está feito, estamos a terminar as caixas de recolha das águas pluviais, além de terem sido feitas, também, outras infra-estruturas (rede de esgotos e tubagem da água potável)".

Adiantou que o objectivo é, entre finais deste ano e início do próximo, ter a Avenida 21 de Janeiro concluída até na interseção com a 4 de Fevereiro.

Adilson Gonçalves disse que a obra é importante para Benguela, visto que a cidade, além do canal de Kurinji, não tinha outro sistema de colecta de águas residuais. "Esta infra-estrutura vai contribuir significativamente para a melhoria do escoamento das águas residuais".

Esclareceu que, a nível do Programa de Infra-Estruturas Integradas, há acções para melhorar o nível de escoamento das águas pluviais na vala de

Kurinji, que tem parte semi-revestida. Os trabalhos abrangem, igualmente, as paredes do canal 2.

O vice-governador indicou que continuam a ser feitos trabalhos na Avenida Damas Mora e no próximo ano vão se abrir novas frentes a nível das infra-estruturas, reabilitação de jardins e melhoria da iluminação pública, lancis e passeios.

"A Avenida 4 de Fevereiro (Praia Morena) está a levar um novo revestimento a nível da calçada, para ter uma imagem mais nobre. São acções que não dependem apenas do Governo Provincial de Benguela", explicou Adilson Gonçalves.

Centralidades

As três centralidades (do Lobito três mil residências, Luhongo duas mil e da Baía Farta mil casas) contribuíram, sobremaneira, para o realojamento de pessoas que viviam em condições difíceis.

Segundo Adilson Gonçalves, o processo de distribuição de residências começou em 2019 e terminou em 2021, abrangendo funcionários públicos e do sector privado.

Seguidamente, na vigência do governador Luís Nunes, havia perto de mil fogos por distribuir e decidiu-se trabalhar, fundamentalmente, com os grupos juvenis, por intermédio do Conselho Provincial da Juventude, tendo sido atribuídas às administrações municipais do Lobito e Benguela 125 casas, entre as quais 80 para a juventude, 25 para funcionários administrativos e 20 para o sector empresarial.

Para Benguela, referiu, foi feito a mesma coisa, a Baía Farta recebeu perto de 100 casas, mas teve um pacote específico para os naturais, a par do município da Catumbela, que teve 100 moradias com o mesmo objectivo. Foram distribuídas 60 para o Conselho Nacional da Juventude, 20 a empresários e igual número à Administração Municipal da Catumbela.

Esse processo de atribuição de casas para a juventude conheceu o seu desfecho entre Maio e Junho do ano passado. A par dessas organizações, o Governo Provincial, explicou, trabalhou com outros organismos públicos e privados, dando-se prioridade à juventude.

Edifícios em mau estado

Ainda no quadro de atribuição de residências, salientou, procedeu-se ao realojamento, no município do Lobito, de famílias que viviam no edifício Nimas 500 e do Prédio do Décimo, que estão em risco de ruir.

Na Catumbela, indicou, fez-se, também, o realojamento de sete famílias que viviam na zona traseira do novo edifício da Administração Comunal, que está em obras.

No município de Benguela, acrescentou, está-se a concluir o processo de realojamento das famílias que vivem no prédio dos Cooperantes, que também está em risco de ruir.

No mesmo processo, frisou, alojou-se algumas famílias que foram despejadas por razões de vária ordem.

"Compreendemos a preocupação dos munícipes que reclamam da existência de casas livres e a serem vandalizadas nas centralidades de Benguela", disse, acrescentando que o Governo Provincial já trabalhou com o Fundo de Fomento Habitacional e as moradias já estão atribuídas.

Explicou que se está a trabalhar para a criação de um instrumento legal que vai dar um prazo de 90 dias para que todos os beneficiários de imóveis nas centralidades os ocupem e provem a titularidade, tendo em conta que há famílias a viver de forma ilegal. "Estamos a aguardar que esse instrumento seja aprovado e publicado para tomarmos as devidas providências nas três centralidades".

Autoconstrução dirigida

O Governo Provincial de Benguela, segundo o vice-governador para o sector Técnico e Infra-Estruturas, trabalha na actualização dos planos de loteamento em todos os municípios, para dar nova dinâmica ao programa de autoconstrução dirigida.

Adilson Gonçalves explicou que há municípios onde os planos de loteamento já estão em fase de revisão na Direcção Provincial do Instituto Nacional do Ordenamento do Território, para depois serem apresentados ao governador provincial para a devida autorização e entrar-se na fase de materialização

7.2 GPL vai passar ao Estado espaços sem documentos

Jornal de Angola

Texto: Alberto Quiluta

13 De Outubro de 2023

Numa visita de controlo aos terrenos e espaços públicos ocupados na Ilha e Chicala I, no município de Luanda, o governante disse que o objectivo da visita foi de fiscalizar o aproveitamento dado aos espaços públicos na circunscrição.

Caso os proprietários não comparecerem, avançou, vão ser accionadas, nos termos da Lei, as devidas medidas para que os referidos espaços possam reverter ao Estado, dentro do Plano de Ordenamento da província.

No quadro da organização do município de Luanda, Manuel Homem criticou algumas situações não muito boas, sobretudo de cidadãos que privatizam os espaços públicos, ao ponto de fechar algumas ruas. "É um acto ilegal. São espaços públicos, como ruas, que ficaram fechadas por cidadãos, para benefício próprio".

O GPL, garantiu, tem criado as condições para a localização dos donos dos espaços. "O aproveitamento da Ilha vai ser colocado à disposição de outros investidores, que queiram, efectivamente, explorar melhor o lugar".

O Governo Provincial, referiu, criou uma comissão para averiguar os tapumes, que estão, de certa forma, instalados na cidade de Luanda, muitos com as licenças expiradas. "Essa comissão tem a obrigação de poder acompanhar no detalhe a execução da reposição da legalidade em relação às situações em que há uma infracção clara e grave", explicou.

Novos equipamentos

O governador de Luanda fez, ainda, entrega a administradora do município de Luanda, Milca Caquesse, de novos meios e equipamentos para auxiliar os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros na circunscrição, como um barco pneumático profissional, fatos de mergulho, bóias de salvamento, coletes salva-vidas, binóculos de longa distância, uniforme para identificação, três postos de praia e 3 motorizadas.

Manuel Homem esclareceu que os equipamentos entregues pelo GPL vão estar ao serviço e à vigilância, para dar resposta necessária às praias e tornarem mais seguras, assim como para orientar melhor os banhistas.

"A entrega destes meios aos bombeiros do município tem o objectivo de, nesta época balnear, reforçar as condições técnicas, de equipamentos, necessários para a actividade. A ideia é garantir cada vez mais praias seguras", referiu.

De Janeiro a Outubro deste ano, lembrou, foram registadas, na capital, mais de 50 mortes e 102 salvamentos. "São números altos que devemos diminuir. Os afogamentos na Ilha de Luanda são alarmantes. É preciso fazer o mesmo noutros municípios", avançou.

Limpeza das praias

Manuel Homem garantiu trabalhar mais para continuar a garantir a limpeza e o saneamento das praias da cidade capital. "Esperamos ter a colaboração dos munícipes, um passo fundamental para que possamos ter o êxito esperado em relação ao saneamento básico e a limpeza da cidade".

O objectivo, realçou, é abranger toda a orla costeira da província de Luanda no combate aos resíduos sólidos. "Apelo aos munícipes da capital que ajudem a conservar melhor os espaços públicos", referiu.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Governo Provincial dá prioridade ao sector da Energia e Águas

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2023

Texto: Domingos Calucipa

Dados do Governo Provincial indicam que as sedes municipais e comunais têm o fornecimento de energia eléctrica e iluminação pública garantido, tendo sido feitas mais de 17 mil ligações domiciliare.

O destaque na área energética vai para o aumento da potência produtiva no município de Omandja, que passou de dois para cinco MW, na sequência da implantação de uma central híbrida, um sistema combinado entre energia fotovoltaica e grupos geradores, que está a permitir abastecer a cidade de Xangongo, sede municipal, e posteriormente a sede comunal do Humbe, depois que for concluída a linha de transportação de energia.

Na cidade de Ondjiva a energia eléctrica chegou ao bairro Onahumba II no ano passado e este ano em Ongwe, um bairro surgido nos arredores do mercado paralelo de Oshomukuio, beneficiando cerca de 500 residências e várias ruas.

Há a assinalar, igualmente, a colocação de iluminação pública num percurso de cerca de três quilómetros, na Estrada Nacional 105, no bairro Naipalala, cidade de Ondjiva. A sede comunal do Evale, no município do Cuanhama, beneficiou, igualmente, de uma rede de iluminação pública e mais de 50 ligações domiciliare.

Em curso estão a instalação da linha eléctrica de 24 quilómetros que vai ligar a sede municipal de Namacunde à sede comunal de Chiedi, assim como a reabilitação e extensão da rede eléctrica e de iluminação pública nas sedes das comunas do Humbe, Mucope, Naulila e Ombala-yo-Mungo, no município de Omandja.

Mais investimentos

Levar energia eléctrica ao corredor produtivo do Peu-Peu/Canganda, nas margens do rio Cunene, municípios de Omandja e Cuvelai, constitui um dos grandes desafios do Governo da província, visando a exploração do potencial agrícola da região.

Segundo dados fornecidos pelo Governo Provincial, a província necessita dar passos no domínio produtivo, tirando o máximo proveito do caudal do

rio Cunene, que cruza três municípios, mas, para isso, é preciso levar energia eléctrica da rede pública às zonas onde estão instaladas as grandes fazendas agrícolas, particularmente no corredor do Peu-Peu à Calonga, passando pelo Cafu.

Uma das fontes energéticas para abastecer essas zonas seria a Central Híbrida do Xangongo, que ainda não é explorada na sua plenitude por falta de baterias acumuladoras e construção de uma linha de cerca de 100 quilómetros para levar energia às grandes fazendas.

Outro grande desafio resume-se ao aumento da produção de energia eléctrica de 13,5 MW para 24 MW.

Abastecimento de água

O Governo do Cunene pretende efectuar, nos próximos meses, 11 mil ligações domiciliare de água, quando estiverem concluídos os projectos em curso na região, como o de reforço do sistema de abastecimento à cidade de Ondjiva, que permitirá mais 2.740 ligações, e a construção da conduta adutora de 350 mm Ondjiva/Santa-Clara, numa distância de 41 quilómetros.

Está, também, em curso a construção do sistema de captação e distribuição de água aos 200 fogos habitacionais da sede municipal do Curoca, assim como a reabilitação do sistema de captação de Namacunde.

8.2 Ravinas estão a ser estancadas

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2023

Texto: Adão Diogo e Kamuanga Júlia

Os resultados dos trabalhos, em curso há seis meses, a cargo da empreiteira Sete Cunhas, estão à vista de quem passa junto à antiga vala larga e profunda, aberta pelas águas das chuvas.

No antigo eixo principal entulhado com arte, está a ser construída uma vala de betão, a céu aberto, com degraus, criados em função do desnível do solo, para regular a velocidade da água, e seis ramificações que nela desembocam. O encarregado de obras, Figueiredo Talamaku, disse à reportagem do Jornal de Angola que as chuvas vão determinar a eficiência dos trabalhos executados e sugere iniciativas para eventuais alterações na zona, onde a construtora identificou outras "vias naturais" de passagem de água.

Um efectivo de 35 trabalhadores, entre operadores de máquinas, pedreiros, ferreiros e carpinteiros, actua, em simultâneo, na edificação de uma das ramificações. A estabilização de taludes compreende acções de revestimento da superfície, vegetação especial e estruturas para prevenir deslizamento de solos e outras manifestações naturais destrutivas.

Figueiredo Talamaku destacou o ânimo no seio da equipa acoçada diariamente por insultos e provocações, com rótulos de tribalismo e ameaças. "Invadem espaços com acesso de trânsito limitado por força das obras em execução, desvalorizam o trabalho com críticas sem fundamento e algumas crianças chegam mesmo a lançar objectos em jeito de afronta à equipa concentrada no trabalho".

O encarregado de obras apela à Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) para intervir com urgência na estabilização de uma das torres de condução de cabos eléctricos, na linha que alimenta o bairro. Avança a necessidade de a ENDE enviar, igualmente, para o local, uma equipa, a fim de avaliar o risco da passagem da linha junto à vala de condução de água.

Sentada com a família à sombra de uma mangueira, no recinto aberto da sua casa, a moradora Nelita Issala destaca "a segurança devolvida aos habitantes", que nos anos anteriores temiam pelo arrastamento de moradias e outras infra-estruturas devido à força da água das chuvas".

Apontando o dedo para a zona onde a vala avança, explica que tudo "isso era uma mata e o barulho da água tirava o sono". A dona de casa enaltece os trabalhos em curso e apela à colaboração de todos, principalmente dos que criam constrangimento às equipas de trabalho.

Requalificação de passeios e valas de drenagem

Automobilistas, mototaxistas e transeuntes elogiam a empresa OMATAPALO pela celeridade na construção de passeios e resguardos junto às valas de drenagem, que devolveram segurança e conforto na circulação de pessoas e veículos na via Candembe/centro da cidade de Saurimo.

Durante uma ronda efectuada pela equipa de reportagem do Jornal de Angola foram encontrados trabalhadores da referida empresa a fazer acabamentos em lancis.

O funcionamento de candeeiros de iluminação pública, dotados de sistemas fotovoltaicos, afasta o medo e convida os transeuntes a um passeio nocturno, sobre um pavimento sólido, nivelado e

limpo, segundo o jovem Pedrito Ntete, que mora nas imediações.

Pedrito Ntete lembra os embaraços vividos no passado por falta de passeios, iluminação e acidentes frequentes pelo facto de a via ser estreita. Com o trabalho feito, o munícipe apela às estruturas competentes a realização de limpeza regular à vala de drenagem, sobretudo na época chuvosa, para evitar inundações, que, em anos anteriores, arrastaram utentes e inviabilizavam a circulação.

Mototaxista há mais de dois anos, Messias Txeleca ressalta a fluidez do trânsito e a segurança de peões na via movimentada, devido à presença do maior mercado da província. Os adolescentes Anselmo Gerão e Júlia Paciência, falam em "novos tempos", trazidos pela reabilitação da estrada que "antes dava medo andar de lado ou atravessar".

Tentativas feitas para obter mais dados sobre a empreitada a partir dos estaleiros da OMATAPALO fracassaram, por alegada ausência de fonte autorizada para fazer pronunciamentos à imprensa.

8.3 Abastecimento de água em Benguela melhora nos próximos dois anos

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2023

Texto: Arão Martins

Nos próximos dois anos, o abastecimento de água potável vai ser reforçado na província de Benguela, com o aumento do volume de produção que passa para 3,5 metros cúbicos, deixando os actuais 1,5 metros cúbicos.

O reforço da distribuição faz parte do Programa das Obras de Infra-estruturas Integradas de Benguela. De acordo com o vice-governador provincial para o sector Técnico e de infra-estruturas, Adilson Gonçalves, as obras reforçam também o sistema de da macro drenagem das zonas pluviais para os municípios da Baía Farta, Benguela, Catumbela e Lobito.

"Depois de dois anos, o abastecimento vai deixar de ser 1,5 metros cúbicos por segundo para 3,5 metros cúbicos por segundo. Para os municípios do Litoral, existe um sistema intermunicipal, mas o principal está localizado no Luhongo (Catumbela), que atende os quatro municípios desta zona", disse.

Independente do sistema do Lobito e do subsistema da Catumbela, referiu, existe outro que faz o reforço

no abastecimento de água da Baía Farta, apesar do principal estar localizado no Luhongo.

Adilson Gonçalves explicou que o projecto começou a ser construído em 2003 e conheceu três fases, sendo a primeira terminada em 2007, a segunda em 2009 e a terceira em 2011.

O governante esclareceu que pelo facto de o sistema do Luhongo ter uma capacidade instalada de 1,5 metros cúbicos por segundo, ao longo dos anos os equipamentos atingiram a vida útil, o que originou a baixa produção desde 2018, até ao presente ano (2023), daí surgiu a necessidade de construir novas infra-estruturas e aumentar a produção.

O vice-governador provincial realçou que os equipamentos devem ser fabricados por encomendas e levam no mínimo dez semanas, para serem montados, incluindo o tempo de transporte até chegar ao país. "Pensamos que a partir do próximo ano, com a chegada dos meios de trabalho preliminares teremos melhorias no abastecimento de água", garantiu.

Revelou que no subsistema do Chiule, que antes tinha cinco furos com uma capacidade aceitável de metros cúbicos dia, foram feitos mais sete furos, que estão em fase de ensaios e passam nos próximos dias para a fase de instalação de eletromecânica, redobrando a produção, dos actuais 21,6 metros cúbicos, para cerca de 46 metros cúbicos.

Indicou que esta distribuição vai ser predestinada para os municípios da Catumbela e do Lobito, incluindo as zonas altas. Garantiu que já estão a ser construídas condutas para direccionar o volume de água que já está em fase de ensaios, com capacidades de 12 mil metros cúbicos. Esclareceu que a centralidade do Lobito tem uma capacidade instalada de 18 mil habitantes que deve consumir no máximo até 5 mil metros cúbicos de água por dia.

Explicou que o diferencial desse sistema vai ser redistribuído para outros bairros das zonas altas que têm défice de distribuição.

Reconheceu que o sistema de distribuição ainda não é suficiente, mas com os investimentos previstos, a partir de 2024, vai triplicar a capacidade instalada do principal sistema que parte do Luhongo.

Ainda no quadro das infraestruturas, referiu, existe também um investimento previsto para o melhoramento do subsistema de água de Benguela, nomeadamente, com a captação do rio Cavaco, que vai permitir produzir maior volume de água para a zona alta de Benguela e conseqüentemente para a Baía Farta.

Eixos das obras

O vice-governador esclareceu que a vala do Curis é um dos canais já revestidos e vai ser concluída com trabalhos que também já foram realizados no canal nº 2.

Na sequência, adiantou, vão ser revestidos dois canais, que fazem parte da extensão entre a Universidade Katyavala Bwila em direcção ao Hospital Municipal de Benguela e os bairros 70 e 71, localizados na antiga fábrica de telhas.

Além do abastecimento de água, as obras das Infra-estruturas Integradas de Benguela têm o terceiro eixo, que é o da recuperação de edifícios públicos.

Em Benguela, avançou, está em curso a recuperação do Cine Monumental. Foi recuperado o Museu Nacional de Arqueologia e ainda será construído a lota pesqueira nas Tombas e no município de Benguela.

No Lobito, indicou, está em curso o projecto de recuperação do Cine Flamingo, cujos trabalhos estão na sua fase final.

8.4 “O que me tira o sono é o problema do abastecimento de água potável aos munícipes”

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2023

Texto: Casimiro José

Está satisfeita com o actual estado da cidade de Porto-Amboim e do município em geral?

Em primeiro lugar devo agradecer a oportunidade que me é dada pelo Jornal de Angola, para falar sobre a nossa cidade e o município em geral. Sobre a questão que me coloca, devo dizer que, enquanto governante, não devia estar satisfeita com o actual estado da cidade e do município em geral, porque a nossa missão consiste na resolução dos problemas que afligem os nossos habitantes, nos mais variados domínios. E essa tarefa não se realiza do dia para a noite, tendo em conta os desafios que a própria conjuntura nos impõe.

Qual é o maior desafio da cidade de Porto-Amboim?

Falando da cidade de Porto-Amboim, o desafio para o seu desenvolvimento é maior por ser o primeiro cartão-de-visita de quem entra ao Cuanza-Sul, vindo do Norte para o interior da província, ou para quem tem como destino o Sul do país. Como vê, a cidade

de Porto-Amboim deve apresentar-se bem ornamentada, todos os dias, semanas, meses e anos, mas, acima de tudo, dispor de serviços sociais capazes de responder às necessidades dos habitantes e dos que passam nela para outras paragens.

Isso lhe tira o sono?

Devo, honestamente, dizer que, asfaltadas as principais ruas, num raio de sete quilómetros e com o início do arranjo dos lancis e passeios, temos de olhar para outras situações e, confesso mesmo que o que me tira o sono é o problema do abastecimento da água potável aos munícipes. A cidade cresceu e também aumentou a população, o que não foi acompanhado com a construção de infra-estruturas sociais e, logo, há desfasamento entre a oferta e a procura.

Quais são as outras situações que lhe inquietam?

Outra situação que me apoquentam tem a ver com a conjuntura económica e financeira que estamos a viver, causando frustração nas diversas franjas, bem como a paralisação de algumas unidades fabris que davam emprego à população local, mas também o aumento do custo de vida que atinge a todos. Estou recordada que o nosso país já passou por etapas difíceis, mas as autoridades sempre souberam encontrar as soluções e até de questões mais complicadas, mas sempre houve superação. Por isso, não será diferente do que estamos a passar hoje, uma vez que atinge muitos, senão todos os países do planeta terra.

Qual é a sua análise sobre o posicionamento dos munícipes em face dos... programas que visam o desenvolvimento da cidade e do município em geral?

Todas as sociedades são heterogéneas. Daí surgirem pessoas que procuram travar o ímpeto do desenvolvimento, o que nos preocupa, porque cada um tem a sua visão sobre o que se está a fazer. Outros até procuram destruir, não sei com que propósito, havendo até situações que configuram crimes. Mas a força da razão sempre supera as forças malélicas e vamos continuar a trabalhar para satisfazer as necessidades das populações. E isso deve envolver a todos, sem distinção.

Quer dizer que há munícipes que trabalham para travar o desenvolvimento?

Em termos gerais, devo reconhecer que a cidade de Porto-Amboim e o município em geral tem gente trabalhadora, comprometida com o bem e capaz de ajudar a transformar essa região em local aprazível, sobretudo de jovens criativos e empreendedores.

Basta vermos a força anímica que muitos jovens demonstram, mesmo diante das dificuldades que atravessam e isso confirma que, enquanto alguns cidadãos se mostram desesperados com a actual conjuntura social e económica, os mais avisados encontram nos tempos difíceis a oportunidade para se afirmarem nos diversos ramos. Portanto, temos de fazer uma leitura realística do que está a passar.

Qual é a situação social e económica dos habitantes da cidade e do município em geral?

Quanto à situação social e económica da cidade de Porto-Amboim e do município em geral, devo dizer que já estivemos melhor, há sete anos, mas a realidade actual preocupa-nos, face ao surgimento cíclico das calemas, que deixam um rasto de danos materiais e até humanos, destroem as embarcações nas zonas de pesca. Outra situação que nos apoquentam é da paralisação de certas empresas, como a Paenal e outras, que no passado davam empregos aos jovens. Quando paralisaram, com a máxima da sua força, em relação ao início, deixam muita gente no desemprego. Como se não bastasse, não temos na região um Instituto Politécnico que possa ajudar a formar jovens para o auto-emprego e outras valências para a sua inserção ao mercado de trabalho. Por isso, continuamos a advogar junto das instituições vocacionadas e do sector privado para a instalação de uma instituição de formação técnica, além de investimentos necessários, como única forma de travarmos a fuga da força activa do município para outras regiões da província e do país.

Ou seja, a solução é a geração de mais empregos

A satisfação económica, como sabemos, é que proporciona o bem-estar social, que passa pela geração de renda pelas populações, razão pela qual, sem empregos, também não há fontes de renda.

Mas no meio de tantas intempéries, o Porto Amboim tem condições e até projectos já identificados para dar certo. Temos terras aráveis e água abundante para implementar projectos para o relançamento da cultura do palmar, algodão, cacau, cajú, ricino, arroz, todos eles indispensáveis para impulsionar o surgimento de indústrias na nossa região. E o incentivo do Executivo ao sector produtivo constitui a varinha "mágica" para o desenvolvimento de Porto Amboim. Neste particular, devo realçar que a cidade de Porto Amboim é, por excelência, uma zona piscatória com imensas potencialidades em recursos marinhos e produção do sal. Por isso, como disse, estamos bem servidos pela natureza, faltando-nos, apenas, investimentos, quer por conta dos programas do Executivo, como do sector privado.

E o turismo?

Sim. Temos, também, na criação de gado e o fomento do turismo como outras apostas que podem alavancar a economia local. Basta vermos as zonas turísticas da Buambua, da Yaia, do Cuvo e do complexo turístico do Longa que, bem aproveitados, garantem a oferta de bens e serviços para as populações do município.

Em que pé se encontra o projecto de construção de um porto pesqueiro na cidade de Porto Amboim?

Há projectos de âmbito central, como é o caso do que se refere. Defendo que a sua implementação se justifica, tendo em conta a localização geográfica de Porto Amboim. Continuamos a aguardar pela sua implementação. É, quanto a nós, uma infra-estrutura que pode trazer enormes benefícios na região, uma vez que após a sua construção, o porto pesqueiro poderá intermediar as transacções de mercadorias entre os portos de Luanda e do Lobito. Como disse, é um projecto macro, cuja decisão e execução compete às estruturas centrais.

Quais são as razões que ditaram a escolha do Porto Amboim para a instalação do projecto?

A denominação de Porto-Amboim resulta das potencialidades em infra-estruturas aqui construídas, que serviram de entreposto para o escoamento do café vindo do Amboim, através do caminho-de-ferro do Amboim, num percurso de mais de 100 quilómetros. Por isso é que vemos imponentes armazéns que serviram como entreposto dos bens industriais vindos de Luanda e Benguela e canalizados para o interior da província, e até para as províncias do Centro e Leste de Angola, enquanto para Luanda e Lobito era escoado o café, algodão, sisal, rícino e outros produtos para as grandes indústrias instaladas no Huambo, Luanda e Benguela. Por isso, a construção de um Porto Pesqueiro é um imperativo nacional.

Auguramos que um dia a nossa cidade possa ver erguido o porto pesqueiro, que vai prover serviços e gerar centenas ou milhares de empregos directos e indirectos.

Qual é o estado actual dos sectores da Saúde e da Educação?

Bem, a esse respeito devo dizer que o sector da Saúde, à semelhança de outros municípios, funciona regularmente, com foco na assistência médico-medicamentosa às populações. Contudo, as disponibilidades estão aquém das necessidades. Temos um Hospital Municipal já velho, que foi construído na época colonial, cujas infra-estruturas

clamam por uma reabilitação profunda. Na periferia da cidade contamos com 19 postos de saúde, que atendem as populações no meio rural.

E quanto aos recursos humanos neste sector?

Em termos de recursos humanos, aqui é onde está o maior problema. Temos um corpo clínico com dez médicos e 84 enfermeiros, dos quais 47 são efectivos e 37 prestam serviços sob regime de contrato, o que é insuficiente. Temos necessidade de mais médicos para atender as especialidades de ortopedia, cirurgia e neonatal, além do facto de os postos de saúde funcionarem com apenas um enfermeiro. Por essa razão, sempre que surgem casos vinculados às especialidades em que não temos médicos, a saída é evacuar para o Sumbe.

E quanto ao sector da Educação?

Já no sector da Educação, também temos défice de infra-estruturas escolares e de professores. O município conta com 43 escolas, das quais 13 de construção definitiva e as restantes de construção precária. Por falta de espaços escolares e de professores, no presente ano lectivo contabilizámos 23.080 crianças e alunos fora do sistema de ensino. E para invertermos o quadro, temos necessidade de mais 415 professores e 43 escolas.

Como anda a execução dos projectos inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP)?

Em princípio devo dizer que no quinquénio passado, o Porto Amboim foi contemplado com nove projectos, dos quais dois de âmbito Central e sete de âmbito provincial. Os projectos do PIIM e do PIDLCP deram o ar da sua graça às populações, com a construção de duas escolas com sete salas, já inauguradas e entregues às comunidades, execução de acções ligadas ao saneamento básico, aquisição de

equipamentos e fármacos para as unidades sanitárias, fomento de acções de empreendedorismo nas comunidades, com maior foco para o meio rural, formação de parteiras tradicionais com a entrega de equipamentos para melhor servirem as comunidades, entre outros.

Então o balanço é positivo?

A situação económica e financeira que o país vive concorreu para a retracção de alguns projectos, ocasionando atrasos de pagamentos para a conclusão de alguns projectos, como são os casos do edifício Autárquico e do mercado do peixe, que aguardam

pela sua conclusão, tão logo sejam efectuados os desembolsos em falta. Outro factor constrangedor para executar as acções é o atraso do diferencial do bónus do petróleo, que tem sido muito útil para a prossecução dos projectos sociais nas comunidades.

Além disso, a condicionante financeira remete-nos a adiar, por enquanto, mais acções tendentes à resolução dos problemas que constituem estrangulamento para o desenvolvimento do nosso município. Estou a referir-me das acções identificadas, que consistem na reabilitação das vias de acesso que ligam a sede municipal à comuna de Capolo e zonas produtoras, como as do Caio, Calembi, Cambalo, Cho-Chol, Quilómetros 40 e 70. A terraplanagem dessas vias constituiu prioridade da Administração, para facilitar o escoamento dos produtos do campo para os mercados de consumo, mas também para levar ao meio rural bens e serviços.

Qual é a mensagem que deixa para os munícipes por ocasião dos 436 anos desde que Porto Amboim foi elevada à categoria de cidade?

A mensagem que deixo aos munícipes é de todos engajarmo-nos para que a nossa cidade cresça e desenvolva e alcance os patamares desejados, que são o de ser uma cidade acolhedora e bom lugar para se viver.

Acresço a isso que a nossa cidade apresenta outro visual, fruto das obras de reabilitação das ruas do casco urbano, mas não é tudo. Temos projectos ambiciosos, sobretudo um deles ligado à construção de uma estação de captação, tratamento e distribuição de água que, após a sua implementação, teremos o velho problema de abastecimento de água resolvido. Não menos importante, devo dizer aos jovens, no sentido de terem esperança, colaborarem na identificação dos problemas, mas também fazerem parte para a solução dos mesmos problemas, no âmbito da cidadania responsável.

Alguma mensagem específica para os naturais de Porto Amboim que vivem noutras regiões do país ou do mundo?

Para terminar, devo apelar aos cidadãos que nasceram em Porto Amboim e estão noutras paragens esquecendo-se da terra que os viu nascer, ao passo que os que residem fora do país sentem saudades. Necessitamos de mais solidariedade e apelamos no sentido de todos que se revêm com Porto Amboim a se juntarem aos esforços para a sua reconstrução, até porque não devemos deixar a terra que nos viu nascer órfã.

E aos potenciais investidores?

Aos investidores nacionais e estrangeiros devo dizer que Porto Amboim necessita de mais investimentos, sobretudo nos sectores das Pescas, Agropecuário e Turismo e reitero o apoio total da Administração sobre as iniciativas empresariais que possam surgir na nossa região.

Historial sobre a cidade de Porto Amboim

A elevação de Porto Amboim à categoria de cidade ocorreu a 15 de Outubro de 1587, durante a vigência do sistema colonial português. Com o alcance da Independência, em 1975, a cidade de Porto Amboim esteve sempre no centro das atenções do Governo, por ser o elo entre o Norte com o Sul do país.

Fundada por Paulo Dias de Novais, um navegador português, através do seu sobrinho António Lopes Peixoto, a cidade de Porto Amboim é habitada por povos Mupindas, originários do Norte de Angola, através do Reino do Ndongo. Do ponto de vista histórico, a cidade de Porto Amboim foi também ponto de tráfico clandestino de escravos. Em 1867, por iniciativa de quatro colonos portugueses, dá-se início, na região, a cultura do algodão que, durante a vigência do sistema colonial, teve um peso significativo na balança económica da então província ultramarina.

O município de Porto Amboim tem uma superfície de 3.651 quilómetros quadrados, com uma população estimada em 158.713 habitantes que vivem, maioritariamente, da pesca, criação de gado e da agricultura. Administrativamente o município de Porto Amboim está dividido em duas comunas, a saber: a sede e a de Capolo.

8.5 “O que me tira o sono é o problema do abastecimento de água potável aos munícipes”

Jornal de Angola

18 De Outubro de 2023

Texto: Casimiro José

Está satisfeita com o actual estado da cidade de Porto-Amboim e do município em geral?

Em primeiro lugar devo agradecer a oportunidade que me é dada pelo Jornal de Angola, para falar sobre a nossa cidade e o município em geral. Sobre a questão que me coloca, devo dizer que, enquanto

governante, não devia estar satisfeita com o actual estado da cidade e do município em geral, porque a nossa missão consiste na resolução dos problemas que afligem os nossos habitantes, nos mais variados domínios. E essa tarefa não se realiza do dia para a noite, tendo em conta os desafios que a própria conjuntura nos impõe.

Qual é o maior desafio da cidade de Porto-Amboim?

Falando da cidade de Porto-Amboim, o desafio para o seu desenvolvimento é maior por ser o primeiro cartão-de-visita de quem entra ao Cuanza-Sul, vindo do Norte para o interior da província, ou para quem tem como destino o Sul do país. Como vê, a cidade de Porto-Amboim deve apresentar-se bem ornamentada, todos os dias, semanas, meses e anos, mas, acima de tudo, dispor de serviços sociais capazes de responder às necessidades dos habitantes e dos que passam nela para outras paragens.

Isso lhe tira o sono?

Devo, honestamente, dizer que, asfaltadas as principais ruas, num raio de sete quilómetros e com o início do arranjo dos lancis e passeios, temos de olhar para outras situações e, confesso mesmo que o que me tira o sono é o problema do abastecimento da água potável aos munícipes. A cidade cresceu e também aumentou a população, o que não foi acompanhado com a construção de infra-estruturas sociais e, logo, há desfasamento entre a oferta e a procura.

Quais são as outras situações que lhe inquietam?

Outra situação que me apoquentam tem a ver com a conjuntura económica e financeira que estamos a viver, causando frustração nas diversas franjas, bem como a paralisação de algumas unidades fabris que davam emprego à população local, mas também o aumento do custo de vida que atinge a todos. Estou recordada que o nosso país já passou por etapas difíceis, mas as autoridades sempre souberam encontrar as soluções e até de questões mais complicadas, mas sempre houve superação. Por isso, não será diferente do que estamos a passar hoje, uma vez que atinge muitos, senão todos os países do planeta terra.

Qual é a sua análise sobre o posicionamento dos munícipes em face dos... programas que visam o desenvolvimento da cidade e do município em geral?

Todas as sociedades são heterogéneas. Daí surgirem pessoas que procuram travar o ímpeto do desenvolvimento, o que nos preocupa, porque cada um tem a sua visão sobre o que se está a fazer.

Outros até procuram destruir, não sei com que propósito, havendo até situações que configuram crimes. Mas a força da razão sempre supera as forças malélicas e vamos continuar a trabalhar para satisfazer as necessidades das populações. E isso deve envolver a todos, sem distinção.

Quer dizer que há munícipes que trabalham para travar o desenvolvimento?

Em termos gerais, devo reconhecer que a cidade de Porto-Amboim e o município em geral tem gente trabalhadora, comprometida com o bem e capaz de ajudar a transformar essa região em local aprazível, sobretudo de jovens criativos e empreendedores. Basta vermos a força anímica que muitos jovens demonstram, mesmo diante das dificuldades que atravessam e isso confirma que, enquanto alguns cidadãos se mostram desesperados com a actual conjuntura social e económica, os mais avisados encontram nos tempos difíceis a oportunidade para se afirmarem nos diversos ramos. Portanto, temos de fazer uma leitura realística do que está a passar.

Qual é a situação social e económica dos habitantes da cidade e do município em geral?

Quanto à situação social e económica da cidade de Porto-Amboim e do município em geral, devo dizer que já estivemos melhor, há sete anos, mas a realidade actual preocupa-nos, face ao surgimento cíclico das calemas, que deixam um rasto de danos materiais e até humanos, destroem as embarcações nas zonas de pesca. Outra situação que nos apoquentam é da paralisação de certas empresas, como a Paenal e outras, que no passado davam empregos aos jovens. Quando paralisaram, com a máxima da sua força, em relação ao início, deixam muita gente no desemprego. Como se não bastasse, não temos na região um Instituto Politécnico que possa ajudar a formar jovens para o auto-emprego e outras valências para a sua inserção ao mercado de trabalho. Por isso, continuamos a advogar junto das instituições vocacionadas e do sector privado para a instalação de uma instituição de formação técnica, além de investimentos necessários, como única forma de travarmos a fuga da força activa do município para outras regiões da província e do país.

Ou seja, a solução é a geração de mais empregos

A satisfação económica, como sabemos, é que proporciona o bem-estar social, que passa pela geração de renda pelas populações, razão pela qual, sem empregos, também não há fontes de renda.

Mas no meio de tantas intempéries, o Porto Amboim tem condições e até projectos já identificados para

dar certo. Temos terras aráveis e água abundante para implementar projectos para o relançamento da cultura do palmar, algodão, cacau, cajú, rícino, arroz, todos eles indispensáveis para impulsionar o surgimento de indústrias na nossa região. E o incentivo do Executivo ao sector produtivo constitui a varinha "mágica" para o desenvolvimento de Porto Amboim. Neste particular, devo realçar que a cidade de Porto Amboim é, por excelência, uma zona piscatória com imensas potencialidades em recursos marinhos e produção do sal. Por isso, como disse, estamos bem servidos pela natureza, faltando-nos, apenas, investimentos, quer por conta dos programas do Executivo, como do sector privado.

E o turismo?

Sim. Temos, também, na criação de gado e o fomento do turismo como outras apostas que podem alavancar a economia local. Basta vermos as zonas turísticas da Buambua, da Yaia, do Cuvo e do complexo turístico do Longa que, bem aproveitados, garantem a oferta de bens e serviços para as populações do município.

Em que pé se encontra o projecto de construção de um porto pesqueiro na cidade de Porto Amboim?

Há projectos de âmbito central, como é o caso do que se refere. Defendo que a sua implementação se justifica, tendo em conta a localização geográfica de Porto Amboim. Continuamos a aguardar pela sua implementação. É, quanto a nós, uma infra-estrutura que pode trazer enormes benefícios na região, uma vez que após a sua construção, o porto pesqueiro poderá intermediar as transacções de mercadorias entre os portos de Luanda e do Lobito. Como disse, é um projecto macro, cuja decisão e execução compete às estruturas centrais.

Quais são as razões que ditaram a escolha do Porto Amboim para a instalação do projecto?

A denominação de Porto-Amboim resulta das potencialidades em infra-estruturas aqui construídas, que serviram de entreposto para o escoamento do café vindo do Amboim, através do caminho-de-ferro do Amboim, num percurso de mais de 100 quilómetros. Por isso é que vemos imponentes armazéns que serviram como entreposto dos bens industriais vindos de Luanda e Benguela e canalizados para o interior da província, e até para as províncias do Centro e Leste de Angola, enquanto para Luanda e Lobito era escoado o café, algodão, sisal, rícino e outros produtos para as grandes indústrias instaladas no Huambo, Luanda e Benguela. Por isso, a construção de um Porto Pesqueiro é um imperativo nacional.

Auguramos que um dia a nossa cidade possa ver erguido o porto pesqueiro, que vai prover serviços e gerar centenas ou milhares de empregos directos e indirectos.

Qual é o estado actual dos sectores da Saúde e da Educação?

Bem, a esse respeito devo dizer que o sector da Saúde, à semelhança de outros municípios, funciona regularmente, com foco na assistência médico-medicamentosa às populações. Contudo, as disponibilidades estão aquém das necessidades. Temos um Hospital Municipal já velho, que foi construído na época colonial, cujas infra-estruturas clamam por uma reabilitação profunda. Na periferia da cidade contamos com 19 postos de saúde, que atendem as populações no meio rural.

E quanto aos recursos humanos neste sector?

Em termos de recursos humanos, aqui é onde está o maior problema. Temos um corpo clínico com dez médicos e 84 enfermeiros, dos quais 47 são efectivos e 37 prestam serviços sob regime de contrato, o que é insuficiente. Temos necessidade de mais médicos para atender as especialidades de ortopedia, cirurgia e neonatal, além do facto de os postos de saúde funcionarem com apenas um enfermeiro. Por essa razão, sempre que surgem casos vinculados às especialidades em que não temos médicos, a saída é evacuarmos para o Sumbe.

E quanto ao sector da Educação?

Já no sector da Educação, também temos défice de infra-estruturas escolares e de professores. O município conta com 43 escolas, das quais 13 de construção definitiva e as restantes de construção precária. Por falta de espaços escolares e de professores, no presente ano lectivo contabilizámos 23.080 crianças e alunos fora do sistema de ensino. E para invertermos o quadro, temos necessidade de mais 415 professores e 43 escolas.

Como anda a execução dos projectos inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP)?

Em princípio devo dizer que no quinquénio passado, o Porto Amboim foi contemplado com nove projectos, dos quais dois de âmbito Central e sete de âmbito provincial. Os projectos do PIIM e do PIDLCP deram o ar da sua graça às populações, com

a construção de duas escolas com sete salas, já inauguradas e entregues às comunidades, execução de acções ligadas ao saneamento básico, aquisição de equipamentos e fármacos para as unidades sanitárias, fomento de acções de empreendedorismo nas comunidades, com maior foco para o meio rural, formação de parteiras tradicionais com a entrega de equipamentos para melhor servirem as comunidades, entre outros.

Então o balanço é positivo?

A situação económica e financeira que o país vive concorreu para a retracção de alguns projectos, ocasionando atrasos de pagamentos para a conclusão de alguns projectos, como são os casos do edifício Autárquico e do mercado do peixe, que aguardam pela sua conclusão, tão logo sejam efectuados os desembolsos em falta. Outro factor constrangedor para executar as acções é o atraso do diferencial do bónus do petróleo, que tem sido muito útil para a prossecução dos projectos sociais nas comunidades.

Além disso, a condicionante financeira remete-nos a adiar, por enquanto, mais acções tendentes à resolução dos problemas que constituem estrangulamento para o desenvolvimento do nosso município. Estou a referir-me das acções identificadas, que consistem na reabilitação das vias de acesso que ligam a sede municipal à comuna de Capolo e zonas produtoras, como as do Caio, Calembi, Cambalo, Cho-Chol, Quilómetros 40 e 70. A terraplanagem dessas vias constituiu prioridade da Administração, para facilitar o escoamento dos produtos do campo para os mercados de consumo, mas também para levar ao meio rural bens e serviços.

Qual é a mensagem que deixa para os munícipes por ocasião dos 436 anos desde que Porto Amboim foi elevada à categoria de cidade?

A mensagem que deixo aos munícipes é de todos engajarmo-nos para que a nossa cidade cresça e desenvolva e alcance os patamares desejados, que são o de ser uma cidade acolhedora e bom lugar para se viver.

Acresço a isso que a nossa cidade apresenta outro visual, fruto das obras de reabilitação das ruas do casco urbano, mas não é tudo. Temos projectos ambiciosos, sobretudo um deles ligado à construção de uma estação de captação, tratamento e distribuição de água que, após a sua implementação, teremos o velho problema de abastecimento de água resolvido. Não menos importante, devo dizer aos jovens, no sentido de terem esperança, colaborarem na identificação dos problemas, mas também fazerem

parte para a solução dos mesmos problemas, no âmbito da cidadania responsável.

Alguna mensagem específica para os naturais de Porto Amboim que vivem noutras regiões do país ou do mundo?

Para terminar, devo apelar aos cidadãos que nasceram em Porto Amboim e estão noutras paragens esquecendo-se da terra que os viu nascer, ao passo que os que residem fora do país sentem saudades. Necessitamos de mais solidariedade e apelamos no sentido de todos que se revêm com Porto Amboim a se juntarem aos esforços para a sua reconstrução, até porque não devemos deixar a terra que nos viu nascer órfã.

E aos potenciais investidores?

Aos investidores nacionais e estrangeiros devo dizer que Porto Amboim necessita de mais investimentos, sobretudo nos sectores das Pescas, Agropecuário e Turismo e reitero o apoio total da Administração sobre as iniciativas empresariais que possam surgir na nossa região.

Historial sobre a cidade de Porto Amboim

A elevação de Porto Amboim à categoria de cidade ocorreu a 15 de Outubro de 1587, durante a vigência do sistema colonial português. Com o alcance da Independência, em 1975, a cidade de Porto Amboim esteve sempre no centro das atenções do Governo, por ser o elo entre o Norte com o Sul do país.

Fundada por Paulo Dias de Novais, um navegador português, através do seu sobrinho António Lopes Peixoto, a cidade de Porto Amboim é habitada por povos Mupindas, originários do Norte de Angola, através do Reino do Ndongo. Do ponto de vista histórico, a cidade de Porto Amboim foi também ponto de tráfico clandestino de escravos. Em 1867, por iniciativa de quatro colonos portugueses, dá-se início, na região, a cultura do algodão que, durante a vigência do sistema colonial, teve um peso significativo na balança económica da então província ultramarina.

O município de Porto Amboim tem uma superfície de 3.651 quilómetros quadrados, com uma população estimada em 158.713 habitantes que vivem, maioritariamente, da pesca, criação de gado e da agricultura. Administrativamente o município de Porto Amboim está dividido em duas comunas, a saber: a sede e a de Capolo.

8.6 China quer alargar mercado interno às multinacionais

Jornal de Angola
19 De Outubro de 2023

No seu discurso de abertura do Fórum do Cinturão e Rota (BRI), em Pequim, na quarta-feira, Xi Jinping, acrescentou que dois bancos de desenvolvimento apoiados pela China – o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China – vão estabelecer janelas de financiamento de 350 mil milhões de yuans (47,9 mil milhões de dólares), enquanto 80 mil milhões de yuans adicionais (11 mil milhões de dólares) serão injectados em o Fundo da Rota da Seda para apoiar projectos da BRI.

"Ver o desenvolvimento dos outros como uma ameaça ou assumir a interdependência económica como um risco não melhorará a própria vida nem acelerará o próprio desenvolvimento", afirmou o líder chinês.

"Aprendemos que o espírito de paz e cooperação da Rota da Seda, aprendizagem mútua e benefício mútuo, abertura e ganha-ganha é a fonte mais importante de força para a cooperação do Cinturão e Rota".

A China está a celebrar o 10º aniversário da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), que ampliou a influência económica e geopolítica chinesa em todo o mundo.

A iniciativa aprofundou as relações da China com África, Ásia, América Latina e Médio Oriente através de grandes projectos de infra-estruturas, como centrais eléctricas, estradas, caminhos-de-ferro e portos.

Quanto à cooperação China-África, uma das características mais significativas da BRI é a sua ênfase em projectos de infra-estruturas verdes e no desenvolvimento de energias renováveis.

8.7 Brigadas de limpeza removem 300 toneladas de resíduos por trimestre

Jornal de Angola
28 de Outubro de 2023
Texto: António Cristóvão

As equipas técnicas do Governo Provincial de Luanda (GPL) removeram, entre 200 e 300 toneladas de resíduos das valas de drenagem, durante os quatro trimestres do ano, declarou, ontem, a directora da

Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL).

De acordo com a direcção técnica da UTGSL, a limpeza e desobstrução dos órgãos de drenagem de valetas e sarjetas no município de Luanda estão a ser feitas numa extensão de 12.000 metros, sendo 2.232,80 metros na vala do Rio Seco, 2.232, 83 metros na do Nzamba, 2.435, 90 metros na da Sagrada Esperança, 3.826.96 metros na do Suroca e 2.030 metros na da Samba.

Os trabalhos, sublinhou, continuam nas valas da Samba, numa extensão de 1.704.24 metros, na Boavista, com 2.994.43 metros, na Senado da Câmara, com 3.302.57 metros, assim como na vala afluente à Senado da Câmara, na do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, com 500,15 metros e na do Cazenga e Cariango, com 5.400 metros.

Zenilda Mandinga admitiu que o período de Outubro a Dezembro é o de maior produção de resíduos, devido ao consumo da população durante as comemorações do Natal e a passagem de final de ano.

A directora da UTGSL informou ainda que as acções de manutenção das valas de drenagem estão todas alinhadas com as previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

8.8 Dez mil imóveis construídos nas linhas de água

Jornal de Angola
28 De Outubro de 2023
Texto: António Cristóvão

Um total de dez mil imóveis foi construído sobre as linhas de água pluviais na província de Luanda, disse, ontem, à imprensa, a directora da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), durante uma conferência de imprensa realizada na sede do GPL.

Zenilda Mandinga garantiu que os efeitos desta acção se têm confirmado durante a época das chuvas, com desabamentos de casas, deslizamentos de terras, o arrasto de pessoas e bens, com realce para mortes de crianças e adultos, como consequência da obstrução das linhas de água.

Para a engenheira Mandinga, este é um factor preocupante por causar a obstrução da passagem de água para o mar e provocar o aumento do nível, acto que resulta em consequências nefastas para as

construções erguidas nestes locais. O depósito de resíduos sólidos nestas linhas de água e noutros órgãos de drenagem, disse, é, também, um dos causadores dos arrastos de pessoas e bens para as valas de drenagem e, conseqüentemente, ao mar.

Nesta fase, referiu, o GPL e as Comissões de Moradores estão a realizar um trabalho de sensibilização nos bairros junto às valas de drenagem para desencorajar os munícipes de depositarem o lixo nestes espaços.

"A sensibilização é perene. O programa tem agora uma forte componente de educação porta a porta. Apelamos, também, à contribuição da Comunicação Social neste sentido, para termos esse programa cada vez mais próximo e com um nível de eficiência", disse a directora, crente no sucesso da execução do Programa de Manutenção da Macro e Microdrenagem da Província de Luanda.

8.9 Vandalismo nas tubagens de água

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2023

A recorrência com que sucedem tais actos, alguns inclusive com custos mortais para os prevaricadores, tais como os casos de jovens que tentaram roubar cabos eléctricos e acabaram electrocutados, que leva a indagar sobre o que falta para uma gradual inversão do quadro.

Parece estarmos a viver e conviver com alguma condescendência para com alguns actos de vandalismo, a julgar pela forma como os casos se multiplicam sem que haja punição e sensibilização que valham e inibam o contínuo cometimento de tais crimes.

Alguma coisa pode estar a falhar, razão pela qual assistimos a sucessão de casos contínuos que, nos últimos tempos, ganham contornos sem precedentes na nossa sociedade.

É verdade que a distribuição de água está ainda longe de cobrir uma parte significativa da população em todo o país e até nas sedes provinciais das 18 províncias, com um fornecimento diário e acima dos 50 por cento.

Mas, essa realidade não pode servir, sob nenhum pretexto, como desculpa para que se aceite casos de vandalismo das tubagens de água, com conseqüência para as comunidades. O pior, muitas vezes, é que o desvio da conduta de água ou o chamado garimpo de água ocorre, quase sempre, com o conhecimento da vizinhança, também prejudicada por estes actos, sem

que haja coragem e firmeza na denúncia de tais práticas.

Da EPAL espera-se por um papel mais activo na prevenção do garimpo de água porque, se formos sérios e rigorosos, grande parte dos casos de desvio de conduta de água é feito com algum "expertise" de pessoal ligado à empresa, entre os que se encontram no activo ou fora. Há ainda o caso de famílias que beneficiaram das ligações baseadas no quadro do projecto "Água para todos", que abrangeu 700 mil ligações e que não possuem contratos com a EPAL. Isto para não falar dos consumidores que acumulam dívidas milionárias e se alguém alegar má prestação do serviço como resposta, questionaremos se alguma vez deixaram de consumir água mesmo nas condições em que é fornecida.

Esperemos que haja mais responsabilidade da parte de todos, desde a empresa que fornece, com o auxílio de órgãos competentes na cobrança coerciva, no combate e prevenção do garimpo de água, denúncia dos consumidores e, dos órgãos competentes, punição exemplar dos que danificam a conduta, desviam e comercializam ilegalmente a água.

8.10 Unidade de Gestão do Saneamento de Luanda redobra a limpeza nas valas de drenagem

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2023

Texto: António Cristóvão

Zenilda Mandinga disse, em conferência de imprensa realizada na sede do Governo Provincial de Luanda (GPL), que a tarefa vai ser efectuada, principalmente, nas valas do Rio Seco, que percorre os bairros Alvalade, Azul e Coreia, da Samba, Cazenga, Cariango, Suroca e da Boavista, num total de, aproximadamente, 25 quilómetros de extensão.

Em relação ao número total de linhas de água existentes na província de Luanda, Zenilda Mandinga disse que a capital do país possui 317 quilómetros, dos quais 28 são infra-estruturados e incluem o sistema de macrodrenagem.

"Este trabalho é essencial sobretudo na zona Baixa de Luanda, a que denominamos bacia centro. De lá a água da chuva é encaminhada para o canal, por meio das intersecções que vão até ao mar, depois de prévio procedimento numa estação de tratamento de águas residuais", explicou.

De acordo com a engenheira, o programa actual vai ser redobrado, pelo facto de, geralmente, no último trimestre do ano, a capital do país registar um aumento da produção de resíduos e de ter chuvas de maior intensidade.

Na sequência da execução do programa, Zenilda Mandinga garantiu que este reforço vai ter duas fases, uma primeira com intervenções nas valas da bacia centro, com realce para as do Rio Seco, Samba, Cazenga, Cariango, Suroca e da Boavista.

Além dos trabalhos de limpeza e remoção de resíduos nestes espaços, avançou, o programa inclui também a colocação das tampas de colectores e contentores nas zonas adjacentes aos perímetros das valas, em especial onde existe a maior concentração habitacional.

A engenheira anunciou que o programa vai contar com um reforço de meios e com mais de 50 equipamentos, entre os quais máquinas giratórias sobre rodas e esteiras e camiões basculantes, para a remoção de resíduos nas valas e linhas de águas pluviais.

"Temos vários parceiros que se juntaram à causa do Governo Provincial de Luanda para efectuar os trabalhos de manutenção, de forma a acautelar alguns episódios durante as chuvas", asseverou.

Durante a conferência de imprensa, a directora explicou que o programa de manutenção da macro e microdrenagem da cidade de Luanda tem sido executado nos últimos 12 meses. O GPL, adiantou, tem estado a realizar o programa, de forma a garantir a manutenção permanente dos órgãos de drenagem.

Em relação à segunda fase, a directora informou que a intervenção será feita na bacia da Zona Norte, particularmente nas linhas de água do município de Cacucaco, Cazenga e Kilamba, por serem as áreas com a maior linha de água, assim como a zona de Belas.

De acordo com informações oficiais do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), o clima em Angola tem duas estações, nomeadamente a das Chuvas, o período mais quente, que ocorre de Outubro a Abril, e a seca (Cacimbo), que vai de Maio a Setembro.

Dez mil imóveis construídos nas linhas de água

Um total de dez mil imóveis foi construído sobre as linhas de água pluviais na província de Luanda, disse, ontem, à imprensa, a directora da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), durante uma conferência de imprensa realizada na sede do GPL.

Zenilda Mandinga garantiu que os efeitos desta acção se têm confirmado durante a época das chuvas, com desabamentos de casas, deslizamentos de terras, o arrasto de pessoas e bens, com realce para mortes de crianças e adultos, como consequência da obstrução das linhas de água.

Para a engenheira Mandinga, este é um factor preocupante por causar a obstrução da passagem de água para o mar e provocar o aumento do nível, acto que resulta em consequências nefastas para as construções erguidas nestes locais. O depósito de resíduos sólidos nestas linhas de água e noutros órgãos de drenagem, disse, é, também, um dos causadores dos arrastos de pessoas e bens para as valas de drenagem e, consequentemente, ao mar.

Nesta fase, referiu, o GPL e as Comissões de Moradores estão a realizar um trabalho de sensibilização nos bairros junto às valas de drenagem para desencorajar os munícipes de depositarem o lixo nestes espaços.

"A sensibilização é perene. O programa tem agora uma forte componente de educação porta a porta. Apelamos, também, à contribuição da Comunicação Social neste sentido, para termos esse programa cada vez mais próximo e com um nível de eficiência", disse a directora, crente no sucesso da execução do Programa de Manutenção da Macro e Microdrenagem da Província de Luanda.

8.11 Especialista defende mais projectos de gestão ambiental nas comunidades

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2023

Texto: Engrácia Francisco

A especialista da Agência Nacional de Resíduos avançou que o projecto PICAR tem como finalidade a formação e inserção de catadores nas comunidades, em colaboração com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP).

"Os catadores beneficiam de formação através do INEFOP para melhorar o tratamento dos resíduos e no final recebem um conjunto de materiais de higiene e de segurança no trabalho, bem como motorizadas de três rodas para facilitar a actividade laboral", disse.

O PEDUR, acrescentou, é um programa da Agência Nacional de Resíduos sobre educação para reciclagem, ao passo que o projecto REDUCAR está mais voltado à sensibilização para a redução do uso do plástico.

Prevenção e redução

Belarmina Almeida disse, ainda, que os princípios que cingem uma boa gestão de resíduos estão essencialmente ligados à prevenção e à redução.

"Uma boa gestão dos resíduos é optarmos pela redução daquilo que utilizamos. Comprar apenas o que se precisa e evitar desperdícios no que toca à gestão dos resíduos", aconselhou.

A especialista explicou que outra solução é optar pela reutilização dos resíduos. "Angola está a velar pelo não uso do plástico. Como opção para substituir o plástico, existem os sacos de pano, de rafia e outros", referiu.

"Estes materiais são mais duráveis e pode-se usar várias vezes, principalmente no mercado ou supermercado, como forma de prevenir o ambiente", argumentou.

Belarmina Almeida recomenda, igualmente, a população a recorrer à reciclagem, sendo um processo que envolve a recolha selectiva dos resíduos.

"Devemos cultivar o hábito de separar os resíduos a partir de casa a fim de facilitar o trabalho dos catadores que a posterior levam aos agregadores".

Para a especialista, a população deve trabalhar em parceria com o Governo, através dos municípios, para o sucesso dos projectos. "Quanto maior a colaboração, principalmente na recolha selectiva dos resíduos, melhor tratamento é dado ao resíduo. Pretendemos mostrar a todos que com a gestão adequada dos resíduos, minimizamos os gases que concorrem para a alteração dos efeitos climáticos", disse.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Assaltos e poluição sonora aterrorizam moradores

Jornal Luanda

2 De Outubro de 2023

A viatura novinha-em-folha, de marca Hyundai, tinha sido comprada há menos de três meses, pelo que seria a estreia de levar os filhos à escola, depois de longos anos a irem de táxis e boleia de familiares e amigos.

"Nem quis acreditar no que estava a acontecer comigo. Mas parecia um pesadelo", disse, ao Jornal Metropolitano de Luanda, o morador de 45 anos, a viver na centralidade desde a sua inauguração.

Recuperado do susto, decidiu notificar os restantes moradores, através das redes sociais, dos edifícios C-7, C-8 e C-9, para um encontro, visando analisar a situação do índice de criminalidade violenta e procurar formas de organização dos quarteirões.

"Os roubos estão demais", enfatizou, acrescentando que, verificadas algumas câmaras de vigilâncias, foi possível constatar que os meliantes andam em grupos de quatro a seis elementos, durante a madrugada, pelos quarteirões a observarem os modelos de alarme das viaturas.

"Está assim pela centralidade. Não há dia em que uma viatura ou casa não é alvo de assalto. A situação está perigosa", disse, tendo assegurando ' que, das conclusões saídas do primeiro encontro, a 9 de Setembro, no parque de estacionamento, decidiu-se pela instalação de câmaras de vigilância.

Moradores da centralidade do Kilamba queixam-se do elevado número de assaltos registados em residências e em viaturas estacionadas nos respectivos parques. Há depoimentos de moradores cujas viaturas e moradias foram completamente vandalizadas por meliantes. Nos últimos meses, em imagens de videovigilância, divulgadas por moradores pelas diferentes plataformas digitais, surgem meliantes na calada da noite a vandalizarem viaturas e alguns apartamentos.

Está instalado na Centralidade do Kilamba, um clima de terror e de insegurança. Dados divulgados na quarta-feira, 27, revelam que em plena madrugada, um grupo de meliantes, munidos com metralhadoras, invadiram o edifício K10, de onde surrupiaram vários

bens de um dos apartamentos e fizeram reféns os seus ocupantes.

A noite, do dia 27 de Setembro (quarta-feira), foi sobressaltada para muitos dos moradores do Kilamba. No parque de estacionamento do quarteirão R, concretamente no edifício 11, imagens de vídeo amador mostram um grupo de meliantes a circular pelo parque de estacionamento com objectos contundentes (facas, catanas e marretas).

Numa acção devidamente organizada, o bando de meliantes passeia a pela viaturas e seleccionava cuidadosamente os alvos preferidos: Land Cruiser Prado, Pajero, Hilux, Corolla, Suzuki e Hyundai. Finalidade: retirar placas, elevadores dos vidros e objectos deixados no seu interior.

Na sua acção, nada escapa à quadrilha. Alguns moradores, que preferiram não serem identificados, disseram ao Jornal Metropolitano de Luanda, que há assaltos em quase todos os quarteirões e que têm sido frequentes nos últimos tempos. "Todos os dias, há relatos de assaltos no Kilamba. Está difícil viver no Kilamba", disse um morador sob anonimato.

Os conhecidos "homens aranhas" parecem ter ressuscitado.

Há moradores que afirmam que muitos dos assaltantes escalam os apartamentos como se fossem "homens aranhas". Nem mesmo os gradeamentos das varandas representam segurança. "Por isso é que há vários apartamentos com gradeamentos".

O quarteirão X, por estar localizado nas proximidades de um terreno baldio, é outro dos locais preferidos dos meliantes. Depois de vandalizarem as viaturas e residências, na fuga, escondem-se no matagal existente no terreno baldio adjacente ao futuro edifício Autárquico de Belas.

"Não há segurança aqui", descreveram alguns dos moradores, que pediram maior intervenção da Polícia. Outra situação que inquieta os moradores da centralidade do Kilamba é a poluição sonora. Parece não existir regras. Moradores que, com beneplácito de vizinhos, realizam festas no perímetro adjacente dos edifícios.

O volume de som desrespeita as normas estabelecidas pelo estado. Em busca por uma solução, o pedido de socorro à Polícia nunca chega. "Devia estar proibido a realização de festas em jardins ou pátio dos edifícios", revela um dos moradores.

9.2 INAC regista 363 denúncias de violência

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2023

Texto: Yara Manuel

O Instituto Nacional da Criança (INAC) recebeu um total de 363 denúncias de violência contra a criança em todo o país, na semana finda, com destaque para as províncias de Luanda, Benguela, Malanje, Cunene e Zaire, informou, segunda-feira, a porta-voz da instituição.

Rosalina Domingos informou, ainda, que a província de Luanda teve 62 denúncias, tendo as principais ocorrências sido registadas nos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Icolo e Bengo e Kilamba Kiaxi.

No Icolo e Bengo, disse, o INAC recebeu a denúncia do abuso de um menor de dez anos, vítima de maus tratos por parte da tia. Para acabar com os actos de violência, o menor decidiu optar pelo suicídio. "Mas, o acto foi frustrado por um familiar. O caso está sob os cuidados do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e do Gabinete Municipal da Acção Social".

Em Luanda, referiu, uma jovem, de 18 anos, foi detida pela Polícia Nacional, por interromper uma gestação de 7 meses, com auxílio de uma amiga e posteriormente deitarem o feto. O caso, referiu, foi encaminhado para o Gabinete Municipal da Acção Social.

Abusos sexuais

No relatório da semana finda, explicou, o INAC recebeu uma denúncia sobre uma criança, de 12 anos, abusada pelo padrasto e outros adultos, que frequentavam a residência da menor, em Luanda. De acordo com a denúncia, os abusos contra a menor têm sido frequentes.

Na província de Benguela, continuou, a instituição teve um total de 52 denúncias, com destaque para duas de abusos sexuais, ocorridos nos municípios de Benguela e Lobito. Nos dois casos, as vítimas têm 17 anos. No Lobito, em particular, a vítima foi abusada reiteradas vezes, por um indivíduo, de 23 anos, tendo a acção resultado em gravidez.

No Cunene, avançou, uma adolescente, de 15 anos, foi abusada por dois indivíduos, quando regressava da escola, estando os acusados até ao momento foragidos.

O INAC, continuou, registou, na província do Zaire, três casos de abuso sexual, no município de Mbanza Congo, tendo como vítimas menores, de 10, 11 e 14 anos, mantidas em cativeiro, por um mês, na casa do agressor, de 25 anos. A situação, aclarou, já foi denunciada ao Serviço de Investigação Criminal.

Em Malanje, salientou, um indivíduo, de 26 anos, foi denunciado, pela esposa, por ter abusado sexualmente uma menor, de 16 anos, uma prática que era recorrente, de acordo com a família da menor.

No município de Moçâmedes, no Namibe, disse, tiveram um caso que envolve vários menores, de 5 a 17 anos, que vivem num centro de acolhimento para dependentes de drogas, onde eram amarrados e viviam em condições precárias. O caso é do domínio do Gabinete Municipal da Acção Social.

A porta-voz do INAC incentiva a cultura de denúncia, particularmente pela linha telefónica 15015, que é anónima, gratuita e confidencial, ou por meio do portal crianca.gov.ao.

9.3 Dados estáticos sobre violência doméstica em Angola são apresentados em plataforma

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2023

Texto: Yara Simão

O lançamento vai ser presidido pela ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, e é realizado no quadro das comemorações do Dia Internacional da Não Violência, que se assinala hoje, 2 de Outubro, com o objectivo de melhorar o registo de dados estatísticos e informações sobre a situação da violência em Angola, bem como de reforçar a implementação da Lei contra a Violência Doméstica.

A plataforma tem ainda como objectivo melhorar a interacção entre as instituições do ponto de vista de informação e dados, além de propor uma via de denúncia da violência.

Durante o acto vai decorrer um encontro da Comissão Multissetorial de Prevenção à Violência Doméstica em Angola, composto por vários ministros e governadores, em que será analisado todo o trabalho feito e criar-se-ão novas estratégias de contorno ao fenómeno, segundo o chefe do

Departamento de Prevenção e Protecção à Vítima de Violência Doméstica, baseada no género, Octávio Joaquim.

Octávio Joaquim sublinhou que o MASFAMU tem feito muitos esforços no sentido de providenciar mecanismos de denúncia de violência doméstica que podem ser através dos números 15015 SOS Criança e pela nova linha a ser apresentada hoje, o 15020, para denúncias de todo o tipo.

O responsável alertou que existem, ainda, os centros de aconselhamento familiar que funcionam nas administrações municipais, nas esquadras, e junto das autoridades tradicionais, para os que vivem nas zonas rurais. Acrescentou que a plataforma também terá uma componente para denúncias via online, através do portal. "Esperamos que, com o lançamento da plataforma, consigamos harmonizar, melhorar e ter dados de violência doméstica no país em tempo real".

O chefe do Departamento de Prevenção e Protecção às Vítimas de Violência Doméstica realçou que este fenómeno tem constituído a forma mais generalizada de violação dos Direitos Humanos, pondo vidas e relações humanas em risco constante, o que dificulta o progresso e o desenvolvimento humano e nas comunidades.

Octávio Joaquim informou que a falta de registo dos casos de violência doméstica no território nacional cria dificuldades na obtenção de dados globais que reflectam a dimensão deste fenómeno, implicando negativamente na concepção de projectos pontuais capazes de responder à situação, na avaliação do impacto na vida das famílias, na responsabilização criminal dos agressores e na identificação de zonas, grupos etários e períodos com maior prevalência no país.

Crime Zero

A ministra Ana Paula do Sacramento Neto, durante o encontro, vai tornar público o projecto "Crime Zero", que visa ocupar crianças e adolescentes em artes marciais. Recentemente, no lançamento da consulta pública do Projecto de Revisão da Lei 25/11, de 14 de Julho, Lei Contra a Violência Doméstica, a governante disse que o Executivo está atento à realidade conjugada com a necessidade de cumprir o disposto na Constituição.

Lembrou que tudo isso está estabelecido nos diplomas legais de carácter internacional, regional e comunitário ratificados, em matéria de prevenção, protecção e de assistência à família e, em especial, às vítimas de violência doméstica, como aprovou a Lei Contra a Violência Doméstica.

Ana Paula do Sacramento Neto anunciou que, desde a data da aprovação até hoje, já se foram 12 anos, reconhecendo que as sociedades são dinâmicas e à medida que o tempo passa os fenómenos sociais mudam de figurino e, por maioria de razão, alteram-se as exigências ou desafios impostos ao Governo.

Segundo a governante, o MASFAMU trabalha para reforçar as competências familiares por intermédio do resgate dos valores morais, empoderamento sócio-económico das famílias, com particular incidência para as mulheres, raparigas, crianças, idosos e pessoas com deficiência, bem como na eliminação de todas as formas de discriminação baseadas no género. "Concluimos que há razões bastantes que nos obrigam a proceder à revisão da Lei contra a Violência Doméstica, para que ela possa ser ajustada e conformada com os diplomas legais recentemente aprovados", disse Ana Paula do Sacramento Neto.

Registados perto de 26 mil casos em 2022

De acordo com a ministra, em 2022, nos centros de aconselhamento familiar das 18 províncias, o Instituto Nacional da Criança (INAC) registou 25.728 casos de violência doméstica, dos quais 17.725 foram praticados contra menores e 8.003 contra adultos. E deste universo, 15.935 foram contra a mulher e a menina, além de 10.138 contra homens.

A governante mostrou-se preocupada com os diversos tipos de violência a que maioritariamente as mulheres e crianças são submetidas, tais como a física (5.151 casos), a sexual (1.845), a psicológica (6.880) e a económica (9.949).

"Somos impelidos a reforçar ou melhorar urgentemente os mecanismos de resposta a este fenómeno, por intermédio da criação de um novo quadro legal assente na prevenção, protecção, assistência às vítimas de violência doméstica e capaz de assegurar, de forma mais eficiente, a responsabilização criminal do agressor e reabilitação social", defendeu a ministra.

Para a governante, a violência doméstica é um fenómeno complexo e de difícil combate, sobretudo porque ocorre, regra geral, intramuros, em ambiente fechado, precisamente no seio familiar, facto que inibe e leva a vítima a não denunciar o agressor, contribuindo para a impunidade e para uma espécie de criação de estímulo à repetição de tais práticas.

Ana Paula do Sacramento Neto disse que se está diante de um fenómeno cujo combate eficiente e exitoso requer o envolvimento e a participação activa da família, do Estado, das comunidades, das igrejas,

das Organizações Não-Governamentais (ONG) e da sociedade civil.

"É exactamente por essa razão é que procedemos ao lançamento da consulta pública de abrangência nacional, certos de que receberemos de todos os segmentos do país excelentes subsídios, necessários para o reforço e melhoria do regime jurídico do combate à violência doméstica, factor de instabilidade social e que em nada contribui para a tão almejada garantia e promoção da equidade e igualdade de género", reforçou.

O lançamento da consulta pública para a revisão da Lei Contra a Violência Doméstica vai ser realizado em todo o país, durante 60 dias.

10. AMBIENTE

10.1 Investidores e turistas estrangeiros avaliam potencialidades da região do Okavango

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2023

Texto: Lourenço Bule

O roteiro que vai abranger principalmente o Parque Nacional do Luengue-Luiana, tem como objectivo promover o turismo e identificar possíveis oportunidades de negócios e atrair mais investidores.

O coordenador da comitiva de investidores, Miquel Ribes, disse logo após a sua chegada ao parque nacional do Luengue-Luiana, que pretendem conhecer a realidade da fauna, flora e cultura da região angolana do Okavango e avaliar como fazer para promover as referidas potencialidades com a parceria da Agência Nacional para a Gestão da Região do Okavango (ANAGERO).

Miquel Ribes garantiu que depois de constatarem as potencialidades que a região oferece, vão continuar a manter contacto com a ANAGERO, para atrair turistas.

Disse que através da sua agência de viagem, denominada KANANGA, com sede em Barcelona (Espanha), irá promover as potencialidades turísticas da região angolana do Okavango, para atrair turistas e potenciais investidores.

"É muito importante para nós conhecermos a região angolana do Okavango, por ser potencialmente rica em biodiversidade", disse.

Acrescentou que para tal foi necessário empreenderem um grande esforço para saírem de Espanha para Angola, concretamente no município do Rivungo, província do Cuando Cubango.

Um dos integrantes da caravana, Xavier Aldekoa, jornalista do jornal espanhol "La Vanguardia" e da National Geographic, disse estar contente de estar em Angola pela segunda vez com a responsabilidade de promover além-fronteiras as potencialidades turísticas e da biodiversidade.

Xavier Aldekoa realçou que esta oportunidade é única de conhecer e divulgar as potencialidades angolanas por não serem praticamente exploradas, o

que suscita uma verdadeira curiosidade por parte de qualquer turista ou operadores turísticos.

Promoção da actividade turística

O administrador técnico da ANAGERO, Dikla Kiala, explicou ao Jornal de Angola que, o grupo de operadores turísticos e potenciais investidores irá entrar no território angolano por estrada pela fronteira de Bwabwata, no município do Dirico (Quando Cubango) e vai percorrer o roteiro turístico transfronteiriço que interliga as principais áreas turísticas de Bwabwata (Dirico), Jamba, Benorio, Boa Fé e Bico de Angola (Rivungo).

Os operadores turísticos e potenciais investidores querem realizar de forma particular o sonho de visitar a componente angolana do projecto Okavango/Zambeze (KAZA) considerada por muitos o segredo mais bem guardado da natureza em termos de vida selvagem.

"A pretensão é estabelecer uma parceria com a Agência Nacional para a Gestão da Região Angolana do Okavango, para a promoção de visitas turísticas na nossa região do projecto KAZA", disse Dikla Kiala.

A região angolana do Okavango, representa o maior potencial turístico e tem despertado o interesse de operadores turísticos e potenciais investidores que desejam conhecer as potencialidades e oportunidades de negócios.

Dikla Kiala considerou que estas visitas de potenciais investidores, são sinónimos do grande interesse do mercado turístico regional pela componente angolana do Okavango, porque muitos turistas estão ávidos de conhecer novos atractivos turísticos e não só, o que a parte angolana actualmente oferece.

Anunciou que nos próximos tempos, a região angolana do Okavango ganhará vários investimentos estrangeiros. Acrescentando que, nesta altura, seis investidores já mostraram o interesse em investir na área, principalmente nos sectores do turismo e agronegócio.

"Temos recebidos muitas solicitações por parte de turistas nacionais e estrangeiros que pretendem investir na região angolana do Okavango, para que ela possa ombrear de igual para igual com outros países integrantes do projecto Okavango/Zambeze, nomeadamente a Namíbia, Botswana, Zimbabwe e a Zâmbia", destacou.

Postos fronteiriços

Fez saber ainda que já existe uma comissão bilateral Angola-Namíbia que está a tratar da construção de quatro Postos Fronteiriços na Região do Okavango, nomeadamente Bwabwata, Bico de Angola, Mucusso e Dirico.

Explicou que a construção dos referidos postos fronteiriços são a condição sine qua nom para o aproveitamento de todo o potencial turístico da região, porque vai permitir que os turistas internacionais circulem entre Angola e Namíbia sem necessidade de uma autorização especial como acontece actualmente.

10.2 Elisal vai adquirir barcos para a limpeza das praias

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2023

Texto: Alberto Quiluta

A informação foi dada ao Jornal de Angola pelo director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da empresa, Nelson Pascoal, para quem a meta é ajudar a reduzir a poluição marítima, gerada pelo uso descontrolado de plástico no país. "A chegada das primeiras unidades, oriundas dos Emirados Árabes Unidos, está prevista entre Dezembro deste ano e Janeiro do próximo", explicou.

Para o director, há cada vez mais necessidade de limpar os mares do país. "Estamos a colocar barreiras ecológicas nas praias de Luanda, para impedir que o lixo chegue até grandes distâncias no mar. É também uma forma de facilitar a recolha dos resíduos".

Com a aquisição dos barcos, adiantou, vai ser possível limpar os mares com meios próprios. Os funcionários da Elisal já estão a ter uma formação para operar as máquinas, cujos custos preferiu não anunciar. "Os meios são parte da iniciativa do Executivo para garantir a protecção do ambiente e da vida marítima".

A empresa de saneamento, avançou, adquiriu, igualmente, 20 carros de fumigação para o combate a vários vectores causadores de doenças como a malária e a dengue.

A Elisal foi constituída a 29 de Junho de 1991, com o objectivo de cobrir um vazio resultante da ausência de uma instituição adequada para a realização de limpeza e manutenção da rede de saneamento de Luanda. Este ano, de forma a melhorar a questão do

saneamento básico da capital, a empresa recebeu 75 camiões compactadores, quatro camiões guindaste e igual número de camiões cisterna.

Campanhas

A questão da limpeza das praias tem sido a razão da realização de várias campanhas conjuntas, promovidas por organizações, associações e indivíduos particulares, geralmente por ocasião de algumas efemérides.

As campanhas de limpeza têm sido feitas também para sensibilizar a população sobre a importância da preservação do ambiente. Ao recolher o lixo das praias, muitos, para os ambientalistas, vão saber os prejuízos que causam.

Segundo dados divulgados pela ONU, estima-se que entre 5 e 12 milhões de toneladas de plástico encham os oceanos anualmente, o que origina a morte de mais de um milhão de aves marinhas (90 por cento das quais ao ingerirem plástico) e 100 mil tartarugas, focas e baleias, além de um imenso número de peixes.

10.3 País perde anualmente taxa florestal considerável

Jornal Luanda

2 De Outubro de 2023

Texto: Fátima Quifca

O estudo, lançado na última quarta-feira (21), revela que o país perdeu, nos últimos dez anos, uma taxa florestal de 332.982 hectares, por ano, representando 27.749 hectares por mês e 925 hectares por dia. Os dados levantados identificam os municípios de Moxico, Bundas e Menongue como os mais afectados, simbolizando a vulnerabilidade de violação pelas questões ambientais.

Federica Pilia, consultora em Ambiente e Direitos Humanos, indicou as províncias do Moxico e Cuando Cubango como o foco do estudo, em virtude de estarem a passar por fenómenos de seca, progressão de ravinas e deslizamento de terra nunca verificados.

"A poluição do ambiente está afectar estes territórios e somando a outros eventos, como contaminação dos rios, criando uma bomba epidemiológica muito consistente". A especialista mencionou a questão das florestas, realçando que o bom ambiente depende, também, da vegetação presente naqueles territórios, formando um microclima saudável.

As alterações climáticas e a degradação do ambiente chegam a criar maior indício de dificuldades no acesso aos direitos ambientais e humanos, salientou, o que, disse, aumentam a vulnerabilidade da pobreza social, agravando a desigualdade do género.

Os estudos e bibliografia, clarificou, indicam que as mulheres e crianças como os grupos mais vulnerável no momento de crise às receções climáticas, contribuindo, negativamente, não mudança social significativa.

"Há uma incerteza do futuro, não se sabe se os filhos do Moxico vão ter uma melhor situação social em relação aos pais, já que estamos a degradar o ambiente com acções irresponsáveis", disse.

CHUVA DESMATAMENTO E QUEIMADAS

A desflorestação acelera e a degradação ambiental são apontadas no estudo como consequências directa à segurança alimentar, no poder de compras, no acesso à água, nas condições de habitação e saúde das comunidades. Um dos sectores a ressentir os danos dessas alterações no ambiente é agricultura acelerante.

O estudo indica que a imprevisibilidade da chuva, desmatamento, queimadas, provocam terrenos inférteis, levando as pessoas a procurarem outros terrenos e focais onde recomeça, praticamente, tudo de novo.

O aumento da temperatura cria e estimula novas pragas que, localmente, não estão habituados a gerir, afecta as condições e vida. A província do Moxico, por exemplo, com o rio poluído, as pessoas ficam doentes e por não terem um acesso às condições básicas torna-se numa situação crítica.

O estudo recomenda que as organizações sociais trabalhem, em conjunto, e defendam aquilo que as gerações actuais estão a deixar, melhorando a capacidade de advocacia, mas, também, de informação sobre os direitos ambientais e humanos.

10.4 Vice-presidente da República convidada para madrinha do projecto "cidade ecológica do Huambo"

Jornal OPAÍS

6 De Outubro de 2023

Texto: Constantino Eduardo

O projecto do Huambo «Capital Ecológica» tem como epicentro o renascimento do jardim botânico, vulgarmente conhecido por 'estufa', ao que se junta,

igualmente, a ribeira da Granja, uma estrutura mista com a componente de drenagem de águas pluviais das partes alta e baixa e de uma nascente, que ajuda a aduzir a água na lagoa.

"Que também tem uma função pitoresca, para além das outras que nós temos e conformam as águas neste canal, que acaba sendo um fundo de vale. Se entendermos que o objecto é trazeremos "Huambo Capital Ecológica" de volta, a província está a fazer um trabalho digno de realce que tem a ver com o reflorestamento", explicou o vice-governador à Vice-PR, tendo adiantado que, para a materialização desse projecto, o governo local se vale de protocolos firmados com o Projecto Reforma Floresta, na perspectiva de recompor os polígonos urbanos florestais.

"Refiro-me não só ao Calombula, Sacahala, Deolinda Rodrigues e todos outros espalhados por dentro. Esse projecto vai permitir que, olhando um pouco para aquilo que são os nossos instrumentos de ordenamento, que orientam sempre que cada indivíduo, qualquer que seja o projecto, tenha 30 por cento de verde, também podemos associar ao Programa Nacional da Normalização Ambiental (...) poder capacitar as pessoas, no sentido de todos os municípios poderem ter os seus 30 por cento de verde", sustenta.

Elmano Inácio prevê dificuldades na implementação do projecto devido àquilo que qualifica de actuação de cidadãos nas florestas quer urbanas, quer rurais, elencando, essencialmente, três factores. O primeiro tem a ver com o aspecto económico, que passa pelo abate de árvores para a produção de carvão; o segundo está relacionado com a preparação de terras, ao passo que o terceiro se refere à utilização dos espaços para a caça de animais.

"Ou seja, se é essa a nossa cultura, por um lado nós danificamos a biodiversidade, consequentemente perdemos os nossos ecossistemas. No domínio dos resíduos como tal, as nossas estratégias actuais para o desenvolvimento desta matéria ainda são, de facto, incipientes ... Ainda temos insuficiência de toda a natureza ", reconhece governante. Entretanto, o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas assinala a existência de um projecto de construção de aterro sanitário - que ia já na ordem de 90 por cento do grau de execução, mas que, hoje, devido ao estado de vandalização, baixou para 75.

"É um aterro que está a ser discutido até ao nível da valorização dos resíduos, sendo certo que a província tem vindo a discutir já as questões manifestas de recolha selectiva", pontualizou.

Fornecimento de água ao CAFU risco

À Vice-Presidente da República, o vice-governador do Huambo apresentou preocupação relativa à danificação da nascente do rio Cunene, no município da Chicala Choloanga, aldeia de Talulua, facto que, segundo disse, está a condicionar a produção de água. Hoje, sustenta o governante, o líquido que se produz é ligeiramente inferior se comparado ao período natural da aludida nascente.

Fontes de crédito do Governo Provincial do Huambo juntaram -se voz da Loti Nolika e ressaltaram que, se o Governo Central não puser termo à forma de exploração na nascente, o CA- FU, projecto de transferência de água, de iniciativa do Presidente da República, João Lourenço, poderá ficar sem água.

O projecto, inaugurado pelo PR em 2022, custou aos cofres do Estado cerca de USD 130 milhões, daí que fontes tenham colocado o acento tónico justamente nesse quesito e sugerido ao Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, que tem Diamantino de Azevedo à cabeça, acção tendente à normalização.

10.5 Chuva deixa ao relento cerca de 300 famílias

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2023

Texto: António Capitão

As fortes chuvas que se abateram sobre a província do Uíge, na semana passada, deixaram ao relento cerca de 300 famílias.

Além de residências, as chuvas destruíram, também, instituições públicas e derrubaram árvores em várias localidades, segundo dados preliminares fornecidos pelas autoridades das regiões mais afectadas.

No município do Uíge, segundo avaliações preliminares, as chuvas destruíram 84 casas, sendo 48 na aldeia Mateus e 36 na aldeia Kakengue, a 11 e 10 quilómetros da cidade do Uíge, onde várias famílias perderam os seus bens e pedem apoio da sociedade e das autoridades administrativas.

Ainda no município do Uíge, uma viatura ligeira de marca Toyota ficou totalmente destruída, depois de ter sido atingida por uma árvore de grande porte, derrubada pela ventania, junto ao Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE), quando o condutor decidiu parquear até que a chuva parece. O jovem e o acompanhante saíram ilesos.

No município do Bungo, as chuvas destruíram 38 casas, na aldeia Kiputo. O soba João Domingos conta que as chuvas, acompanhadas por fortes ventos, duraram 15 horas.

A administradora municipal do Bungo, Maria Francisco, esteve na localidade para constatar o nível de destruição e disse estarem a ser mobilizados recursos para acudir os sinistrados.

"O nível de destruição ocorrido na aldeia Quiputo transcende as capacidades da Administração Municipal do Bungo para acudir as famílias. Vamos solicitar o apoio do Governo Provincial para podermos, em conjunto, solucionar os problemas da população", disse a administradora municipal.

Milunga e Quitexe

No município de Milunga, as chuvas da semana passada deixaram ao relento 200 famílias, sendo as aldeias Havemos de Voltar, Kimulaza e Matembele as mais afectadas, estando as vítimas à espera de apoio.

Na aldeia Kimulaza, o soba Zacarias Muanza confirma a destruição de 45 casas, sendo as vítimas acolhidas por familiares.

"As chuvas foram muito fortes e acompanhadas de ventos, nem os barrotes devidamente fixados às paredes resistiram. O tecto, feito por 45 chapas de zingo, foi levantado como se fosse um disco", disse Zacarias Muanza, uma situação também vivenciada por Maria Jorge que pede ajuda na Administração Municipal.

Na comuna do Cambamba, no município de Quitexe, foram destruídas dez casas em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região. O administrador comunal em exercício, Alberto Domingos, garantiu estarem a ser criadas as condições para apoiar as vítimas.

"As vítimas das chuvas encontram-se acolhidas em casas de familiares. Entre as casas afectadas, sete ficaram sem cobertura e três totalmente destruídas", referiu.

Avaliação dos danos

Para avaliar os danos causados pelas chuvas, a Administração Municipal do Uíge criou uma comissão multisectorial que trabalha nas áreas mais afectadas.

A inspectora-chefe-bombeiro Aleluia Pedro, segunda comandante municipal do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), disse que os números

reportados são provisórios, porque faltam dados de outras localidades afectadas pela chuva.

"O SPCB tem sensibilizado a população no sentido de abandonar as áreas de risco e acatar as medidas de prevenção, para que não se registem situações idênticas", disse.

Apoio da Acção Social

A directora municipal da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Luísa Valentina, disse que, numa primeira fase, vão ser distribuídas chapas de zinco para que as famílias possam reerguer as casas destruídas pela chuva.

10.6 Ravinas estão a ser estancadas

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2023

Texto: Adão Diogo e Kamuanga Júlia

Os resultados dos trabalhos, em curso há seis meses, a cargo da empreiteira Sete Cunhas, estão à vista de quem passa junto à antiga vala larga e profunda, aberta pelas águas das chuvas.

No antigo eixo principal entulhado com arte, está a ser construída uma vala de betão, a céu aberto, com degraus, criados em função do desnível do solo, para regular a velocidade da água, e seis ramificações que nela desembocam. O encarregado de obras, Figueiredo Talamaku, disse à reportagem do Jornal de Angola que as chuvas vão determinar a eficiência dos trabalhos executados e sugere iniciativas para eventuais alterações na zona, onde a construtora identificou outras "vias naturais" de passagem de água.

Um efectivo de 35 trabalhadores, entre operadores de máquinas, pedreiros, ferreiros e carpinteiros, actua, em simultâneo, na edificação de uma das ramificações. A estabilização de taludes compreende acções de revestimento da superfície, vegetação especial e estruturas para prevenir deslizamento de solos e outras manifestações naturais destrutivas.

Figueiredo Talamaku destacou o ânimo no seio da equipa acoçada diariamente por insultos e provocações, com rótulos de tribalismo e ameaças. "Invadem espaços com acesso de trânsito limitado por força das obras em execução, desvalorizam o trabalho com críticas sem fundamento e algumas crianças chegam mesmo a lançar objectos em jeito de afronta à equipa concentrada no trabalho".

O encarregado de obras apela à Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) para intervir

com urgência na estabilização de uma das torres de condução de cabos eléctricos, na linha que alimenta o bairro. Avança a necessidade de a ENDE enviar, igualmente, para o local, uma equipa, a fim de avaliar o risco da passagem da linha junto à vala de condução de água.

Sentada com a família à sombra de uma mangueira, no recinto aberto da sua casa, a moradora Nelita Issala destaca "a segurança devolvida aos habitantes", que nos anos anteriores temiam pelo arrastamento de moradias e outras infra-estruturas devido à força da água das chuvas".

Apontando o dedo para a zona onde a vala avança, explica que tudo "isso era uma mata e o barulho da água tirava o sono". A dona de casa enaltece os trabalhos em curso e apela à colaboração de todos, principalmente dos que criam constrangimento às equipas de trabalho.

Requalificação de passeios e valas de drenagem

Automobilistas, mototaxistas e transeuntes elogiam a empresa OMATAPALO pela celeridade na construção de passeios e resguardos junto às valas de drenagem, que devolveram segurança e conforto na circulação de pessoas e veículos na via Candembe/centro da cidade de Saurimo.

Durante uma ronda efectuada pela equipa de reportagem do Jornal de Angola foram encontrados trabalhadores da referida empresa a fazer acabamentos em lancis.

O funcionamento de candeeiros de iluminação pública, dotados de sistemas fotovoltaicos, afasta o medo e convida os transeuntes a um passeio nocturno, sobre um pavimento sólido, nivelado e limpo, segundo o jovem Pedrito Ntete, que mora nas imediações.

Pedrito Ntete lembra os embaraços vividos no passado por falta de passeios, iluminação e acidentes frequentes pelo facto de a via ser estreita. Com o trabalho feito, o munícipe apela às estruturas competentes a realização de limpeza regular à vala de drenagem, sobretudo na época chuvosa, para evitar inundações, que, em anos anteriores, arrastaram utentes e inviabilizavam a circulação.

Mototaxista há mais de dois anos, Messias Txeleca ressalta a fluidez do trânsito e a segurança de peões na via movimentada, devido à presença do maior mercado da província. Os adolescentes Anselmo Gerão e Júlia Paciência, falam em "novos tempos", trazidos pela reabilitação da estrada que "antes dava medo andar de lado ou atravessar".

Tentativas feitas para obter mais dados sobre a empreitada a partir dos estaleiros da OMATAPALO fracassaram, por alegada ausência de fonte autorizada para fazer pronunciamentos à imprensa.

10.7 Sector Florestal com peso de 0,8 por cento no PIB

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2023

Texto: Ana Paulo

Com uma participação de 0,8 por cento na formação do Produto Interno Bruto, o sector florestal tem potencial para expandir essa participação em até 5,00 por cento, disseram ao Jornal de Angola fontes da indústria madeireira que, segunda-feira, anunciaram o 1º Simpósio de Negócios sobre Produção de Móveis e Transformação da Madeira, sábado, em Luanda.

Especialistas do sector público e privado, incluindo representantes do Ministério da Agricultura e Florestas e membros da Associação Nacional das Indústrias Madeiras de Angola juntam-se para "uma análise profunda sobre a realidade do país" no domínio da exploração e transformação florestal, de acordo com as fontes.

A administradora executiva da organização que promove o evento, a Sociedade Acto Internacional, Vânia Frederico, disse que, com a reunião, pretende-se ouvir dos especialistas, empresários, produtores e consumidores, facto do comportamento do sector e dos padrões de consumo no mercado angolano.

A Sociedade Acto Internacional é uma organização de direito angolano vocacionada para a consultoria empresarial, estudos de mercado, planeamento, estratégia, gestão e compliance.

Vânia Frederico realçou que o objectivo da empresa é estabelecer estatísticas reais do sector da móveis e transformação da madeira, para apoiar e facilitar tanto o investidor quanto o Governo na determinação de dados, principalmente, sobre o comportamento actual do mercado.

Os temas escolhidos afiguram-se de grande importância, porque, na questão da móveis, é sabido que a maior parte da que é transaccionada no mercado nacional é de importação, afectando a competitividade da oferta produzida em Angola, disse Vânia Frederico.

Nesse domínio, a administradora da Sociedade Acto Internacional defende ser necessário analisar os principais desafios do sector para que o produtor

local seja mais competitivo e estratégico em matéria de produção, distribuição e estratégia de venda da móveis e madeira.

Além do tema da móveis, o simpósio vai focar-se também no processo de transformação da madeira, uma vez que o país é exportador desde há vários anos, detendo produtos muito valorizados no mercado chinês.

A fonte destacou, ainda, o caso da exportação da madeira, regido por um diploma legal que proíbe a exportação da madeira por um período de três anos, um aspecto cujos principais objectivos e eficácia os especialistas da Acto Internacional querem ver determinados à luz da estratégia do Executivo e do empresariado nacional.

"É preciso saber o que o país exporta e que está cada vez mais com menos floresta", sendo necessário saber o que realmente está a ser feito com a madeira nacional, afirmou.

"Este evento é uma oportunidade não só apenas para a recolha de dados, mas também, para maior organização e dinamizar o associativismo dos intervenientes", frisou Vânia Frederico, que frisou a importância do aprofundamento de estudos de campo para melhor informação sobre as empresas que operaram, importam e exportam, volume de negócio, entre outros aspectos.

O Ministério da Agricultura, empresários, produtores, da Associação Nacional das Indústrias e Madeiros de Angola, gestores empresariais, consultores, carpinteiros, entre outros.

"País debate-se com contabilização da riqueza"

Uma das organizações que participa no simpósio é a Associação Nacional dos Industriais e Madeiros de Angola de Angola (ANIMA), cujo presidente, José Veríssimo, considera ser importante uma reavaliação da contribuição de toda a cadeia de valor dessa indústria, para se aferir se, realmente, o país está no bom caminho.

José Veríssimo reconhece que há um grande trabalho por se fazer para se chegar ao estágio do desejável para a indústria nacional da madeira, bem como ser necessário que a riqueza produzida beneficie a economia do país, melhore e contribua para a satisfação das necessidades das populações.

A associação é constituída por 90 membros, disse, acrescentando que, apesar de, oficialmente, não haver dados disponíveis, tem estudos próprios a apontarem para que o sector florestal tenha uma contribuição de cerca de 0,8 por cento do PIB, ao mesmo tempo que

potencial para elevar essa participação para 5,00 por cento.

"O país ainda se debate com o problema de contabilização de certa riqueza que não entra no PIB, e, aqui, refiro-me ao caso de carvão, mel, frutos silvestres e mesmo da produção do garimpo de madeira, que não pode ser subestimada", frisou.

Outro grande problema do sector reside na materialização dos instrumentos jurídicos, na sua execução para que a riqueza produzida ajude a melhorar as condições de vida dos angolanos.

10.8 Sector Florestal com peso de 0,8 por cento no PIB

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2023

Texto: Ana Paulo

Com uma participação de 0,8 por cento na formação do Produto Interno Bruto, o sector florestal tem potencial para expandir essa participação em até 5,00 por cento, disseram ao Jornal de Angola fontes da indústria madeireira que, segunda-feira, anunciaram o 1º Simpósio de Negócios sobre Produção de Móvel e Transformação da Madeira, sábado, em Luanda.

Especialistas do sector público e privado, incluindo representantes do Ministério da Agricultura e Florestas e membros da Associação Nacional das Indústrias Madeiras de Angola juntam-se para "uma análise profunda sobre a realidade do país" no domínio da exploração e transformação florestal, de acordo com as fontes.

A administradora executiva da organização que promove o evento, a Sociedade Acto Internacional, Vânia Frederico, disse que, com a reunião, pretende-se ouvir dos especialistas, empresários, produtores e consumidores, facto do comportamento do sector e dos padrões de consumo no mercado angolano.

A Sociedade Acto Internacional é uma organização de direito angolano vocacionada para a consultoria empresarial, estudos de mercado, planeamento, estratégia, gestão e compliance.

Vânia Frederico realçou que o objectivo da empresa é estabelecer estatísticas reais do sector da móvel e transformação da madeira, para apoiar e facilitar tanto o investidor quanto o Governo na determinação de dados, principalmente, sobre o comportamento actual do mercado.

Os temas escolhidos afiguram-se de grande importância, porque, na questão da móvel, é sabido

que a maior parte da que é transaccionada no mercado nacional é de importação, afectando a competitividade da oferta produzida em Angola, disse Vânia Frederico.

Nesse domínio, a administradora da Sociedade Acto Internacional defende ser necessário analisar os principais desafios do sector para que o produtor local seja mais competitivo e estratégico em matéria de produção, distribuição e estratégia de venda da móvel e madeira.

Além do tema da móvel, o simpósio vai focar-se também no processo de transformação da madeira, uma vez que o país é exportador desde há vários anos, detendo produtos muito valorizados no mercado chinês.

A fonte destacou, ainda, o caso da exportação da madeira, regido por um diploma legal que proíbe a exportação da madeira por um período de três anos, um aspecto cujos principais objectivos e eficácia os especialistas da Acto Internacional querem ver determinados à luz da estratégia do Executivo e do empresariado nacional.

"É preciso saber o que o país exporta e que está cada vez mais com menos floresta", sendo necessário saber o que realmente está a ser feito com a madeira nacional, afirmou.

"Este evento é uma oportunidade não só apenas para a recolha de dados, mas também, para maior organização e dinamizar o associativismo dos intervenientes", frisou Vânia Frederico, que frisou a importância do aprofundamento de estudos de campo para melhor informação sobre as empresas que operaram, importam e exportam, volume de negócio, entre outros aspectos.

O Ministério da Agricultura, empresários, produtores, da Associação Nacional das Indústrias e Madeiros de Angola, gestores empresariais, consultores, carpinteiros, entre outros.

"País debate-se com contabilização da riqueza"

Uma das organizações que participa no simpósio é a Associação Nacional dos Industriais e Madeiros de Angola de Angola (ANIMA), cujo presidente, José Veríssimo, considera ser importante uma reavaliação da contribuição de toda a cadeia de valor dessa indústria, para se aferir se, realmente, o país está no bom caminho.

José Veríssimo reconhece que há um grande trabalho por se fazer para se chegar ao estágio do desejável para a indústria nacional da madeira, bem como ser necessário que a riqueza produzida beneficie a

economia do país, melhore e contribua para a satisfação das necessidades das populações.

A associação é constituída por 90 membros, disse, acrescentando que, apesar de, oficialmente, não haver dados disponíveis, tem estudos próprios a apontarem para que o sector florestal tenha uma contribuição de cerca de 0,8 por cento do PIB, ao mesmo tempo que potencial para elevar essa participação para 5,00 por cento.

"O país ainda se debate com o problema de contabilização de certa riqueza que não entra no PIB, e, aqui, refiro-me ao caso de carvão, mel, frutos silvestres e mesmo da produção do garimpo de madeira, que não pode ser subestimada", frisou.

Outro grande problema do sector reside na materialização dos instrumentos jurídicos, na sua execução para que a riqueza produzida ajude a melhorar as condições de vida dos angolanos.

10.9 Ambientalista critica quantidade de plástico descartado no mar

Jornal de Angola

Texto: Carla Bumba

25 De Outubro de 2023

De acordo com o ambientalista, 12 milhões de toneladas é a quantidade de plástico a ser descartada no ambiente até 2050, caso o consumo não seja reduzido. "Actualmente o número de garrafas de plástico compradas a cada minuto é de um milhão, enquanto o de sacos de plástico descartáveis utilizados no mundo é de 500 biliões".

Angola, em particular, disse, produziu e distribuiu, em 2022, mais de quatro biliões de sacos plásticos, utilizados, principalmente, como sacolas nos supermercados. "São números muito alarmantes, pelo facto do plástico ter até 400 anos para se decompor no ambiente", lembrou.

Com base nos dados da Agência Nacional de Resíduos, o ambientalista adiantou que o plástico é das matérias mais utilizadas actualmente como matéria-prima, para vários produtos em todo o mundo. "Geralmente, grandes quantidades de resíduos são descartadas diariamente e muitos são lançados, erradamente, no meio ambiente. As pessoas não sabem que o consumo e descarte impróprio de plástico causa grande poluição".

Em relação à consciencialização sobre o perigo do plástico, Nuno Cruz disse que hoje a preocupação está em torno dos plásticos, sobretudo os de uso

único, mais difíceis de reciclar. "Estes materiais não são reciclados no país, até ao momento, logo são propensos a serem deitados no ambiente, inclusive no mar", acrescentou.

A ciência, avançou, tem demonstrado que os oceanos estão extremamente poluídos com resíduos plásticos, pois cerca de 80 por cento da poluição marinha é provocada por resíduos plásticos. "Hoje já há um alerta, a nível mundial, sobretudo das Nações Unidas, para se contrapor tal prática".

Para o ambientalista, devido à actual quantidade de plásticos nos oceanos, caso a realidade não seja invertida, até 2050, haverá mais destes materiais no mar do que peixes.

Reciclagem

A realização da reciclagem de produtos é, referiu, das estratégias mais eficientes, para evitar a poluição e proteger o ambiente. "A reciclagem permite transformar o plástico num outro produto, evitando que seja descartado no meio ambiente e desta forma reduzir a extracção de recursos naturais".

Nuno Cruz acredita ainda que seja possível reutilizar produtos feitos a partir do plástico de diferentes formas. "Devido à percepção do nível de degradação ambiental de algumas organizações e ambientalistas, já é possível, hoje, ver mudanças na forma de utilizar os produtos compostos por plástico", destacou.

Cuidado no consumo

O nutricionista Otoniel Graça defende um maior cuidado no consumo dos produtos e nomeadamente determinados alimentos, em especial aqueles oriundos do mar. "É preciso eliminar ou substituir, aos poucos, os artigos descartáveis por modelos duráveis".

Um dos maiores inimigos do ambiente, recordou, é o plástico de uso único, que é difícil de reciclar. "É preciso, também, alertar as comunidades para o impacto negativo do uso do plástico, sobretudo a sacola de plástico não reutilizável, muito comum nos supermercados", frisou.

10.10 Cerca de 12 mil famílias vivem em zonas de risco

Novo Jornal

27 De Outubro de 2023

Cerca de 12 mil famílias, que correspondem a um total de 60 mil pessoas, residem em zonas de risco, propensas a inundações e progressão de ravinas

durante a época chuvosa, nos nove municípios da província do Kuando-Kubango. A informação foi avançada pelo porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), Albano Cutarica, ao Jornal de Angola.

O responsável explica que o município de Menongue é a região da província com um número elevado de zonas consideradas de risco, com maior realce para as áreas ribeirinhas nos bairros Azul, Feira, São Pedro, Caimanero, Pandera, Bom Dia e 45 casas. O porta-voz explica que apesar do perigo que estas áreas apresentam, muitos cidadãos insistem em erguer as residências nestes locais.

Albano Cutarica fez saber que para minimizar a situação, o SPCB está a promover uma campanha de sensibilização para esclarecer os cidadãos sobre os perigos a que estão expostos.

No passado mês de Setembro, as primeiras chuvas da nova época, deixaram um rasto de destruição a província com um balanço de destruição de 94 residências, três igrejas e igual número de postes de média tensão.

Como consequência mais de 470 pessoas ficaram desalojadas e três feridas com gravidade. Na altura, Albano Cutarica, referiu que muitas das famílias afectadas já tinham sido desalojadas o ano passado e apoiadas com materiais de construção, porém, as mesmas insistem em permanecer em zonas de risco.

10.11 Chuvas desabam escola e deixa sete crianças feridas no Cuando Cubango

Jornal OPAÍS

27 De Outubro de 2023

Texto: Jaime Tabo

A informação foi avançada ao jornal OPAÍS pelo chefe do Departamento de Comunicação Institucional e Imprensa do SPCB - Cuando Cubango, 3º subchefe bombeiro Albano Cutarica, que esclareceu que os menores estão com idades compreendidas entre 10 e 14.

"Foi numa escola, onde sete menores com idades compreendidas entre 10 e 14 anos ficaram com ferimentos ligeiros e algumas escoriações em várias partes do corpo, em função de terem sido atingidos com alguns objectos, no momento do desabamento da parede dessa escola e a descobertura do tecto", avançou.

As crianças foram socorridas para Hospital Geraldo Cuando Cubango pelas forças do SPCB, no sentido de receberem tratamento médico. Porém, o porta-voz desse órgão do Ministério do Interior (MININT) garantiu que "em função dos ferimentos que foram considerados ligeiros, terão recebido alta médica".

Os factos deram-se na última Quarta-feira, 25, em consequência das chuvas que considerou moderadas, mas, realçou, acompanhadas de fortes ventos, trovoadas e relâmpagos entre as 14 e 17 horas.

As mesmas chuvas provocaram ainda a destruição de 11 residências, duas igrejas, que sofreram desabamento, além de 17 barracas, no Campo da Banca, principal espaço das grandes festividades da província, e urna tenda de estacionamento no centro da sede provincial.

Na feira, um jovem de 27 anos foi atingido por uma pedra, durante os fortes ventos que se observaram na província do Cuando Cubango, mas, acredita que com a actualização da informação a ser feita posteriormente, os dados poderão subir.

"Nós tivemos o registo de 17 barracas, no Campo da Banca, que acolhe as comemorações das festas da cidade; tivemos destruição de 11 residências, e, também, tivemos o registo de duas igrejas desabadas", acrescentou.

A província do Cuando Cubango tem sido uma das mais afectadas no país pelas quedas pluviométricas sobre aquela região. De acordo com dados do SPCB, no princípio deste ano, mais de 75 residências foram destruídas em consequência das chuvas que caíram com intensidade.

Pelas mesmas causas, no primeiro trimestre deste ano, naquela província, mais de 350 pessoas foram desalojadas.

10.12 O impacto dos plásticos na sociedade

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2023

Tal como os mares, cujo rácio de plásticos começa a aproximar-se, perigosamente, do número de peixes e com perspectivas de o ultrapassar, segundo projecções das Organizações Internacionais, poderemos enfrentar a mesma realidade com os solos.

Vale lembrar que uma das práticas reprováveis, presentes nas nossas comunidades, relativamente ao tratamento do lixo, consiste em enterrá-lo sempre com a presença inevitável de plásticos, o que tende a comprometer os solos.

Daí termos feito referência à ameaça, à segurança e à sustentabilidade ambiental, razão pela qual urge mudar o presente quadro de contínuo uso de plásticos de Cabinda ao Cunene.

Há dias, a Comissão Multidisciplinar para Elaboração do Plano Nacional de Banimento de Plásticos, reuniu para apresentar os planos e mecanismos de redução do uso de plásticos no país, uma realidade interessante e urgente de se lhe abordar.

Diz-se que o encontro, presidido pela ministra do Ambiente, Ana Paula de Carvalho, serviu para a apresentação e debate dos planos de comunicação, advocacia e sensibilização, bem como de programas de visitas às indústrias e passar experiências de outros países na redução do uso de plásticos.

Na verdade, já começámos, aqui, com algumas iniciativas encorajadoras, como a diligência avançada em tempos pelo Governo Provincial do Bengo e a intenção manifestada em Luanda, igualmente, pela governação, no sentido de proibir o uso de sacos de plástico.

Em todo o caso, acreditamos que é importante, tal como constou do encontro da Comissão Multidisciplinar para Elaboração do Plano Nacional de Banimento de Plásticos, que se comece por um amplo processo de sensibilização e educação que permitirá as comunidades, famílias e pessoas singulares reflectirem, seriamente, sobre a insustentabilidade do uso de plásticos, em termos ambientais.

Colher a experiência de países que evoluíram nesta matéria e, no que for aplicável para a realidade angolana, ponderar a adaptação em Angola, pode ser uma saída.

O importante é que se comece já um processo de informação, sensibilização e consciencialização generalizada sobre as consequências, no longo prazo, do contínuo uso de plásticos na nossa sociedade.

10.13 Dez mil imóveis construídos nas linhas de água

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2023

Texto: António Cristóvão

Um total de dez mil imóveis foi construído sobre as linhas de água pluviais na província de Luanda, disse, ontem, à imprensa, a directora da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL), durante uma conferência de imprensa realizada na sede do GPL.

Zenilda Mandinga garantiu que os efeitos desta acção se têm confirmado durante a época das chuvas, com desabamentos de casas, deslizamentos de terras, o arrasto de pessoas e bens, com realce para mortes de crianças e adultos, como consequência da obstrução das linhas de água.

Para a engenheira Mandinga, este é um factor preocupante por causar a obstrução da passagem de água para o mar e provocar o aumento do nível, acto que resulta em consequências nefastas para as construções erguidas nestes locais. O depósito de resíduos sólidos nestas linhas de água e noutros órgãos de drenagem, disse, é, também, um dos causadores dos arrastos de pessoas e bens para as valas de drenagem e, consequentemente, ao mar.

Nesta fase, referiu, o GPL e as Comissões de Moradores estão a realizar um trabalho de sensibilização nos bairros junto às valas de drenagem para desencorajar os munícipes de depositarem o lixo nestes espaços.

"A sensibilização é perene. O programa tem agora uma forte componente de educação porta a porta. Apelamos, também, à contribuição da Comunicação Social neste sentido, para termos esse programa cada vez mais próximo e com um nível de eficiência", disse a directora, crente no sucesso da execução do Programa de Manutenção da Macro e Microdrenagem da Província de Luanda.

10.14 Especialista defende mais projectos de gestão ambiental nas comunidades

Jornal de Angola

Texto: Engrácia Francisco

29 De Outubro de 2023

A especialista da Agência Nacional de Resíduos avançou que o projecto PICAR tem como finalidade a formação e inserção de catadores nas comunidades, em colaboração com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP).

"Os catadores beneficiam de formação através do INEFOP para melhorar o tratamento dos resíduos e no final recebem um conjunto de materiais de higiene e de segurança no trabalho, bem como motorizadas de três rodas para facilitar a actividade laboral", disse.

O PEDUR, acrescentou, é um programa da Agência Nacional de Resíduos sobre educação para reciclagem, ao passo que o projecto REDUCAR está mais voltado à sensibilização para a redução do uso do plástico.

Prevenção e redução

Belarmina Almeida disse, ainda, que os princípios que cingem uma boa gestão de resíduos estão essencialmente ligados à prevenção e à redução.

"Uma boa gestão dos resíduos é optarmos pela redução daquilo que utilizamos. Comprar apenas o que se precisa e evitar desperdícios no que toca à gestão dos resíduos", aconselhou.

A especialista explicou que outra solução é optar pela reutilização dos resíduos. "Angola está a velar pelo não uso do plástico. Como opção para substituir o plástico, existem os sacos de pano, de ráfia e outros", referiu.

"Estes materiais são mais duráveis e pode-se usar várias vezes, principalmente no mercado ou supermercado, como forma de prevenir o ambiente", argumentou.

Belarmina Almeida recomenda, igualmente, a população a recorrer à reciclagem, sendo um processo que envolve a recolha selectiva dos resíduos.

"Devemos cultivar o hábito de separar os resíduos a partir de casa a fim de facilitar o trabalho dos catadores que a posterior levam aos agregadores".

Para a especialista, a população deve trabalhar em parceria com o Governo, através dos municípios, para o sucesso dos projectos. "Quanto maior a colaboração, principalmente na recolha selectiva dos resíduos, melhor tratamento é dado ao resíduo. Pretendemos mostrar a todos que com a gestão adequada dos resíduos, minimizamos os gases que concorrem para a alteração dos efeitos climáticos", disse.

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 Presidente reitera compromisso de cultivar relações sólidas com a China

Jornal de Angola
1 De Outubro de 2023

Numa mensagem endereçada ao homólogo chinês, Xi Jinping, por ocasião do 74º aniversário da República Popular da China, que hoje se assinala, o Chefe de Estado angolano realça o compromisso entre as duas nações em benefício da concretização dos anseios comuns das populações pela paz, harmonia e o desenvolvimento partilhado.

João Lourenço aproveita a ocasião para homenagear a "trajectória indubitavelmente exemplar" da República Popular da China realizada nas últimas décadas, que consolidou a posição do país como protagonista incontornável da comunidade internacional, empenhado na edificação de uma arquitectura de segurança mundial assente na promoção do progresso comum e do desenvolvimento económico a nível global.

Pela data de grande significado histórico, "queira aceitar, Excelência, os meus votos de bem-estar pessoal, de boa saúde e os de prosperidade para o povo da República Popular da China", escreveu o Presidente da República, João Lourenço, na mensagem a Xi Jinping.

A China é hoje considerada a segunda maior economia do mundo, uma nação amplamente industrializada e tecnologicamente desenvolvida, fruto da boa governação e visão na aplicação de práticas exequíveis nos mais variados domínios liderados pelo Presidente Xi Jinping.

Ao discursar, recentemente, numa cerimónia para marcar o aniversário da proclamação da República Popular da China, o director da para Ásia e Oceânia do Ministério angolano das Relações Exteriores, Miguel de Dialamicua, considerou que o desenvolvimento da China serve de bom exemplo para outras nações a nível global e Angola tem sabido tirar proveito na aplicação das ciências chinesas para o seu desenvolvimento.

O dirigente salientou que a celebração da efeméride coincide com os 40 anos do estabelecimento das

relações diplomáticas Angola-China, cujos frutos são notórios a todos os níveis.

Assinalou que o Governo de Angola se congratula com essas relações bilaterais, visto que as mesmas serviram de fonte inspiradora do processo de reconstrução nacional após a conquista da paz efectiva em Angola.

Em 21 de Setembro de 1949, o líder comunista chinês Mao Tsé-Tung (ou Mao Zedong) proclamou o estabelecimento da República Popular da China, ocupando ele a presidência do país e o seu companheiro Xu-En-Lai como Primeiro-Ministro.

A proclamação foi seguida por uma grande celebração na Praça da Paz Celestial, em Beijing, no dia 1 de Outubro – data que se tornou o Dia Nacional do novo país.

A China é o maior parceiro comercial de Angola, fonte principal do investimento directo e parceiro principal na construção de infra-estruturas.

Por outro lado, Angola é o terceiro maior parceiro comercial da China em África e um dos mais importantes fornecedores de petróleo bruto há muitos anos.

Os grandes projectos da cooperação China-Angola registaram progressos positivos, e a cooperação dos dois países em matéria de investimento tem tido avanços, tornando-se cada vez mais diversificada.

As relações entre os dois países têm sido marcadas pela cooperação política e comercial, mas também pelo intercâmbio na área cultural, educação, comunicação social, juventude e género.

II.2 Minha envolvente experiência na China

Jornal OPAÍS
13 De Outubro de 2023

De 10 a 23 de Maio de 2023, tive a oportunidade incrível de viajar para a China e participar de um seminário para chefes de departamento internacionais de grandes meios de comunicação de países africanos. Essa viagem se revelou como uma jornada educacional e enriquecedora para mim e proporcionou-me uma visão profunda da China e de sua rica cultura. Foi, também, um momento excepcional para troca de experiências com os irmãos africanos do Burundi, Gana, Nigéria, Quênia, Ilhas Maurícias e Thnísia.

O foco do seminário era discutir questões relacionadas à história, política, cultura, erradicação da pobreza e desenvolvimento da China. Durante as palestras, pude ouvir especialistas e acadêmicos renomados que compartilharam os seus conhecimentos e experiências sobre esses assuntos. Foi inspirador compreender como a China se tornou uma das principais potências do mundo, enfrentou desafios e progrediu para um futuro de prosperidade.

Além das palestras, também tive a oportunidade de visitar algumas instituições de destaque na área de comunicação, como o ChinaDaily e o Star Times Group. Essas visitas me permitiram mergulhar no cenário da mídia chinesa, conhecer profissionais talentosos e trocar experiências em relação às nossas respectivas indústrias.

Entre as atividades também estavam às visitas turísticas, nas quais pude explorar alguns dos pontos mais emblemáticos da China. Um dos destaques foi a Grande Muralha, uma obra arquitetônica grandiosa que reflete a grandiosidade e a força do país. A caminhada ao longo dos seus caminhos históricos foi uma experiência única, permitiu-me imaginar as histórias e eventos que tiveram lugar naquele espaço.

Outro local impressionante que tive a oportunidade de visitar foi o Castelo Antigo de Yongtai. Este castelo de mil anos de idade é um testemunho vivo do rico patrimônio cultural da China. Sua arquitetura única e paisagens deslumbrantes proporcionaram uma experiência imersiva no passado, revelando mais sobre as tradições e a história fascinante do país.

Minha viagem também incluiu a visita à província de Gansu, um destino essencial ao longo da Rota da Seda, especialmente ao Centro Olímpico de Lanzhou. Essa instalação moderna me impressionou

Essa experiência não só ampliou meu conhecimento, mas também me motivou a buscar uma cooperação ainda mais estreita entre os meios de comunicação africanos e a China.

Como jornalista com sua magnitude e capacidade de promover eventos desportivos de alto nível. Além desses locais, visitas ao complexo de grutas de montanha de Tianti e ao Museu Municipal de Wuwei enriqueceram ainda mais minha compreensão da rica história e cultura da China.

A viagem à China superou todas as minhas expectativas. Ao assistir às palestras no seminário, conhecer grandes empresas de comunicação e visitar locais históricos e culturais, pude ganhar uma perspectiva ampla e profunda da China moderna.

Essa experiência não só ampliou meu conhecimento, mas também me motivou a buscar uma cooperação ainda mais estreita entre os meios de comunicação africanos e a China.

Como jornalista, estou a aplicar o que aprendi neste seminário e tenho feitos trabalhos mais ricos com as melhores práticas e o conhecimento adquirido. Agradeço à China e aos organizadores do seminário por proporcionarem essa oportunidade única e por seu compromisso em promover o intercâmbio cultural e o desenvolvimento global. Estou ansioso para futuras oportunidades de aprendizado e cooperação.

11.3 Governo 'acomoda' no Lobito americano e chineses e reanima luta por objectivo estratégicos

Novo Jornal

27 De Outubro de 2023

Texto: João Marcos

Depois de ter saído da concessão dos Terminais de Contentores e de Carga Geral do Porto do Lobito, agora nas mãos da Africa Global Logistics (AGL), a China regressa, pela porta do projecto para uma refinaria, a um município que, segundo observadores atentos, representa um ponto estratégico incontornável na agenda de potências mundiais.

É certo que a refinaria, projectada há mais de 15 anos, não constitui propriamente uma peça do Corredor Económico, mas o seu funcionamento deverá agitar locomotivas rumo à dinamização, como se espera, até mesmo do comércio internacional.

A empresa pública China National chemical Engineering (CNCEE) vai construir, em 40 meses, aquela que será a maior refinaria do País, para a qual o Governo angolano espera conseguir investidores.

Sabe-se que o custo é de 6 mil milhões de dólares norte-americanos, metade do que se apontava anteriormente, para um empreendimento com capacidade para processar 200 mil barris de petróleo por dia.

Para já, ainda mediante a observação de analistas, o Governo angolano consegue 'acomodar' na região os chamados pólos económicos mundiais, com os Estados Unidos à cabeça, num exercício equiparado à velha máxima do "Dividir o Mal pelas Aldeias".

Os norte-americanos já fizeram saber que vão investir no Corredor do Lobito, que tem empresas de três países europeus-Portugal, Suíça e Bélgica-como

concessionárias dos serviços ferroviários e da logística.

O consórcio China International Trust Investment Corporation (CITIC) e Shandong Port Group (SPG) desistiu do Porto do Lobito, depois de ter ficado com a concessão, por não ter conseguido juntar a esta proeza os serviços ferroviários e a logística do CL, como noticiou já o NJ.

Agora, o que salta à vista, elucidativo de que o Governo angolano arrumou as peças sem ter perdido de vista a disputa dos principais pólos económicos mundiais, é que um antigo gestor do consórcio que saiu do Porto é o presidente da multinacional que vai construir a refinaria, a

CNCEE.

Trata-se de Weng Gang, o homem que, abordado pelo NJ, considerou, entre sorrisos, que "são todas empresas públicas da China, por isso não haverá problemas".

Sem nunca ter feito comentários sobre a saída do Porto, assinalou que "o meu destino parece ser mesmo o Lobito".

Em reacção a todas estas movimentações, o académico Carlos Pinto, um professor universitário que comenta a situação económica do país, começa por lembrar que o Governo angolano tem boas relações de cooperação com os principais eixos do globo.

"Mesmo assim é imperioso que o investimento estrangeiro seja abrangente a todos os interessados de forma equilibrada. Isso permite manter a neutralidade em relação aos conflitos entre esses blocos hegemónicos", avisa o analista.

«É imperioso que o investimento estrangeiro seja abrangente a todos os interessados Refinaria pode assegurar utensílios de plástico e muito mais

Após vários meses de estudos de viabilidade técnica e económica, que permitiram baixar os custos para USD 6 mil milhões, a petrolífera angolana entra" em campo para outros estudos, sempre na perspectiva de rentabilizar o espaço e acelerar o crescimento económico.

A partir da refinaria, que será construída numa área de 3.800 hectares, pode nascer a indústria petroquímica.

O ministro Diamantino Azevedo adiantou que os estudos determinarão a viabilidade deste projecto,

sublinhando que os hidrocarbonetos (petróleo e gás) não servem apenas para os combustíveis.

"Há mais vida para lá disto, vamos ver a possibilidade de os subprodutos da refinaria garantirem a construção de uma indústria para produtos petroquímicos, e a SONANGOL é especializada", indicou.

Já o governador provincial, Luís Nunes, afirmou que tudo isto vai fazer de Benguela o maior centro logístico do país, realçando que os empresários, nacionais e estrangeiros, têm excelentes oportunidades.

"Claro que iniciativas como estas vão criar negócios para as pequenas e médias empresas locais, isso posso garantir", frisa o governante, que vê na criação de empregos outra valência a ter em conta.

Este projecto só avança com uma linha de crédito, alerta Lago de Carvalho

Pela segunda vez, com João Lourenço como Presidente da República, o Executivo angolano decide-se a anunciar, agora com um acordo assinado, o reinício do projecto, com fé no avanço de potenciais investidores, um deles a zâmbia, que tinha aventado a hipótese de uma participação até 15 por cento.

"Vamos. r se outros países venham a fazer parte da estrutura accionista da refinaria", disse o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, antes de ter admitido que a conjuntura internacional não é favorável.

"Mas temos de realizar o que foi aqui assinado, por isso lançámos mesmo sem as garantias", vincou.

Tudo indica, pois, que seja o Estado a custear a sequência das obras para as infra-estruturas de apoio à refinaria, que absorveram já, segundo dados disponíveis, quase mil milhões de dólares norte-americanos.

Tanto que o presidente do Conselho de Administração da SONANGOL, Sebastião Martins, fez questão de ressaltar que se trata de um projecto público que terá parceiros.

Entre as infra-estruturas de apoio, antes a cargo da brasileira Odebrecht, destaque para estradas, terminal martírio e terraplanagem do espaço.

Num breve contacto com o NJ, o empresário e economista Lago de carvalho, ligado à prestação de serviços à indústria petrolífera, que lembrou uma

promessa de "não mais comentar sobre refinarias", adiantou que este projecto [Lobito] só saíra do papel se houver uma linha de crédito chinesa.

"Sem isto não há refinaria, estou certo", assinalou o especialista, acrescentando que, no pior dos cenários, pode haver uma linha de crédito mista.

"Isto porque poderá ser necessário equipamento de outras paragens que não da China", justificou.

Em 2017, na primeira visita de João Lourenço enquanto PR, a convicção apontava para o reinício poucos meses depois, «Vamos ver se outros países venham a fazer parte da estrutura accionista da refinaria», mas a verdade é que o desejo esbarrou sempre na falta de investidores.

O então PCA da petrolífera angolana, Carlos Saturnino, chegou a afirmar, numa mensagem endereçada ao Presidente, que "finalmente habemus refinaria".

Está claro que faltam parceiros, mas as autoridades vão já delineando o amanhã, elegendo como principais mercados de exportação a Zâmbia, a República Democrática do Congo, a Namíbia, outro país que pondera investir, e o Botswana.

Emprego: o passivo que promete continuar activo

Há muito que centenas de jovens desempregados vinham ocorrendo ao local projectado para a refinaria, na luta por uma oportunidade de emprego, mas a correria verificada na última semana, pouco antes do início do acto que juntou governantes e o empreiteiro, conferiu outro significado às suas exigências.

Vários jovens deixaram de trabalhar após a suspensão das obras preliminares, há quase 10 anos, e reivindicam, agora, a sua readmissão.

"Estamos aqui a lutar todos os dias, mas não conseguimos nada, estudámos e terminámos o médio", disseram alguns dos presentes, que se queixavam de exclusão em detrimento de trabalhadores recrutados em outras províncias.

"Está difícil voltar a fazer parte, aí dizem que a gestão agora é outra, está a trazer mais gente do Norte", avança Alberto, enquanto a jovem Ana Afonso diz que "estamos aqui desde Janeiro, também queremos emprego, mesmo como ajudantes".

Eles estiveram quase cinco horas no local, tendo testemunhado a entrada e a saída da delegação, na ânsia de uma informação.

A acompanhar o calvário de quem perdeu o emprego nestas obras, o activista cívico Júlio Lofa, membro da Associação Juvenil para a Solidariedade (AJS), considera que a "pobre política de comunicação resulta em especulações" e aponta várias sugestões.

Lofa entende que os tempos são outros, conforme assinalaram fontes da SONANGOL, mas ressalta que os antigos funcionários deveriam merecer prioridade.

"O Governo local deve negociar para que se estabeleça uma percentagem para os jovens daqui", aponta.

11.4 PGR anuncia terceiro leilão de bens arrestados

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2023

Texto: Elizandra Major

O magistrado do Ministério Público, que falava na abertura do workshop sobre "Confisco de Activos" para magistrados dos tribunais superiores, disse que os leilões e venda das unidades imobiliárias apreendidas por ordem judicial, no âmbito do processo de Recuperação de Activos, vão decorrer em hasta pública.

"Vamos fazer dentro de pouco tempo um terceiro leilão e também estamos a preparar as vendas em hasta pública deste património imobiliário", referiu, sem especificar o número de imóveis a leiloar.

Hélder Pitta Gróz esclareceu que os activos recuperados pelo Estado, em termos de arresto ou de apreensão, têm, por norma, um fiel depositário que é o Cofre da Justiça ou o departamento ministerial cuja actividade tem a ver com o activo recuperado.

O magistrado salientou, ainda, que quando os bens são recuperados em definitivo passam em nome do Estado. "Já temos realizado leilões, como os dois que aconteceram em que foram postos à venda viaturas recuperadas", destacou.

Sobre o começo deste terceiro leilão, Hélder Pitta Gróz não precisou a data, mas salientou que as informações vão ser publicadas atempadamente através dos órgãos competentes.

Em relação à transparência no arresto dos bens, o procurador-geral da República informou que em matérias ligadas à recuperação de activos apreendidos pelo Estado, por ser um assunto novo da realidade angolana, é natural que haja algumas falhas no decorrer do processo.

Ainda assim, Hélder Pitta Gróz realçou que em termos de transparência o país tem dado passos significativos em matérias ligadas à recuperação de activos.

"Temos dado bons passos em termos de transparência, com a publicitação dos activos recuperados, quer em forma definitiva quer por arresto. Esta questão já é do domínio público, toda a gente que quiser pode visitar o site da instituição e consultar" as informações, disse.

No seu pronunciamento, Hélder Pitta Gróz defendeu a não publicitação de processos que se encontram na fase de instrução ou investigação, tendo avançado que há uns processos mais complexos que outros e que necessitam de mais cooperação internacional, numa referência aos bens que se encontram fora do país.

"Não devemos publicitar a fase em que se encontram os processos quando estão em instrução, ou na fase de investigação. Não é correcto termos esse tipo de atitude de virmos pontualizando, publicamente, o que se está a fazer ou o que falta por fazer. Esses são procedimentos internos, são procedimentos sujeitos à Lei e à Justiça. O importante é que estamos a trabalhar, há uns processos mais complexos que outros, há processos que necessitam de mais cooperação internacional que outros ou precisam de mais cooperação institucional. Portanto, cada processo é um processo, e cada um tem o seu tempo" para esclarecimento, referiu.

De acordo com os últimos dados, Angola recuperou, até à presente data, mais de sete mil milhões de dólares norte-americanos, no âmbito do processo de combate à corrupção e recuperação de activos.

Parte deste dinheiro está a ser utilizado no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) na construção de escolas e outras infra-estruturas sociais.

No entanto, no mesmo período, foram apreendidos e requerido o arresto de valores monetários, participações sociais, imóveis e outros bens móveis no valor de mais de 12 mil milhões de dólares norte-americanos, que aguardam por decisão judicial.

Desafios do sector Judicial

A vice-presidente do Tribunal Supremo, Efigénia Lima, afirmou que o sector Judicial no país tem grandes desafios a nível interno e internacional, com o surgimento dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, criminalidade organizada, tráfico de seres humanos, bem como crimes económicos.

Efigénia Lima fez saber que os crimes de tráfico de seres humanos e terrorismo transcendem as fronteiras nacionais e o seu combate exige, cada vez mais, a cooperação internacional, num quadro liderado pelas Nações Unidas, com o concurso de organizações regionais e continentais.

A responsável destacou que Angola tem conhecimento das iniciativas no que ao sector Judicial diz respeito, pelo que deve aprimorar os mecanismos de cooperação, intercâmbio e de experiências.

Por outro lado, a vice-presidente do Tribunal Supremo considerou que o workshop sobre o Confisco de Activos para magistrados dos tribunais superiores é resultado de uma agenda de Angola, resultante de compromissos firmados no âmbito do projecto de apoio à consolidação do Estado de Direito, numa parceria com a União Europeia, onde se pode destacar o trabalho de mérito que se tem realizado.

A veneranda juíza reconheceu que os desafios relacionados ao confisco de activos são enormes e superam as questões ligadas à investigação eficaz do rasto da actividade criminosa.

"Há todo um trabalho prévio que deve ser feito, e não raras vezes não é feita a fase de instrução preparatória, circunscrevendo o raio de actuação dos tribunais e repetindo-se o ciclo em relação à cadeia recursória", salientou.